

LUÍS FERNANDO GALVÃO

PROPRIEDADES PSICOMÉTRICAS DO
DEFENSIVE STYLE QUESTIONNAIRE – 40
(DSQ-40) PARA A POPULAÇÃO PRISIONAL

PUC-CAMPINAS

2007

LUÍS FERNANDO GALVÃO

PROPRIEDADES PSICOMÉTRICAS DO
DEFENSIVE STYLE QUESTIONNAIRE – 40
(DSQ-40) PARA A POPULAÇÃO PRISIONAL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências da Vida da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia como Profissão e Ciência

Orientadora: Dr^a. Elisa Medici Pizão Yoshida

PUC-CAMPINAS

2007

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas e
Informação - SBI - PUC-Campinas

t155.962 Galvão, Luís Fernando.

G182p

Propriedades psicométricas do *Defensive Style Questionnaire – 40* (DSQ-40) para a população prisional / Luís Fernando Galvão. - Campinas: PUC-Campinas, 2007. xviii, 122p.

Orientadora: Elisa Medici Pizão Yoshida.

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida, Pós-Graduação em Psicologia.

Inclui anexos e bibliografia.

1. Prisão - Aspectos psicológicos. 2. Comportamento - Avaliação. 3. Psicologia da prisão. 4. Reintegração social. 5. Mecanismos de defesa (Psicologia). 6. Testes psicológicos.
I. Yoshida, Elisa Medici Pizão. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências da Vida. Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

22ed. CDD – t155.962

Banca Examinadora

Dr^a. Claudette Maria Medeiros Vendramini

Dr^a. Iraí Cristina Boccato Alves

Dr^a. Diana Tosello Laloni

Dr^a. Tânia Maria José Aiello Vaisberg

Dr^a. Elisa Medici Pizão Yoshida (Orientadora)

Campinas/SP, 16 de maio de 2007

*À minha esposa, Nereide, e aos meus filhos,
Giulia e Francesco, pelos afetos, apoio e
presenças constantes.... mesmo diante das
minhas ausências!*

Agradecimentos

À professora Dr^a. Elisa Medici Pizão Yoshida, orientadora deste trabalho, pela dedicação, atenção, disponibilidade e constante estímulo à construção e à reflexão acerca do conhecimento científico, além de sempre ter valorizado a busca de novas alternativas e recursos metodológicos para a produção deste trabalho.

Às professoras Dr^a. Tânia Maria José Aiello Vaisberg e Dr^a. Claudette Maria Medeiros Vendramini, pelas enriquecedoras sugestões dadas por ocasião do exame de qualificação.

Ao psicólogo José Carlos Miguel, pela inestimada contribuição na coleta de dados na instituição prisional de SP, e às psicólogas Telma Camacho dos Santos Leguizamõn da Silva, Zuleida Marcelina de Arruda Daltro Samaniego e Marciene da Silva de Amorim pela preciosa ajuda, disponibilidade e operacionalização da coleta de dados junto às instituições prisionais de MS.

Aos meus pais, Pedro e Elza, pelo incentivo aos estudos, pela acolhida, hospedagem, por conta das longas viagens à Campinas, e por todas as vezes em que me socorreram nas mais variadas situações.

Aos meus irmãos, Fábio e Vinícius, pelas incontáveis e afetuosas vezes em que me transportaram, encaminharam documentações e pelo suporte naquilo que precisei.

Sumário

Lista de Figuras	VIII
Lista de Tabelas	XI
Resumo	XIII
Abstract	XIV
Resumen	XV
Apresentação	XVI
Introdução	1
Estilo defensivo e adaptação	18
Instrumentos de medida das defesas	25
Objetivos	32
Método	34
Participantes	34
Material	41
Procedimento	46
Resultados	50
DSQ-40 – análise descritiva	50
Defesas, itens do DSQ-40 e histogramas das respostas	
(N = 271)	56
Precisão por Teste e Reteste	86
Validade de Construto	87
Validade Convergente	87
Validade Discriminante	88
Análise Fatorial	89
Discussão dos Resultados	100
Considerações Finais	104
Referências	106
Anexos	115

Lista de Figuras

Fig	p.
1. <i>Boxplots</i> Relativos aos Escores dos Itens do DSQ-40 (N = 271)	53
2. Médias e Intervalos de Confiança Referentes aos Escores dos Itens	55
3. Distribuição das respostas ao Item 30 – Antecipação, DSQ-40	56
4. Distribuição das respostas ao Item 35 – Antecipação, DSQ-40	56
5. Distribuição das respostas ao Item 5 - Humor, DSQ-40	57
6. Distribuição das respostas ao Item 26 - Humor, DSQ-40	57
7. Distribuição das respostas ao Item 2 - Supressão, DSQ-40	58
8. Distribuição das respostas ao Item 25 - Supressão, DSQ-40	58
9. Distribuição das respostas ao Item 3 - Sublimação, DSQ-40	59
10. Distribuição das respostas ao Item 38 - Sublimação, DSQ-40	59
11. Distribuição das respostas ao Item 4 - Racionalização, DSQ-40	60
12. Distribuição das respostas ao Item 16 - Racionalização, DSQ-40	60
13. Distribuição das respostas ao Item 1 – Pseudo-altruísmo, DSQ-40	61
14. Distribuição das respostas ao Item 39 – Pseudo-altruísmo, DSQ-40	61
15. Distribuição das respostas ao Item 21 - Idealização, DSQ-40	62
16. Distribuição das respostas ao Item 24 - Idealização, DSQ-40	62
17. Distribuição das respostas ao Item 7 – Formação Reativa, DSQ-40	63
18. Distribuição das respostas ao Item 28 – Formação Reativa, DSQ-40	63
19. Distribuição das respostas ao Item 32 - Anulação, DSQ-40	64
20. Distribuição das respostas ao Item 40 - Anulação, DSQ-40	64
21. Distribuição das respostas ao Item 6 - Projeção, DSQ-40	65
22. Distribuição das respostas ao Item 6 - Projeção, DSQ-40	65
23. Distribuição das respostas ao Item 23 – Agressão Passiva, DSQ-40	66
24. Distribuição das respostas ao Item 36 – Agressão Passiva, DSQ-40	66
25. Distribuição das respostas ao Item 11 - <i>Acting out</i> , DSQ-40	67
26. Distribuição das respostas ao Item 20 - <i>Acting out</i> , DSQ-40	67
27. Distribuição das respostas ao Item 34 - Isolamento, DSQ-40	68
28. Distribuição das respostas ao Item 37 - Isolamento, DSQ-40	68
29. Distribuição das respostas ao Item 10 - Desvalorização, DSQ-40	69
30. Distribuição das respostas ao Item 13 - Desvalorização, DSQ-40	69
31. Distribuição das respostas ao Item 14 – Fantasia Autística, DSQ-40	70
32. Distribuição das respostas ao Item 17 – Fantasia Autística, DSQ-40	70
33. Distribuição das respostas ao Item 8 - Negação, DSQ-40	71
34. Distribuição das respostas ao Item 18 - Negação, DSQ-40	71

35.	Distribuição das respostas ao Item 31 - Deslocamento, DSQ-40	72
36.	Distribuição das respostas ao Item 33 - Deslocamento, DSQ-40	72
37.	Distribuição das respostas ao Item 9 - Dissociação, DSQ-40	73
38.	Distribuição das respostas ao Item 15 - Dissociação, DSQ-40	73
39.	Distribuição das respostas ao Item 19 - Cisão, DSQ-40	74
40.	Distribuição das respostas ao Item 22 - Cisão, DSQ-40	74
41.	Distribuição das respostas ao Item 12 - Somatização, DSQ-40	75
42.	Distribuição das respostas ao Item 27 - Somatização, DSQ-40	75
43.	<i>Boxplots</i> das Pontuações Médias das Defesas Avaliadas pelo DSQ-40 (N = 271)	79
44.	Médias e Intervalos de Confiança das Pontuações Médias Obtidas em cada Defesa do DSQ-40 (N = 271)	80
45.	<i>Boxplots</i> dos Fatores do DSQ-40 (N = 271)	82
46.	Médias e Intervalos de Confiança dos Fatores do DSQ-40 (N = 271)	82
47.	<i>Boxplots</i> dos Fatores do DSQ-40, Penitenciária Feminina de Corumbá/MS (N = 63)	83
48.	<i>Boxplots</i> dos Fatores do DSQ-40, Penitenciária Masculina de Corumbá/MS (N = 144)	84
49.	<i>Boxplots</i> dos Fatores do DSQ-40, Penitenciária Masculina de Lucélia/SP (N = 64)	85
50.	Representação gráfica dos autovalores (<i>eigenvalues</i>) da Análise dos Componentes Principais do DSQ-40 (N = 271)	94

Lista de Tabelas

Tab.		p.
1.	Distribuição da Frequência dos Internos Segundo a Idade	36
2.	Distribuição da População Carcerária do Sistema Penitenciário Nacional e dos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, Regime Fechado, em Relação ao Sexo.	36
3.	Distribuição de Frequência dos Internos de Corumbá/MS (N = 207) Segundo o Estado Civil e a Escolaridade	37
4.	Distribuição de Frequência dos Internos de Corumbá/MS (N = 207), Segundo o Delito Cometido e a Condenação	39
5.	Distribuição dos Itens do DSQ-40, Segundo a Defesa e o Fator em que se Agrupam	44
6.	Estatísticas Descritivas da Pontuação Obtida por Item do DSQ-40	51
7.	Estatísticas Descritivas das Pontuações Médias de cada Defesa	78
8.	Estatística descritiva dos Fatores do DSQ-40 (N = 271)	81
9.	Análise dos Componentes Principais	93
10.	Cargas Fatoriais e Comunalidades (h^2) de 20 Defesas (Itens) Rotacionadas em Três Fatores	96
11.	Fatores Extraídos pelo Método de Fatoração dos Eixos Principais, com Rotação Varimax	97
12.	Cargas fatoriais das defesas de acordo com o Estudo Atual (A), de Blaya (2005) (B), e de Andrews, Pollock e Stewart (1989) (C)	97

Galvão, L.F.(2007). Propriedades psicométricas do *Defensive Style Questionnaire – 40* (DSQ-40) para a população prisional. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, São Paulo, Brasil. pp. xviii + 122.

Resumo

Trata-se do estudo das propriedades psicométricas do *Defensive Style Questionnaire-40* (DSQ-40) para a população prisional. Discute-se inicialmente, a relevância da utilização de medidas psicológicas válidas e precisas no contexto prisional, segundo uma perspectiva de reintegração psicossocial. Os conceitos de psicologia positiva, resiliência e defesas são utilizados como fundamentação teórico-epistêmica. Discute-se, a seguir, a utilização de instrumentos de medida das defesas como um meio de aferir as formas através das quais os sujeitos lidam com as demandas da realidade. Enfatiza-se a utilização do DSQ-40, que além de ser de fácil aplicação e correção, apresenta características psicométricas satisfatórias, segundo estudos nacionais e internacionais com diferentes amostras. O instrumento é um questionário de tipo *self-report*, com 40 itens desenvolvidos para avaliar os derivativos conscientes dos mecanismos de defesa; objetiva identificar o estilo característico de como as pessoas lidam, consciente ou inconscientemente com seus conflitos, segundo o pressuposto de que são capazes de comunicar com precisão seus comportamentos. O DSQ-40 avalia 20 defesas, divididas em três fatores: maduro, neurótico e imaturo. O instrumento foi aplicado a uma amostra de 271 presidiários (208 homens e 63 mulheres) reclusos em três unidades prisionais localizadas nos Estados de Mato Grosso do Sul e São Paulo. A precisão do instrumento foi estimada através do coeficiente de correlação de *Pearson*; os resultados indicaram que somente o fator imaturo apresentou estabilidade temporal. A consistência interna do instrumento foi aferida através do coeficiente alfa de *Cronbach* e da correlação média dos itens, mas somente o fator imaturo apresentou valores significativos ($\alpha = 0,80$). A validade convergente foi estimada segundo o coeficiente de correlação de postos de *Spearman*, tendo sido utilizado como critério a Escala de Resiliência ($n = 46$). Para o estudo da validade discriminante utilizou-se a Escala de Avaliação de Sintomas – EAS-40 ($n = 38$). O estudo de validade de construto foi realizado através do procedimento de análise fatorial segundo o método de análise dos componentes principais e rotação varimax. Foram obtidos três fatores interpretáveis (25,98% da variância): fator imaturo, fator maduro e fator neurótico. Do ponto de vista estrutural (itens que compõem cada fator) os resultados são muito semelhantes aos obtidos no estudo brasileiro com amostra clínica, para a adaptação do instrumento para o português. Dez defesas apresentaram carga fatorial satisfatória (superior a 0,30) no fator imaturo, duas no fator maduro e três no fator neurótico. Os resultados sugerem a necessidade de modificações e adaptações nos itens que medem as defesas neuróticas e maduras, no sentido de procurar ampliar os respectivos coeficientes de fidedignidade e de validade de constructo.

Palavras-chave: DSQ-40, validade, precisão, adaptação, presidiários

Galvão, L.F.(2007). Psychometric properties of the Defensive Style Questionnaire – 40 (DSQ-40) for the imprisoned population. Doctoral thesis. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, São Paulo, Brazil. pp. xviii + 122.

Abstract

This study refers to the psychometric properties of the *Defensive Style Questionnaire- 40* (DSQ-40) for the imprisoned population. It discusses the relevance in the use of precise and valid psychological measures in the prison context, according to a perspective of psychosocial reintegration. The concepts of the positive Psychology, resilience and defenses are used as an epistemic-theoretical basis. Afterwards, it discusses the use of defense measuring instruments as a means to estimate the ways individuals deal with the demands come from reality. It emphasizes the use of the DSQ-40, which is not only simple to use and correct, but also shows satisfactory psychometric characteristics, according to national and international studies. The instrument is a questionnaire self-report like and it contains 40 items developed to evaluate the resulting conscious defense mechanisms; it aims to identify the typical style which people deal – consciously or unconsciously- with their conflicts, according to the postulation that they are able to communicate precisely through their behaviors. The DSQ-40 evaluates 20 defenses, divided in three factors: mature, neurotic and immature. The instrument applied to a sample of 271 prisoners (208 men and 63 women), who live in three prisons located in São Paulo and Mato Grosso do Sul States. The precision of the instrument was checked through the Pearson's co-relation coefficient; the results pointed that only the immature factor showed time stability. The internal consistence of the instrument was estimated through the Cronbach's Alpha coefficient and the average co-relation of the items, but only the immature factor showed expressive values (Alpha = 0,80). The criterion validity was estimated according to co-relation coefficient proposed by Spearman and it was used as a convergent criterion of the scores obtained by the Resilience Scale (n=46); The Symptom Evaluation Scale – SES-40 (n=38) as a discriminating validity criterion. The study of the construct validity was done through the procedures of factorial analysis according to the analysis of the main components and *varimax* rotation method; three interpretative factors were obtained (25,98% of the variances): the immature, the mature and the neurotic factors, which correspond to the study of validation done with the clinical sample. Ten defenses showed a satisfactory factorial importance (over 0,30) in the immature factor, two in the mature factor and three in the neurotic factor. The results suggest the need of modifications and adaptations in the items that measure the mature and neurotic defenses in order to try to expand the respective reliable coefficients and the validity of the construct.

Key-words: DSQ-40, validity, reliability, adaptation, prisoner

Galvão, L.F.(2007). Propriedades psicométricas del *Defensive Style Questionnaire – 40* (DSQ-40) para población carcelaria. Tesis de doctorado. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, São Paulo, Brasil. pp. xviii + 122.

Resumen

Se trata del estudio de las propiedades psicométricas del cuestionario *Defense Style Questionnaire-40* (DSQ-40) para población carcelaria. Inicialmente se discute la importancia de la utilización de medidas psicológicas válidas y exactas en un contexto carcelario, según la perspectiva de reintegración psicosocial. Los conceptos de psicología positiva, resiliencia y defensas son usados como fundamentación teórico-epistémica. A continuación se discute el uso de instrumentos de medida de las defensas como una forma de medir las formas a través de las cuales los individuos enfrentan las demandas de la realidad. Es resaltado el uso del DSQ-40 que además de ser de fácil aplicación y corrección, presenta características psicométricas satisfactorias, de acuerdo con estudios nacionales e internacionales. El instrumento es un cuestionario de tipo self-report, con 40 asuntos desarrollados para evaluar los derivativos conscientes de los mecanismos de defensa. Tiene como objetivo identificar el estilo característico de la forma como las personas enfrentan sus conflictos, consciente o inconscientemente, a partir de la suposición de que son capaces de comunicar con precisión sus comportamientos. El DSQ-40 evalúa 20 defensas, divididas en tres factores: maduro, neurótico e inmaduro. El instrumento fue aplicado a una muestra de 271 presos (208 hombres y 63 mujeres) recluidos en tres cárceles localizadas en los estados de Mato Grosso do Sul y São Paulo. La precisión del instrumento fue estimada a través del coeficiente de correlación de Pearson; los resultados indicaron que solamente el factor inmaduro presenta estabilidad temporal. La consistencia interna del instrumento fue determinada a través del coeficiente alfa de Cronbach y de la correlación media de los asuntos, pero solamente el factor inmaduro presentó valores significativos ($\alpha = 0,80$). La validez del criterio fue estimado según el coeficiente de correlación por puestos de *Spearman*, siendo usado como criterio de convergencia los resultados obtenidos por la Escala de Resiliencia ($n = 46$); las Escalas de Evaluación de Síntomas – EAS-40 ($n = 38$) fue usado como criterio de validez discriminante. El estudio de validez de constructo fue realizado a través del procedimiento de análisis factorial según el método de análisis de los componentes principales y de rotación *varimax*. Fueron obtenidos tres factores interpretables (25,98% de variancia): factor inmaduro, factor maduro e factor neurótico, que correspondieron al estudio de validación realizado con la muestra clínica. Diez defensas presentaron carga factorial satisfactoria (superior a 0,30) del factor inmaduro, dos para el factor maduro y tres para el factor neurótico. Los resultados indican la necesidad de modificaciones y adaptaciones en los ítems que evalúan las defensas neuróticas y maduras, con el objetivo de ampliar los respectivos coeficientes de confiabilidad y de validez de constructo.

Palabras-chaves: DSQ-40, validación, precisión, adaptación, población carcelaria

Apresentação

As avaliações psicológicas de presidiários condenados à pena privativa de liberdade foi objeto de trabalho do pesquisador durante o exercício do cargo de psicólogo do Sistema Prisional do Estado de São Paulo (setembro/1999 à julho/2006), o que fez dos procedimentos de avaliação realizados naquele contexto o seu principal foco de interesse e estudos.

Como visam fornecer subsídios ao desenvolvimento de medidas de intervenção, constatou-se a necessidade da utilização de instrumentos de avaliação confiáveis àquela população, freqüentemente submetida à entrevista clínica, que, além de requerer tempo hábil para realização, apresenta resultados pouco precisos, principalmente porque o *setting* de atendimento das penitenciárias é influenciado negativamente por variáveis referentes aos procedimentos de segurança e disciplina.

Verificou-se que os instrumentos freqüentemente utilizados no contexto prisional foram transpostos do âmbito clínico sem que as devidas adaptações e estudos de validade e precisão junto aos presidiários tenham sido realizados. Ademais, estão focados principalmente sobre os traços estruturais de personalidade (que tendem a se manter predominantemente estáveis ao longo da vida), não aferindo assim, as possíveis mudanças ocorridas na vida do preso durante o cumprimento da pena, conforme preceitua a Lei de Execução Penal (Lei n°. 7210/1984), cuja ênfase, ao menos teoricamente, está fortemente associada à operacionalização das variáveis relativas ao processo de

reintegração social, em função do qual o psicólogo que atua no sistema prisional, hipoteticamente, deveria desenvolver sua *práxis*.

Assim, desconhecendo a existência de outros estudos sobre o uso de instrumentos de avaliação específicos para a população carcerária brasileira que considere as questões relativas à reintegração social, realizou-se esta pesquisa que consiste no estudo das propriedades psicométricas do *Defensive Style Questionnaire – 40 (DSQ-40)*, versão em português brasileiro, para a população prisional. O instrumento de tipo *self-report*, permite avaliar a qualidade das defesas psíquicas dos indivíduos, que é indicativa de como lidam com seus conflitos, segundo uma perspectiva de compreensão adaptativa.

Estima-se que este estudo possa expandir a utilização da medida das defesas psicológicas (utilizadas predominantemente no âmbito clínico) como forma de critério para o delineamento de intervenções de caráter preventivo e/ou terapêutico no contexto prisional, o que deve implicar no desenvolvimento e oferta de atividades por parte da equipe de reabilitação (psicólogos, assistentes sociais, psiquiatras, enfermeiros, agentes de segurança penitenciária, dentre outros) aos presidiários, dinamizando assim, alguns de seus aspectos vitais, o que deve favorecer o processo de reintegração psicossocial, conforme as premissas da legislação em vigor.

Na introdução deste trabalho, discute-se inicialmente a relevância da utilização de medidas psicológicas válidas e precisas no contexto prisional, segundo uma perspectiva de reintegração social contemplada pela Lei de Execução Penal (Lei nº. 7.210/84). Os conceitos de psicologia positiva, resiliência e defesas são utilizados como fundamentação teórica e epistemológica. Discute-se, a seguir, a utilização de instrumentos de medida das defesas como

um meio de aferir as formas através das quais os sujeitos lidam com as demandas da realidade. Enfatiza-se a utilização do DSQ-40, que além de ser de fácil aplicação e correção, apresenta características psicométricas satisfatórias, segundo estudos nacionais e internacionais com diferentes amostras.

Na seção do Método são apresentadas as características da amostra e são explicitados os procedimentos utilizados para se aferir a precisão e validade do instrumento.

Na seção de Resultados são contemplados os principais índices obtidos acerca das propriedades psicométricas do DSQ-40, versão em português brasileiro, segundo dados decorrentes da análise descritiva, estudo de precisão, validade convergente e discriminante, além da validade de construto.

Na seção Discussão dos Resultados são retomados os aspectos relativos à qualidade psicométrica do instrumento e são comparados a estudos anteriores, realizados com amostras clínicas.

O trabalho é encerrado com as Considerações Finais, seguidas das Referências e Anexos.

Introdução

Os serviços psicológicos são reconhecidamente necessários nas diferentes etapas de tratamento de delinquentes e criminosos (Anastasi, 1972); observa-se, contudo, que a publicação nacional de estudos sobre os fenômenos psicológicos relacionados ao contexto prisional é muito escassa, o que revela que o campo ainda não é alvo significativo de investigações científicas por parte dos pesquisadores brasileiros. O estado de deterioração da maioria das prisões do Brasil, conforme dados divulgados por organizações governamentais e não-governamentais (HRW, 1998; FUNAP, 2002), provavelmente, contribua com isto. Pode também conduzir a uma perspectiva de compreensão predominantemente social e crítica das questões relacionadas ao contexto prisional (Tavares & Menandro, 2004).

Baratta (1991), por exemplo, postula que nenhuma prisão é boa ou útil para promover a reintegração social do apenado. Assinala que devem ser valorizadas as ações que tornam menos dolorosas e danosas a vida na prisão e destaca o papel da sociedade no sentido de atenuar os efeitos da marginalização secundária, instaurada com o evento de sua prisão (a marginalização primária refere-se às questões relativas à privação e segregação social que o preso vivenciou ao longo da vida, antes de ser preso).

Sá (2005; 1998), também de forma crítica, refere que os problemas carcerários estão relacionados às questões administrativas e estruturais dos presídios, e à natureza da pena privativa de liberdade (caracterizada pelo isolamento do preso em relação à sua família e à sociedade, pela convivência

forçada no meio delinqüente, pelo sistema de poder que exerce controle sobre todas as ações do indivíduo, pelas relações ambivalentes com os funcionários e outros presos). O ambiente prisional, enfatiza o autor, pode comprometer a organização da personalidade, principal elemento do processo de prisionização, marcado pela perda da identidade, empobrecimento psíquico, infantilização, dentre outros.

Teixeira e Bordini (2004) referem-se ainda a um outro aspecto que favorece a construção de uma visão negativa sobre as prisões: a idéia do senso comum de que o aumento da criminalidade está relacionado à ineficácia do cumprimento de pena, decorrente de um sistema jurídico, supostamente benevolente, que concede benefícios que permitem aos presos a obtenção precoce da liberdade. Os autores, contrariamente a isto, demonstram que 72,5% ($N = 339$) dos presos que obtiveram progressão de regime haviam cumprido mais de um terço da pena, prazo muito acima do legal (um sexto). Os dados da pesquisa mostram ainda, que apesar de somente 4,9% da conclusão dos laudos criminológicos ser não-favorável, apenas 26,4% do total de pedidos de benefícios foram deferidos pelo poder judiciário, muito menos, portanto, do que legalmente seria possível. Assim, as decisões judiciais, segundo estes indicativos, são mais punitivas do que freqüentemente supõe a população.

O espaço prisional, embora seja permeado por variáveis claramente nocivas ao desenvolvimento e ao bem-estar humano, tem como um de seus maiores objetivos a “reinserção social” do apenado, ao menos é isto que o Código Penal (Lei nº. 7.209/84) e a Lei de Execução Penal – LEP (Lei nº. 7.210/84) preceituam. A natureza da execução penal, segundo as leis brasileiras, está, portanto, relacionada à uma dimensão de “recuperação” do preso; conforme

Mirabete (1997), “a execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado” (p.24). A operacionalização deste processo é conferida à atuação – interdisciplinar - de diversos profissionais (Sá, 2005), dentre os quais, dadas as especificidades de sua formação, destaca-se a do psicólogo, que deve contribuir com o desenvolvimento e a implantação de programas e medidas que promovam a individualização da pena, tendo em vista a reintegração psicossocial dos sentenciados. A escolha do “tratamento penitenciário” a ser aplicado ao preso deve, conforme a LEP, ser orientada segundo os dados obtidos pelo “exame de personalidade”, apontado como um dos eixos deste processo. Para isso, o psicólogo deve reunir o maior número de dados possíveis acerca da “pessoa estudada” (Mirabete, 1997).

A Portaria Interministerial nº. 1.777/03 (Ministérios de Estado da Saúde e da Justiça, 2003), outra referência jurídica a este campo de atuação, especifica que o psicólogo deve ter como delineamento a atenção à saúde mental e, como enfoque, as medidas de prevenção. Neste sentido, por exemplo, Campos (1998) e Souza (1998) ao se referirem à psicologia aplicada ao contexto prisional, criticam o modelo teórico, predominantemente clínico, e o modelo de atuação, cujo enfoque não contemplaria satisfatoriamente a ressocialização dos sentenciados.

As questões relativas aos procedimentos de avaliação psicológica no âmbito prisional, um dos pontos de partida para o delineamento da intervenção do psicólogo e de outros profissionais naquele contexto, também são muito pouco exploradas em nosso meio, o que se assemelha às avaliações psicológicas realizadas em outros campos; pesquisas mais recentes, contudo, indicam que o

interesse pelo tema está sendo reavivado (Noronha & Alchieri, 2002). Destaca-se, neste sentido, a participação do Conselho Federal de Psicologia (CFP), através da resolução nº. 002/2003, que determinou que uma comissão consultiva em avaliação psicológica, composta por especialistas, deveria analisar e emitir parecer sobre os testes psicológicos encaminhados ao CFP, segundo parâmetros específicos e correlatos aos definidos internacionalmente. Deveria também propor sugestões de aprimoramento dos procedimentos e critérios referentes ao processo de avaliação psicológica. Em decorrência disso, tornou-se possível verificar quais são os testes, dentre todos aqueles comercializados no Brasil, que foram aprovados pelos pareceristas e que podem ser utilizados de modo confiável pelos psicólogos, uma vez que satisfazem os quesitos avaliados.

Noronha e Alchieri (2002), por exemplo, referem que a utilização de testes no Brasil foi objeto de crítica da sociedade em razão das implicações dos resultados sobre diferentes dimensões da vida das pessoas. Os autores destacam que muitos instrumentos foram usados sem que fossem aferidas suas qualidades psicométricas, além da constatação da falta de estudos sobre o tema. Em outra pesquisa, Noronha (2002) valendo-se de uma amostra de 214 psicólogos, buscou investigar quais eram os problemas considerados mais graves e freqüentes em relação à avaliação psicológica. Dentre os resultados obtidos, são enfatizadas as questões referentes à formação (23,5%), ao uso dos instrumentos (22,6%) e às características dos instrumentos (35,5%). Cruz (2002) refere-se à avaliação psicológica como resultado de um processo de conhecer mais abrangente que deve considerar 1) a clareza e rigor metodológico, e 2) a superação da relação de determinação causal entre os fenômenos.

Em relação especificamente às avaliações psicológicas desenvolvidas no âmbito penitenciário nacional, vale destacar que a metodologia empregada, além de utilizar teorias, técnicas e instrumentos de medida desenvolvidos para o contexto clínico (ou a partir dele), mesmo que não tenham sido devidamente adaptados àquele contexto, é fundamentada, sobretudo, numa concepção causalista acerca do crime, que supõe haver uma relação de causa e efeito entre a conduta criminal e o que a originou (Sá, 2005). Desse modo, a avaliação psicológica ou exame criminológico (designação utilizada), ao focar o binômio delito-delinquente, busca investigar as possíveis causas do comportamento criminoso, o que é questionável do ponto de vista epistemológico. Sobre isto, Sá (1996; 1997), por exemplo, refere que é muito difícil ou mesmo impossível precisar as características de personalidade do sujeito, a partir das quais (ou em função das quais) o delito ocorre, principalmente se a avaliação distancia-se temporalmente do evento criminoso e o agente do crime já está cumprindo pena, pois há risco da avaliação não discriminar as características advindas do contexto prisional daquelas da própria personalidade do indivíduo, o que tornaria a avaliação pouco confiável. O autor enfatiza ainda, que se a avaliação se atém somente aos traços de personalidade do sujeito (que tendem a permanecer quase que da mesma forma ao longo da vida do indivíduo) é provável que se obtenha sempre os mesmos resultados e não se verifique, portanto, nenhum tipo de evolução do sentenciado durante a execução penal, o que pode implicar em danos à sua vida (Rauter, 1989; Megargee, 1995).

Outro fator que reforça a premissa de que este modelo de avaliação é passível de refutação, diz respeito à promulgação da Lei nº. 10.792/03, que implicou em várias alterações da LEP, das quais se destaca a possibilidade do

Poder Judiciário prescindir dos resultados da avaliação psicológica para a tomada de decisão sobre os possíveis benefícios a que os presos têm direito (regime semi-aberto e livramento condicional). Apesar das alterações, deve se destacar que o caráter ressocializador da instituição prisional foi mantido, conforme o Artigo 6º. da LEP: *A classificação será feita por Comissão Técnica de Classificação que elaborará o programa individualizador da pena privativa de liberdade adequada ao condenado ou preso provisório.* Destarte, a utilização dos procedimentos de avaliação (cujo enfoque não mais requer que o prognóstico de reincidência seja priorizado) impõe-se como condição *sine qua non* para que os membros da Comissão Técnica de Classificação (psicólogos, psiquiatras e assistentes sociais) atendam à prescrição legal.

A crescente demanda da população carcerária brasileira, superior a 400 mil internos (INFOPEN, 2006), também indica a necessidade de que se desenvolvam pesquisas neste campo. Entretanto, consultas realizadas pelo pesquisador junto às bases de dados brasileiras (Biblioteca Virtual de Saúde [www.bireme.br] e Biblioteca Virtual de Saúde – Psicologia [www.bvs-psi.org.br], sem definição de limite de tempo, e utilizando as expressões booleanas, *testes and presos, presos, presidiários, avaliação psicológica and presos, testes forenses, validade and precisão*), não disponibilizaram registros de pesquisas sobre procedimentos de avaliação de presidiários, tampouco sobre estudos de validade e precisão de instrumentos de avaliação aplicados à esta população, contrapondo-se à necessidade dos psicólogos jurídicos brasileiros.

No âmbito internacional, apesar do número relativamente expressivo de trabalhos, observa-se que se distanciam do enfoque requerido pela configuração atual da LEP, conforme sugerem, por exemplo, os resultados de uma pesquisa

efetuada (pelo pesquisador) na base de dados *PsycINFO* (American Psychological Association), a partir expressão booleana *forensic evaluations*, no período de 2000 a 2006, que disponibilizou estudos (120 artigos de periódicos referentes à pesquisas norte-americanas) relativos a diferentes categorias, relacionadas, mormente, à detecção de transtornos mentais severos, à mensuração de traços de personalidade e a delineamentos de procedimentos de avaliação forense (*guidelines*). Os resultados apresentados se mostram condizentes ao contexto jurídico-penal norte-americano, cujas características são de natureza mais punitiva e contensiva, diferindo, portanto, da proposta legal brasileira, de caráter “reabilitador”.

Neste sentido, por exemplo, Lally (2003) buscou investigar junto à uma amostra de psicólogos forenses americanos (N = 64) quais os testes mais aceitáveis para uso em procedimentos de avaliação em seis áreas da prática forense (estado mental, periculosidade, risco de violência sexual, imputabilidade, competência para os direitos legais [*Competency to Waive Miranda Rights Evaluations*], estados de simulação), segundo algumas categorias classificatórias (recomendado, aceitável, equívoco - inaceitável, equívoco - sem opinião, inaceitável, sem opinião). Dos resultados obtidos, destacam-se aqueles instrumentos que foram mais recomendados pelos *experts* forenses¹. A pesquisa mostra ainda que a maioria (64% a 85%, de acordo com a área) dos psicólogos forenses utiliza testes para proceder às avaliações, cujos resultados subsidiam impreterivelmente as decisões legais, do ponto de vista diagnóstico e prognóstico;

¹ Segundo a ordem de preferência: 1) a *Wechsler Adult Intelligence Scale* (WAIS-III), recomendada para avaliação de estado mental (60%), imputabilidade (62%) e competência para os direitos legais (83%), 2) o *Psychopathy Checklist-Revised* (PCL-R), recomendado para aferir a periculosidade (63%) e risco de violência sexual (62%), e 3) o *Minnesota Multiphasic Personality Inventory* (MMPI-2), recomendado para avaliação de estados de dissimulação (64%).

o texto, entretanto, não faz nenhuma menção à utilização de testagem para o desenvolvimento de programas e atividades relativas à reabilitação de presidiários, o que sugere que a utilização daqueles instrumentos em nosso meio, provavelmente, não atenderia satisfatoriamente as determinações da LEP.

Em relação a isto, há ainda o fato de não existir estudos acerca da utilização destes instrumentos junto à população brasileira, com exceção ao PCL-R, que foi objeto de pesquisa de doutoramento de Morana (2003), cujo trabalho identificou um ponto de corte para a escala (PCL-R) junto à população carcerária brasileira. Originalmente desenvolvido por Robert Hare, na década de 80, nos Estados Unidos (citado por Morana, 2004), o instrumento, amplamente utilizado em diversos países, possibilita verificar por meio de procedimentos padronizados as “características da personalidade e condutas presentes em pessoas que apresentam as condições prototípicas da psicopatia e que, desta forma, são mais sujeitas à reincidência criminal” (Morana, 2004, p.14). Apesar do PCL-R possibilitar a aferição de traços de psicopatia com precisão (sendo considerado um dos instrumentos mais fidedignos para identificar criminosos psicopatas), ainda não há estudos em nosso meio no que diz respeito à sua utilização enquanto critério preditivo de reincidência criminal, ademais, não é este o enfoque proposto pela Lei n°. 10.792/03, ao menos para os presos já condenados à pena privativa de liberdade.

Destarte, a utilização de outros critérios de avaliação, distintos daqueles relacionados exclusivamente aos traços de personalidade, deve ser aferida, reforçando assim, a proposição de que avaliação psicológica de presidiários não deve se ater exclusivamente sobre o binômio personalidade-crime, mas que, de forma mais abrangente, inclua aspectos que transcendam os fatores e questões

concernentes à transgressão da lei e do crime, e que de uma outra perspectiva, revele os recursos e as capacidades do sujeito para enfrentar, de forma mais adequada e adaptativa, as vicissitudes da vida.

Neste sentido, Sá (1987; 1996; 1997), por exemplo, menciona que as avaliações feitas nos presídios, em alusão à LEP, deveriam levar em consideração os “méritos” do apenado durante o cumprimento de pena, ou seja, focalizar as respostas que o indivíduo encontra para solucionar os seus conflitos e como lida com as propostas de atividades que lhes são feitas no presídio. Propõe ainda (Sá, 2001; 2005), um outro vértice de compreensão do crime, considerando-o como “expressão de conflitos”, o que supõe, segundo o autor, que não é a infração à norma que deve ser resolvida, dada sua incapacidade de representar os dramas humanos, mas os conflitos que ela expressa.

Em consonância à esta proposta, o *Manual de projetos de reintegração social* (Escola de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo & Departamento de Reintegração Social, 2005) refere que a alteração da LEP deve implicar numa mudança de paradigma por parte dos assistentes sociais e psicólogos penitenciários que “deixaram, precipuamente, a função de elaboração de laudos e pareceres para atender uma demanda jurídico-penal e com enfoque de controle social, para retomar uma prática profissional a serviço da expressão da singularidade do indivíduo infrator, de suas relações e de sua cidadania” (p.1). As dimensões relacionadas à valorização humana e aos processos de reabilitação (alvos de interesse das instituições correcionais desde o final da década de 70) devem, portanto, ser considerados pelos profissionais e pesquisadores forenses em suas avaliações (Saffi & Benvenuto, 2003).

Embora esta mudança de enfoque da atuação do psicólogo no contexto carcerário seja recente e, portanto, ainda não tenha sido devidamente contemplada teórica e empiricamente, parece possível realizar uma aproximação entre os objetivos da proposta deste enquadre psicológico aos pressupostos da psicologia positiva – enfoque teórico, cujo axioma central propõe uma mudança de ênfase da psicologia, que além de se preocupar em sanar os problemas da vida, deve também considerar o desenvolvimento das qualidades positivas e potencialidades humanas.

Seligman e Csikszentmihalyi (2000), precursores do movimento, assinalam que desde a Segunda Guerra Mundial, as ciências voltaram-se maciçamente para processos curativos, indicando a hegemonia de um modelo de compreensão de funcionamento humano alicerçado sobre a enfermidade, o que tende a levar à negligência das realizações, conquistas e gratificações individuais; neste sentido, a psicologia positiva se constituiu como uma tentativa de reação a este modelo, que parece se coadunar a esta nova perspectiva de atuação do psicólogo no âmbito carcerário, não mais restrita à elaboração de laudos criminológicos para atender a uma demanda do Poder Judiciário, mas que pode dirigir seu enfoque ao planejamento e desenvolvimento de intervenções de natureza psicoterápica junto aos presidiários. Gable e Haidt (2005) referem que isto possibilita que se compreendam as condições e processos que “contribuem para estimular e otimizar o funcionamento de pessoas, grupos e instituições” (p.104).

De acordo com Yunes (2003), a psicologia positiva oferece a possibilidade de se romper com o viés de algumas tradições epistemológicas que se mostram céticas diante de um enfoque que prioriza os indicativos de vida saudável, citados como sistemas adaptativos ao longo do desenvolvimento. E neste sentido, ela

tem buscado novas perspectivas de compreensão de fenômenos psíquicos como “felicidade, otimismo, altruísmo, esperança, alegria, satisfação e outros temas humanos, tão importantes para a pesquisa quanto depressão, ansiedade, angústia e agressividade” (p.75).

Embora tenha sido sistematizada há cerca de apenas uma década, a psicologia positiva já apresenta uma considerável produção científica, sobretudo nos últimos cinco anos (Seligman, Steen, Park, & Person, 2005; Gable & Haidt, 2005). De fato, ao se realizar consultas às bases de dados eletrônicas², verifica-se que os pressupostos da psicologia positiva estão sendo utilizados de forma mais efetiva pelos profissionais ligados à saúde mental, que têm ampliado o entendimento de quanto, como e em que contexto se dá a influência dos fatores relativos ao construto (emoções positivas, caráter positivo, instituições e ambiente) sobre o desenvolvimento humano. O modelo busca complementar o conhecimento sobre o sofrimento humano, bem como sobre sua fragilidade e distúrbios, o que deve encorajar os psicólogos à adoção de uma perspectiva mais aberta e compreensiva em relação aos potenciais, motivos e capacidades humanas (Sheldon & King, 2001).

Seligman *et al.* (2005), também sob este enfoque, valorizam o intento da psicologia positiva em suplementar o conhecimento já existente sobre a condição psíquica humana, e não substituí-lo. Partem da premissa de que a psicologia enquanto uma ciência abrangente deveria ser capaz de compreender o

² Conforme consulta realizado pelo pesquisador nas bases de dados *PsycINFO* (American Psychological Association) e *OVID* (www.portaldapesquisa.com.br), utilizando a expressão booleana “positive psychology”, sem definição prévia de período, resultou respectivamente, em 287 referências de artigos de periódicos relativas ao período de 1998 a 2005, e 225 referências de artigos, período de 1999 a 2005.

sofrimento e a felicidade humana; do mesmo modo, suas medidas de intervenção deveriam dar conta de ambos, proporcionando o alívio dos aspectos relativos ao sofrimento e ampliando aqueles referentes à felicidade. Condizentes a isso, Peterson e Seligman (citados por Seligman *et al.*) desenvolveram um sistema de classificação (*Character Strengths and Virtues*) associado à realização e à satisfação pessoal, tendo em vista a utilização de um modelo alternativo ao Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, considerado de pouca utilidade ao enfoque das características relacionadas à psicologia positiva.

Sob outra perspectiva, Dunn e Dougherty (2005) relacionam a psicologia positiva à reabilitação, segundo a premissa de que as resistências ou forças de enfrentamento, classificadas em quatro categorias (relação somato-psicológica, individuação, distinção entre mundo interno e externo, qualidades potenciais ou existentes), são centrais neste processo; cada uma seria promotora de bem-estar físico e pessoal. Os autores propõem que a psicologia positiva associada à psicologia da reabilitação pode oferecer um novo enquadre ao enfoque tradicional dos transtornos mentais, do sofrimento humano e, conseqüentemente, do tratamento. Ressaltam que muitos clínicos já se utilizam de instrumentos que avaliam algumas características relativas ao construto da psicologia positiva (auto-estima, bem-estar subjetivo, julgamento moral, resistências) de forma semelhante à utilização do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (American Psychiatric Association, 1994), que permite a categorização das doenças mentais.

Neste sentido, há um site na *world wide web* específico sobre psicologia positiva (<http://www.positivepsychology.org>), organizado por Martin E.P.Seligman, que dentre várias informações relevantes sobre a área, disponibiliza referências

e 15 diferentes instrumentos de avaliação relacionados ao construto³ o que supõe a realização de procedimentos avançados de pesquisa empírica.

Por favorecer a compreensão acerca das condições de enfrentamento das demandas da realidade, as forças positivas (*positive strengths*) se tornaram as características mais estudadas pela psicologia positiva. Esta ênfase conduz a outro construto denominado resiliência, epistemologicamente ligado ao anterior (Sheldon & King, 2001; Masten, 2001; Yunes, 2003). Associado ao desenvolvimento integral do indivíduo, é considerado um importante construto para o implemento de propostas de prevenção e promoção de saúde, sendo utilizado na literatura psicológica desde a década de 70 (Trombetta, 2000).

Os pressupostos do conceito de resiliência, analogamente àqueles da psicologia positiva, também se mostram intrinsecamente relacionados às prescrições da LEP (ao menos hipoteticamente, uma vez que ainda não há evidências empíricas que sustentem estas conexões), pois permite contemplar uma perspectiva mais adaptativa, relacionada a uma dimensão de reintegração psicossocial dos apenados, mesmo em face de todas as variáveis presentes nas instituições penais, reconhecidamente negativas (em sua maioria) ao desenvolvimento de uma vida saudável.

Neste sentido, Pesce, Assis, Santos e Oliveira (2004) definem resiliência com “o conjunto de processos sociais e intrapsíquicos que possibilitam o

³ (Attributional Style Questionnaire [ASQ]; Curiosity and Exploration Inventory [CEI]; Gratitude Questionnaire - 6 [GQ-6]; Inspiration Scale [IS]; Meaning in Life Questionnaire [MLQ]; Mindful Attention Awareness Scale [MAAS]; Older Adults' Attributional Style Questionnaire [OAASQ]; Personal Growth Initiative Scale [PGIS]; e Psychological Well-Being Scales; Quality of Life Inventory [QOLI]; Satisfaction with Life Scale; State-Trait-Cheerfulness Inventory [STCI]; Subjective Happiness Scale [SHS]; Transgression-Related Interpersonal Motivations Inventory [TRIM]; VIA Inventory of Strengths [VIA-IS]).

desenvolvimento de uma vida sadia, mesmo vivendo em um ambiente não sadio” (p.135). De forma similar, o conceito é definido por Paludo e Koller (2005) “como um processo dinâmico envolvendo uma adaptação positiva frente a situações de adversidade significativa” (p.187). À exemplo da psicologia positiva, o conceito vem sendo aquilatado pelos pesquisadores, que o utilizam mais amiúde em razão da ocorrência de vários eventos contemporâneos (guerras, conflitos religiosos e sócio-políticos, fenômenos climáticos, dentre outros) que impõem às pessoas a utilização súbita de estratégias que lhes possibilitem uma conduta minimamente adaptada e saudável.

Neste sentido, Pesce *et al.*(2004) preconizam que o termo resiliência está relacionado às possibilidades de superação (num sentido dialético) de eventos potencialmente estressores, o que não implica em eliminação, mas na resignificação deles. Consideram que as experiências de vida negativas são inerentes à condição humana; contudo, os níveis de exposição associados aos limites individuais de cada um, configuram uma percepção subjetiva, de tal sorte que um determinado evento pode ser enfrentado como uma ameaça por um indivíduo e para outro, ser apenas uma situação desafiadora. O eventual acúmulo de eventos de vida negativos e os diferentes graus de tolerância ao *stress* (que podem variar segundo o período de vida em que o evento ocorre) podem levar o sujeito a responder de forma a) vulnerável, predispondo-o a processos psicopatológicos ou comportamentos não eficazes, ou b) resiliente, possibilitando-lhe resistir às conseqüências negativas das experiências (do risco), desenvolvendo-se adequadamente. Há que se considerar ainda, conforme os autores, que a capacidade de resiliência está diretamente ligada aos fatores ou mecanismos de proteção que o indivíduo dispõe internamente ou capta do meio

em que vive; destacam-se neste sentido, as estratégias de *coping*, que se referem aos esforços cognitivos e comportamentais utilizados pelo sujeito para lidar com as situações desencadeadoras de *stress*.

Sob outro enfoque, Masten (2001), por exemplo, em estudo relativo ao desenvolvimento infantil, concluiu que a resiliência é um fenômeno que se manifesta usualmente como resultado de funções adaptativas (mentais, corporais, cerebrais, relacionais e sociais) face às ameaças ao desenvolvimento humano, em meio à ampla variedade de situações, mesmo que acentuadamente negativas. Refere que para se aferir a manifestação da resiliência são necessários dois tipos de julgamento: o primeiro em relação à existência de risco, que deve ser constatada; o segundo refere-se à verificação da qualidade da adaptação, que deve favorecer o desenvolvimento do sujeito. A autora refere ainda a necessidade de se delinear o desenvolvimento e funcionamento dos sistemas adaptativos sob condições de adversidade, o que pode favorecer a realização dos procedimentos de intervenção junto a crianças em situação de risco.

Bonanno (2004; 2005), sob outra vertente, estudou o construto segundo a vivência de eventos traumáticos, tendo diferenciado resiliência de recuperação, uma vez que a primeira reflete a habilidade para se manter um estado de equilíbrio, enquanto a segunda representa uma trajetória normal de funcionamento. Decorrente de múltiplos fatores e mais abrangente que a ausência de psicopatologia, o autor menciona que indivíduos resilientes podem lidar melhor com experiências emocionais perturbadoras.

Pesce *et al.*(2005) ressaltam a falta de consenso em relação à definição do termo, dada sua recente inserção no campo da saúde. Analisam a relação do construto de resiliência com eventos de vida desfavoráveis e fatores de proteção

internos e externos, referindo que crianças resilientes apresentam três tipos de variáveis que funcionariam como fatores de proteção: a) características relacionadas à personalidade, como auto-estima, flexibilidade, habilidade para resolução de conflitos; b) coesão e relacionamento familiar satisfatório e c) abertura a suporte externo que desenvolva e reforce estratégias de *coping*.

Newman (2005) relata que a American Psychological Association e a Discovery Channel realizaram uma campanha educativa (*The road to resilience*), cerca de um ano após o evento terrorista de 11 de setembro de 2001 ocorrido nos Estados Unidos, que visava ajudar o público a aprender formas de desenvolver a resiliência diante de situações traumáticas, dificuldades e problemas cotidianos. Posteriormente, o material foi disponibilizado pela *home page* da APA, através de um de seus *links* (http://www.apahelpcenter.org/dl/the_road_to_resilience.pdf). Enfocando vários aspectos do construto, o texto define resiliência como:

“processo de adaptação saudável em face de adversidade, trauma, tragédia, ameaça, ou mesmo fontes significativas de stress – como problemas familiares e relacionais, graves problemas de saúde, estressores financeiros ou relativos ao ambiente de trabalho. Isto representa a ocorrência de um retorno vigoroso das experiências de dificuldade.” (p.1)

O texto refere ainda, que a resiliência envolve comportamentos, pensamentos e ações que podem ser aprendidos ou desenvolvidos por qualquer pessoa; não se tratando, portanto, da presença ou ausência de um traço específico.

Integrado a esta perspectiva, Vaillant (2003) refere-se à validação do Eixo V (Escala de Avaliação Global do Funcionamento [GAF]) do DSM-IV (American Psychiatric Association, 1994) e à inserção da Escala de Funcionamento Defensivo (DFS) no DSM-III-R (American Psychiatric Association,

1987) como resultado da mudança de enfoque acerca da saúde mental que, até então, era apenas antônimo de doença mental. Ambas as escalas, além de possibilitarem a obtenção de medidas de saúde (mental), refletem um processo de expansão epistêmica, peculiar ao espírito do tempo (*zeitgeist*), cujos elementos revelam que as ciências do comportamento passaram a focar também as questões concernentes à saúde, ao bem-estar e aos aspectos relativos à dimensão positiva da condição humana. Neste sentido, Vaillant (2003) refere-se à psicologia positiva e à resiliência como modelos de saúde mental positiva, alvos de interesse recente da psiquiatria, cujas pesquisas têm objetivado o desenvolvimento de conceitos operacionais e processos empíricos de pesquisa acerca destes construtos.

Vaillant (2000), ao enfatizar a psicologia positiva como expressão de um enfoque contemporâneo da psicologia, relaciona-a ao conceito dos mecanismos de defesa do ego derivado da psicanálise; baseado em evidências empíricas, associa a utilização destes mecanismos (defesas) à uma dimensão adaptativa de enfrentamento da realidade, o que propõe um novo vértice de compreensão acerca do construto das defesas psicológicas, operacionalmente definido segundo as matrizes da psicologia empírica, em detrimento àquelas de cunho estritamente psicanalítico (Cramer, 2000).

Neste sentido, a psicologia positiva e a resiliência, intrinsecamente ligadas entre si, expressam no seu bojo, uma interface com o construto de mecanismos de defesa do ego, que é conceitual e operacionalmente associado a uma perspectiva de adaptação, conforme se pode observar ao longo do percurso de evolução do conceito de defesa, que se mostra adequado para subsidiar teórica e empiricamente as novas exigências de enfoque psicológico exigidas pela LEP.

Estilo defensivo e adaptação

Os mecanismos de defesa do ego (MDE) estão relacionados aos processos regulatórios involuntários que permitem a redução da dissonância cognitiva e minimizam os efeitos das demandas da realidade alterando a percepção que o indivíduo tem destes eventos (Vaillant, 1994). A compreensão conceitual dos MDE enquanto medidas que visam assegurar a integridade psicológica do sujeito tem sido utilizada por psicólogos clínicos de diferentes orientações teóricas (Wasttel, 1999). Originário da psicanálise, o conceito é um dos poucos que foram difundidos e empregados amplamente pela psicologia e psiquiatria, embora o grau de interesse dos pesquisadores pelo tema tenha oscilado muito desde a conceituação formulada por Freud no final do século XIX (1894/1996; 1896/1996).

Freud observou que os afetos poderiam ser desvinculados da representação original do objeto através de mecanismos inconscientes que tinham por finalidade proteger o sujeito das demandas pulsionais do id, desencadeadoras de conflitos ou vivências afetivamente dolorosas. Ateve-se principalmente ao estudo da repressão; Anna Freud, posteriormente (1937/1974), descreveu o funcionamento de nove mecanismos de defesa (regressão, formação reativa, anulação, introjeção, identificação, projeção, voltar-se contra si próprio, reversão e sublimação). Seus estudos contribuíram para que parte dos psicanalistas passasse a enfatizar as defesas do ego em detrimento das pulsões, o que foi significativo para o desenvolvimento de novas pesquisas que alicerçaram o *status* atual do conceito (Gabbard, 1998).

Dentro da perspectiva atual de mecanismos de defesa, Vaillant (1994) destaca cinco propriedades que já eram assinaladas por Freud e Anna Freud. De acordo com eles, os mecanismos de defesa: a) constituem a principal forma de lidar com conflito e afeto, b) são predominantemente inconscientes, c) são distintos entre si, d) tratam-se de recursos que podem sofrer alteração, e e) podem ser adaptativos, bem como patológicos.

As defesas, segundo Vaillant (1994), refletem a dinâmica de integração dos processos psicológicos para enfrentamento das demandas da realidade. A relação entre eu (*self*) e objeto e entre idéia e afeto pode ser alterada através dos mecanismos de defesa, o que permite amenizar as respostas do indivíduo aos seus impulsos. O autor ressalta que as defesas possibilitam que o sujeito a) administre de forma mais satisfatória as mudanças na auto-imagem, que nem sempre podem ser integradas à curto prazo; b) diminua a consciência dos desejos instintivos ou os substitua por idéias socialmente aceitas; c) atenua os efeitos de conflitos relacionais não resolvidos; e d) mantenha a ansiedade, vergonha e culpa sob limites suportáveis durante os conflitos.

Desde a concepção do conceito, durante cerca de meio século, vários esforços foram empreendidos por diferentes pesquisadores no sentido de se estabelecer uma compreensão hierárquica das defesas quanto à sua maturidade; divergências entre os pesquisadores e a falta de estudos empíricos, entretanto, dificultaram a operacionalização da hierarquia e a aceitação do construto por parte da comunidade acadêmica (Vaillant, 2000; 1994). Destaca-se, neste sentido, o modelo formulado por Vaillant (1971) que, utilizando-se de uma metodologia clínica, demonstrou que as escolhas de mecanismos de defesa do ego pertencentes ao nível mais maduro estão associados a estilos de vida mais

adaptativos, aferidos segundo indicativos (aspectos conjugais/relacionais, profissionais e de saúde) decorrentes da avaliação global da vida de 30 sujeitos durante o período de 25 anos. Os dados da pesquisa corroboraram a proposta de divisão hierárquica das defesas em quatro níveis hierárquicos segundo a configuração psicopatológica: psicótico (negação, distorção psicótica); imaturo (projeção, fantasia esquizóide, hipocondria, agressão passiva, *acting out*, dissociação/negação neurótica); neurótico (repressão, deslocamento, formação reativa, intelectualização); e maduro (altruísmo, humor, supressão, antecipação, sublimação).

O desenvolvimento de definições operacionalizadas que atingiram uma consistência semântica satisfatória possibilitou que o construto fosse descrito e incluído no DSM-III-R (American Psychiatric Association, 1987) e DSM-IV (American Psychiatric Association, 1994), que descrevem, respectivamente, 18 e 24 tipos de defesas. Cramer (2000) menciona que o DSM-III (American Psychiatric Association, 1980) previa a inserção dos mecanismos de defesa num de seus eixos, mas o projeto foi abandonado em razão de sua etiologia inconsciente.

Por outro lado, as defesas categorizadas em diferentes níveis, divididas em grupos conceitual e empiricamente correlatos, que refletem os mecanismos ou estilos defensivos empregados pelo sujeito, passaram a ser utilizadas mais amiúde como critério no processo diagnóstico e no planejamento de intervenções, dada a maior precisão e validade das medidas do construto, conforme indicam as várias pesquisas (Vaillant, 1971; Vaillant & Drake, 1985; Vaillant, Bond & Vaillant, 1986; Bond & Perry, 2004; Bond, 2004).

O DSM-IV-R (American Psychiatric Association, 2003/2000), quarta edição revisada, apresenta 31 defesas organizadas em sete níveis segundo uma perspectiva de adaptação do indivíduo em relação ao manejo das fontes estressoras: 1) alto nível adaptativo, 2) nível das inibições mentais (formação de compromisso), 3) nível de leve distorção da imagem, 4) nível da negação, 5) nível de importante distorção da imagem, 6) nível da ação e 7) nível da desregulação defensiva. Isto permitiu que os mecanismos de defesa fossem aferidos como critério de adaptação do sujeito, segundo uma concepção que não se restringe a um campo estritamente psicodinâmico, mas dialoga com outros enfoques teóricos.

Neste sentido, buscando verificar o grau de maturidade das defesas do ego em relação aos transtornos de personalidade (*personality disorders*), Vaillant e Drake (1985) avaliaram uma amostra de 307 sujeitos segundo três dimensões de disfunções psicossociais: a) *Health-Sickness Rating Scale* (HSRS) de Luborsky, b) eixo II do DSM-III (American Psychiatric Association, 1980), conforme os critérios diagnósticos dos transtornos de personalidade e c) mecanismos de defesa predominantes. Dentre os resultados, destacam-se: alta correlação entre a HSRS (escore 85 – 100, saudável) e a) utilização de defesas maduras ($r = 0,78$); b) maturidade psicossocial ($r = 0,78$); c) competência social ($r = 0,69$); d) sociopatia ($r = - 0,44$). A imaturidade das defesas foi diretamente associada aos transtornos de personalidade, sendo que três mecanismos (projeção, fantasia e hipocondria) foram mais comuns entre aqueles sujeitos que apresentaram distúrbios psicossociais mais severos; *acting out*, dissociação e isolamento, foram fortemente associados à sociopatia. O estudo demonstrou que há correlação entre a avaliação dos mecanismos de defesa e os critérios de avaliação do Eixo II

do DSM-III, baseados em evidências comportamentais mais objetivas que as defesas, inferidas de processos intrapsíquicos. Assim, a maioria (dois terços de 74) dos sujeitos com transtorno de personalidade, bem como a maioria (três quartos de 54) dos homens que obtiveram baixo escore na HSRS, usou mecanismos de defesa predominantemente imaturos. A pesquisa corrobora a hipótese de que o modelo hierárquico de compreensão das defesas reflete não somente a dimensão psicopatológica, relação intrínseca entre transtorno de personalidade e imaturidade psicossocial, mas também a maturidade do ego.

A função adaptativa das defesas adquiriu status predominantemente consensual entre os pesquisadores, sobretudo, no que se refere à relação entre as defesas maduras e o funcionamento adaptativo: “as defesas geralmente maximizam a gratificação e permitem a conscientização de sentimentos, idéias e suas conseqüências. Elas também promovem um equilíbrio favorável entre motivos conflitantes” (American Psychiatric Association, 2003/2000, p. 755). O estilo de vida adaptativo ou maladaptativo pode ser identificado através dos mecanismos de defesa, posto que algumas defesas são mais maduras que outras (Vaillant, 1971). O caráter adaptativo das defesas, entretanto, depende das variáveis decorrentes do desenvolvimento do sujeito, assim como daquelas relativas às circunstâncias de vida a que ele está exposto (Cramer, 2000; Yoshida, Lépine, St-Amand e Bouchard, 1998).

Considerando as defesas da perspectiva adaptativa, Vaillant (2000) defende que elas correspondem a uma das três grandes classes de mecanismos de enfrentamento ou *coping*. Ao lado da “busca ou elicitación de suporte social” e das “estratégias cognitivas conscientes usadas intencionalmente para melhorar uma situação ruim”, elas funcionam como “mecanismos mentais involuntários que

alteram a percepção da realidade interna e externa para reduzir a ameaça de sofrimento subjetivo”. O autor enfatiza ainda o caráter volitivo dos dois primeiros e a dimensão involuntária do terceiro, cuja atuação se dá independente do nível social e educacional do sujeito. Ressalta que as defesas podem a) restaurar a homeostase psicológica (*psychological hemeostase*) por ignorar ou desviar a atenção das pressões pulsionais abruptas, b) aumentar o intervalo de tempo para aliviar as mudanças desencadeadas na realidade e na auto-imagem que não poderiam ser imediatamente integradas pelo sujeito, c) modificar conflitos sem solução com pessoas representativas para o sujeito, e d) suavizar os efeitos de “conflitos de consciência”. O estudo demonstra também que a associação entre defesas maduras e saúde mental é “medida de felicidade pessoal, maturidade psicossocial, sucesso ocupacional, gratificação e estabilidade nos relacionamentos, ou ausência de psicopatologia” (p.92).

De forma similar a Vaillant (1994; 2000), Cramer (2000; 2001) refere que a adaptação, enquanto reação humana ao *stress*, ocorre como resultado dos processos defensivos, estudados por pesquisadores de diferentes domínios teóricos, o que possibilitou o desenvolvimento do construto e outros avanços, como a) o reconhecimento da existência de processos mentais inconscientes pelos psicólogos cognitivistas, requisito para os mecanismos de defesa, b) a utilização de defesas como meio de controle de ansiedade durante o desenvolvimento da identidade no período da adolescência, c) a operacionalização de diagnóstico clínico diferencial segundo as defesas predominantes, e d) avaliação do processo terapêutico segundo mudança da utilização das defesas. Ademais, o autor enfatiza que as defesas devem ser

consideradas segundo as variáveis relativas à fase de desenvolvimento, ao contexto ambiental e ao período de tempo avaliado.

No que concerne à etiologia das defesas, Vaillant (2000) menciona, à exemplo da etiologia da criatividade e das habilidades atléticas, que ela ainda não foi suficientemente esclarecida, apesar de que alguns indicativos apontem para fatores genéticos, educacionais, maturacionais e sociais. O autor refere a necessidade de que futuras investigações identifiquem de forma mais precisa a função etiológica destes e de outros fatores na configuração defensiva dos indivíduos, o que teoricamente possibilitaria o desenvolvimento de estratégias que viessem facilitar a mudança das defesas menos adaptativas para aquelas mais adaptativas. Apesar de ainda não ter dados fidedignos sobre isto, Vaillant infere que a melhora das condições relativas ao suporte social e interpessoal, assim como a manutenção das variáveis (aspectos relacionados ao sono e descanso, a fatores nutricionais, à não utilização abusiva de psicoativos, dentre outros) que mantêm o sistema nervoso central intacto (*intactness*), devem favorecer a utilização das defesas de forma mais adaptativa.

Apesar de não ser suficiente para explicar questões como aquelas relativas à natureza etiológica das defesas, a expansão teórica acerca dos mecanismos de defesa do ego possibilitou que o conceito fosse compreendido sob o enfoque da psicologia do *self* e das relações objetais, contrapondo-se à uma ótica de caracterização mais instintiva e patológica (Gabbard, 1998). Isto contribuiu para que as defesas fossem associadas à manutenção da auto-estima e à proteção das funções de organização do *self*, segundo uma perspectiva de enfoque (e operacionalização) mais cognitivista e adaptativo - afinado, portanto, aos preceitos da psicologia positiva e da resiliência. Neste sentido, Vaillant (2000), por

exemplo, observou que indivíduos mentalmente saudáveis apresentam características (capacidade de encontrar soluções mais eficientes para resolver os seus problemas, boa resistência ao *stress*, percepção da realidade sem distorções, maior grau de empatia, dentre outras) que indicam a utilização de defesas predominantemente maduras - antecipação, supressão, altruísmo, humor e sublimação. A aferição destas características (e das defesas a elas associadas) requer utilização de métodos que sejam minimamente válidos e fidedignos.

Instrumentos de medida das defesas

A avaliação dos mecanismos de defesa de ego é fundamental para o estabelecimento de diagnósticos, predição e delineamento de medidas de intervenção psicodinamicamente orientadas (Gatti, 1999), por isso, é objeto de investigação de psicólogos clínicos desde a década de 60 (Vaillant, 2000). Blaya *et al.* (2004), por exemplo, referem que o estilo defensivo é uma importante dimensão da estrutura de personalidade e representa as formas através das quais o sujeito lida com as demandas da realidade. Bergeret (1988/1974), neste sentido, refere-se às defesas como um dos critérios que devem orientar o clínico na compreensão diagnóstica da estrutura de personalidade do indivíduo.

Os MDE são avaliados mediante o emprego de 1) técnicas projetivas, 2) instrumentos de avaliação clínica (entrevistas, observações, escalas de observações pautadas em definições de glossários) e 3) instrumentos de tipo *self-report*, baseado em procedimentos psicométricos. A avaliação segundo as

técnicas projetivas, por normalmente oferecer atividades não-estruturadas, têm sua codificação e interpretação dependentes em grande parte do aplicador, o que torna a avaliação pouco confiável (Pasquali, 2001), como é o caso dos testes *Rorschach* (amplamente utilizado no contexto jurídico), Teste de Apercepção Temática (TAT) e Teste das Relações Objetivas (TRO), mais freqüentemente utilizados com este propósito (Gatti, 1999). De forma semelhante aos testes projetivos, o emprego das escalas clínicas normalmente exige a utilização da entrevista clínica individual, o que implica em maior disponibilidade de tempo e experiência do aplicador, que deve ter domínio satisfatório das técnicas de psicologia clínica, além de treinamento específico; ademais, a fidedignidade entre os julgamentos de avaliadores individuais é, geralmente, apenas mediana. O método, bastante utilizado em pesquisas empíricas, se vale da avaliação de observadores externos que se baseiam em entrevistas clínicas (gravadas em áudio, em vídeo e/ou transcritas) ou extratos de protocolos para proceder aos seus julgamentos. Um exemplo deste tipo de avaliação refere-se à Escala de Funcionamento Defensivo apresentado pelo DSM-IV-R (2000/2003, p.754), cuja utilização permite a categorização das defesas em termos de valores adaptativos. A *Defense Mechanism Rating Scale* – DMRS (Perry, 1990), objeto de expressiva produção científica (Perry & Høglend, 1998; Drapeau, Roten, Perry, & Despland, 2003), constitui outro exemplo. Desenvolvida com o objetivo de fornecer medida válida e precisa para as manifestações clínicas dos MDE, inclui a definição operacional de 30 MDE e uma escala de três pontos que permite o registro da presença provável ou definitiva de MDE. Os avaliadores, baseados nos registros da sessão (ou sessões) podem proceder à uma avaliação qualitativa (que fornece uma visão geral do estilo defensivo do paciente) ou quantitativa (que permite a

localização e quantificação dos MDE, fornecendo um índice de maturidade das defesas).

No que se refere às medidas de tipo *self-report*, devem se salientar as questões relativas aos procedimentos de aplicação, de maior agilidade que os anteriores, e de mensuração, que dispensa a necessidade de acordo entre juízes. Dentre os instrumentos deste tipo, destaca-se o *Defense Style Questionnaire* (DSQ), desenvolvido por Bond, Gardner, Christian e Sigal (1983) que objetiva avaliar os derivados conscientes dos MDE. Composto originalmente por 67 itens, o instrumento foi aplicado em 209 sujeitos (sendo 111 voluntários com funcionamento psíquico adequado e 98 pacientes psiquiátricos) e correlacionado (validade de critério) com duas outras medidas de desenvolvimento do ego (*Ego Function Questionnaire* e *Sentence Completion Test*). Os resultados indicaram que a consistência interna foi demonstrada, uma vez que as correlações item/total entre as afirmativas e as defesas que representam foram (todas) significantes ($p < 0,001$). O procedimento de análise fatorial do instrumento demonstrou que as defesas se organizaram em torno de quatro eixos: estilo de defesa 1 (afastamento, regressão, atuação, inibição, agressão passiva e projeção), estilo de defesa 2 (onipotência, cisão e idealização primitiva), estilo de defesa 3 (formação reativa e pseudo altruísmo) e estilo de defesa 4 (supressão, sublimação e humor). Revisado posteriormente, o instrumento passou a ter 88 itens referentes a 24 defesas (Bond & Vaillant, 1986).

Em outro estudo realizado junto a 413 indivíduos (142 pacientes psiquiátricos e 271 não-pacientes), Andrews, Pollock e Stewart (1989) demonstraram que os itens do DSQ se organizavam significativamente segundo os fatores correspondentes a três estilos de defesa: maduro, neurótico e imaturo.

Estes resultados levaram Andrews, Singh e Bond (1993) à reorganização do instrumento em 40 itens (denominado como DSQ-40) relacionados às defesas descritas no DSM-III-R (1990), sendo quatro delas referentes ao fator maduro (sublimação, humor, antecipação e supressão), quatro relativas ao fator neurótico (anulação, pseudo-altruísmo, idealização e formação reativa) e 12 ao fator imaturo (projeção, agressão passiva, atuação, isolamento, desvalorização, fantasia autista, negação, deslocamento, dissociação, clivagem, racionalização e somatização). Observa-se uma considerável produção científica relativa ao instrumento nas duas versões; a base de dados *PsycINFO* (American Psychological Association), por exemplo, disponibiliza 123 referências de artigos, período de 1989 a 2005, segundo a palavra-chave *dsq*. A análise desta produção indica que o instrumento é utilizado segundo a perspectiva clínica.

Neste sentido, por exemplo, Bond e Perry (2004), utilizando-se do DSQ e de outros indicativos clínicos, investigaram 1) se o estilo de defesa de pacientes com ansiedade crônica e recorrente e/ou com transtornos de personalidade seria melhorado ao longo do processo psicoterápico psicodinâmico e 2) se haveria relação entre mudança de estilo de defesa e mudança de sintoma. Os pesquisadores observaram que o estilo defensivo se tornou mais adaptativo e que os sintomas melhoraram para aqueles pacientes que obtiveram escore clínico significativo. Embora não tenha sido possível estabelecer as causas, concluíram que a mudança do estilo defensivo pode predizer as mudanças de sintomas. Ainda como exemplo, Holi, Sammallahti e Aalberg (1999), utilizando-se do *Symptom Check-list 90* (SCL-90) e o DSQ, examinaram a relação entre sintomas psiquiátricos e mecanismos de defesa. Os instrumentos foram aplicados em 458 sujeitos (122 pacientes ambulatoriais e 337 não-pacientes) tendo sido concluído,

dentre outros dados, que 51,8% da variação do *Global Severity Index* pôde ser explicada pelo estilo de defesa, sendo que o estilo imaturo é o que mais explica a variação dos sintomas. Os autores observaram ainda que os pacientes ambulatoriais utilizaram as defesas desvalorização e *splitting* de forma mais significativa, enquanto que os outros sujeitos, utilizaram mais as defesas altruísmo e idealização. Bond (2004), em estudo de revisão bibliográfica sobre o instrumento, constatou forte evidência de que o estilo de defesa adaptativo é associado à saúde mental, e que alguns diagnósticos são relacionados a padrões específicos de defesa, por exemplo, pessoas com transtorno da personalidade *borderline*.

Em relação ao DSQ-40, observa-se que o instrumento tem sido objeto de pesquisa em diferentes países. Soliman (1996), por exemplo, aplicou a versão árabe do instrumento a 64 estudantes de medicina, tendo obtido baixos escores relativo às defesas mais patológicas e altos escores referentes às defesas mais maduras.

Outro exemplo refere-se a Hayashi, Miyake e Minakawa (2004), que procederam ao estudo de validade e precisão do instrumento no Japão. Os pesquisadores aplicaram o DSQ-40 (e o Maudsley Personality Inventory – MPI, como critério) a 606 estudantes universitários (348 mulheres). Os resultados indicaram que a tendência neurótica foi correlacionada positivamente aos estilos de defesa imaturo e neurótico e negativamente ao estilo de defesa maduro; a tendência à extroversão foi correlacionada positivamente aos estilos defensivos maduro e neurótico e negativamente ao estilo de defesa imaturo.

Cour (2002), à exemplo de Soliman (1996), investigou o estilo defensivo de estudantes de medicina da Dinamarca com a utilização do DSQ-40, que foi

aplicado a 124 estudantes do ensino médio e a 214 estudantes de medicina. Os resultados indicaram escore significativamente alto em relação às defesas pseudo-altruísmo, negação, formação reativa; os dados sugerem tendência ao uso intenso de sublimação, racionalização e dissociação entre os estudantes de medicina. Não houve diferença significativa entre os escores dos grupos, no que concerne aos estilos defensivos.

No contexto brasileiro, o interesse dos pesquisadores pelos instrumentos (DSQ e DSQ-40), é relativamente recente. O trabalho de Andrade (1996; 2006), por exemplo, objetivou a tradução e adaptação do DSQ para uso no Brasil, tendo para isto, realizado os procedimentos peculiares à tarefa de tradução e àqueles relativos ao estudo de confiabilidade. A consistência interna do instrumento foi estimada separadamente segundo o cálculo do coeficiente Alfa de Cronbach para a forma original, em inglês ($\alpha = 0,88$) e para a forma traduzida, em português ($\alpha = 0,91$).

Em outra pesquisa, Andrade (2000) buscou identificar, através do DSQ, as principais defesas utilizadas por uma amostra de estudantes no momento de sua admissão ao curso de medicina e aferir a correlação com aquelas apresentadas por outros estudantes no momento da admissão em outros cursos universitários (direito e engenharia). O instrumento foi aplicado a 243 estudantes (93 do curso de medicina, 78 de direito e 70 de engenharia). Dentre os resultados obtidos, observa-se que os estudantes de medicina apresentaram escores mais elevados nas defesas pseudo-altruísmo, sublimação, formação reativa e anulação; os estudantes de direito obtiveram escores mais elevados nos mecanismos de defesa projeção, atuação, regressão, negação, cisão; os de engenharia apresentaram escore maior somente na defesa isolamento.

Blaya *et al.* (2004) descrevem estudo que objetivou a tradução e adaptação do DSQ-40 para o português, cuja validade de conteúdo foi estimada. Os pesquisadores efetuaram os procedimentos de tradução reversa e constataram índices satisfatórios (média de alocação correta de itens às defesas da ordem de 89%; e 100% em relação aos fatores maduros, neuróticos e imaturos) em relação à versão original (Andrews, Singh & Bond, 1993), tendo sido aprovada por um dos autores, Michel Bond. Os pesquisadores também procederam ao estudo de validação de construto (Blaya, 2005; Blaya *et al.*, 2007), segundo aplicação a uma amostra de 339 sujeitos (36 do grupo controle, 237 pacientes psiquiátricos, 66 pacientes em psicoterapia). Outra amostra de 75 sujeitos foi avaliada também pelo MMPI e outra (n = 66) avaliada pela Escala de Funcionamento Defensivo (DFS), eixo proposto para futuros estudos do DSM-IV (APA, 1994). Os dados obtidos segundo os procedimentos de análise fatorial resultaram numa distribuição das defesas semelhante ao instrumento original, com exceção da racionalização, que foi alocada no fator maduro (e na versão original era alocada no fator imaturo). A consistência interna do estilo defensivo foi satisfatória somente para o fator imaturo (coeficiente Alfa de Cronbach de 0,77). A avaliação teste-reteste realizada no grupo controle (n = 33) com intervalo de quatro meses não demonstrou diferença significativa entre a avaliação inicial, segundo o teste *t* pareado. Os autores observaram ainda que o uso de defesas imaturas e neuróticas foi maior entre os pacientes que para os sujeitos do grupo controle. Os sujeitos com traços de Transtorno de Personalidade segundo o MMPI faziam maior uso de defesas imaturas e neuróticas. Houve correlação entre o nível defensivo de acordo com a DFS e as defesas imaturas ($r = 0,34$, $p = 0,006$). Estes dados, de acordo com Blaya (2005), levaram à conclusão de que a versão

em português do DSQ-40 possui características psicométricas satisfatórias que permitem o seu uso na nossa cultura.

Considerando que as qualidades psicométricas de um instrumento estão intrinsecamente relacionadas às características da população em que foram aferidas, pondera-se que os resultados obtidos por Blaya (2005) junto à amostra de pacientes psiquiátricos e pacientes em psicoterapia, podem não ser aplicáveis a presidiários, que não constituem população clínica. Nesta medida, a pesquisa com o objetivo de estimar a validade do DSQ-40, versão em português brasileiro, para a população prisional é justificável. Ademais, dado o panorama atual da maioria dos presídios brasileiros, a perspectiva de que medidas relativas à dimensão de reintegração psicossocial (em detrimento àquelas relacionadas estritamente a procedimentos de contenção) sejam orientadas por dados confiáveis, parece cada vez mais necessária. Neste sentido, foram definidos os objetivos que se seguem:

Objetivo Geral

Estimar as propriedades psicométricas do *Defensive Style Questionnaire* (DSQ-40), versão em português brasileiro, para a população prisional.

Objetivos Específicos

1. Estimar a validade de construto do instrumento, segundo o procedimento de análise fatorial.

2. Estimar a precisão do DSQ-40.
3. Proceder à análise de consistência interna do questionário.
4. Estimar a validade convergente, tendo como critério a Escala de Resiliência.
5. Estimar a validade discriminante tendo como critério a Escala de Avaliação de Sintomas-40 (EAS-40).

Método

Participantes

O tamanho da amostra que havia sido previamente definido para este estudo (N = 400) não foi atingido em razão de contingências apresentadas pelas instituições prisionais, cujos procedimentos de segurança implicaram em restrições à coleta de dados. Assim, o estudo foi realizado com a participação de 293 adultos, de ambos os sexos, presidiários de unidades penais de regime fechado. Deste total, 22 foram descartados, pois não responderam a mais de 10 itens de um dos instrumentos aplicados, o que fez com que a amostra final (N = 271) tenha sido composta por 64 homens, internos da Penitenciária de Lucélia/SP, 63 mulheres, reclusas no Estabelecimento Penal Feminino de Corumbá/MS e 144 homens, internos do Estabelecimento Penal Masculino de Corumbá/MS.

As características sociodemográficas de cada um dos três grupos são apresentadas nas Tabelas 1, 3 e 4. Observa-se que os dados referentes à amostra do Presídio de Lucélia/SP contêm somente a idade (Tabela 1), uma vez que os presos não concordaram em fornecer outras informações. No entanto, alguns dados divulgados pelo Censo Penitenciário do Estado de São Paulo (FUNAP, 2002) serão mencionados pelo pesquisador, considerando o fato de que se referem à população de presos daquele Estado.

A distribuição por sexo dentre os grupos apresenta 23,25% de mulheres (N = 63) e 76,75% de homens (N = 208), índices desproporcionais em relação à

população de presidiários do sistema penitenciário federal e estadual, conforme dados apresentados na Tabela 2.

Deve-se ressaltar que a coleta de dados junto ao sexo feminino não havia sido prevista inicialmente, contudo, levando-se em consideração que as qualidades psicométricas do DSQ-40 (versão em português brasileiro), objeto desta pesquisa, foram aferidas em nosso meio com base em dados clínicos de uma amostra composta por 28,01% de mulheres (Blaya, 2005), considerou-se útil obter dados de amostra feminina, para efeito de comparação dos resultados com os daquela amostra.

Deve-se considerar também, que do ponto de vista teórico, não há expectativa de que a qualidade das defesas sofra variação significativa em função do gênero. Andrade (2000), ao avaliar as defesas psíquicas de estudantes de medicina, encontrou diferenças não significativas entre os escores dos participantes do sexo masculino (N = 165; 68,46% da amostra total) e dos sujeitos do sexo feminino (N = 76; 31,54% da amostra total). Da mesma forma, Andrews, Singh e Bond (1993) verificaram que os escores das defesas não foram alterados em função do sexo do respondente, segundo dados obtidos junto a amostra clínica composta por 457 mulheres (64%) e 255 homens (36%).

Quanto à idade (M = 33,05; DP = 10,97), há a predominância das faixas etárias mais jovens na amostra do Estado de Mato Grosso do Sul, considerando a feminina somada à masculina (M = 30,34; DP = 9,34), o que difere da amostra do Estado de São Paulo, cuja média de idade é maior (M = 41,64; DP = 11,41). Estes dados contrastam com os apresentados pelo Censo Penitenciário realizado no Estado de São Paulo – CPSP (FUNAP, 2002) que indicam que há uma concentração de 75% da população na faixa de 18 a 34 anos.

Tabela 1. Distribuição da Frequência dos Internos Segundo a Idade

Idade (anos)	Corumbá Feminino (N = 63)		Corumbá Masculino (N = 144)		Lucélia Masculino (N = 64)		Total (N = 271)	
	f	%	f	%	f	%	f	%
19 a 24	21	33,33	42	29,17	4	6,25	67	24,72
25 a 30	16	25,40	50	34,72	10	15,63	76	28,04
31 a 36	9	14,28	14	9,72	10	15,63	33	12,18
37 a 42	7	11,11	19	13,19	12	18,75	38	14,02
43 a 48	7	11,11	10	6,94	11	17,19	28	10,33
49 a 54	1	1,59	1	0,69	5	7,81	7	2,58
55 a 60	1	1,59	4	2,78	10	15,63	15	5,54
61 a 66	0	0,00	1	0,69	1	1,56	2	0,74
> 66	0	0,00	0	0,00	1	1,56	1	0,37
Sem resposta	1	1,59	3	2,08	0	0,00	4	1,48
Mínima	19		19		23		19	
Máxima	60		65		69		69	
Média	30,55		30,26		41,64		33,06	
Mediana	29		28		40		30	
Moda	22		21		58		21	
Desvio Padrão	9,17		9,44		11,41		10,97	

Tabela 2. Distribuição da População Carcerária do Sistema Penitenciário Nacional e dos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, Regime Fechado, em Relação ao Sexo.

Sistema Penitenciário	Homens		Mulheres		Total
	f	%	f	%	
Nacional	154861	94,54	8944	5,46	163805
Paulista	67734	92,89	5178	7,11	72912
Sulmatogrossense	4254	88,92	530	11,08	4784

Fonte: INFOPEN, 2006

Quanto ao estado civil (Tabela 3), há predomínio de solteiros (46,03%) e amasiados (20,63%) na amostra do presídio feminino de Corumbá/MS; na amostra de presos da penitenciária masculina da mesma cidade, há o predomínio de amasiados (43,06%) e solteiros (31,94%). Dados divulgados pelo CPSP mostram que 56% dos presos são casados/amasiados e 38% são solteiros (FUNAP, 2002).

Quanto ao grau de escolaridade (Tabela 3), mais da metade das amostras de MS (50,79 % da amostra masculina e 59,72% da amostra feminina) afirmou não ter concluído o ensino fundamental. Dados do CPSP indicam que 74% dos presos do Estado de São Paulo mencionaram o mesmo (FUNAP, 2002).

Tabela 3. Distribuição de Frequência dos Internos de Corumbá/MS (N = 207) Segundo o Estado Civil e a Escolaridade

Variável	Descrição	Feminino (N = 63)		Masculino (N = 144)	
		f	%	f	%
Estado Civil					
	Solteiro	29	46,03	46	31,94
	Amasiado	13	20,63	62	43,06
	Casado	3	4,76	11	7,64
	Divorciado/Separado	4	6,35	0	0,00
	Viúvo	2	3,17	0	0,00
	Sem resposta	12	19,05	25	17,36
Escolaridade					
	Não alfabetizado	2	3,17	1	0,69
	Fundamental	32	50,79	86	59,72
	Fundamental	8	12,70	10	6,94
	Médio Incompleto	1	1,59	14	9,72
	Médio Completo	8	12,70	17	11,82
	Superior Incompleto	2	3,17	2	1,39
	Sem Resposta	10	15,87	14	9,72

Quanto ao delito cometido (Tabela 4), observa-se que o tráfico de drogas é o crime de maior incidência entre os presos das amostras de MS (71,43% das mulheres e 45,14% dos homens); fatores relacionados à economia, de natureza predominantemente agropecuária (que reduz a oferta e a diversidade de atividades de trabalho), e às condições geográficas do Estado (que, em razão das fronteiras secas com a Bolívia e o Paraguai, favorecem o acesso e o comércio de substâncias psicoativas ilícitas), parecem contribuir para que a frequência em relação a este tipo de delito seja maior que aquelas relacionadas a outros tipos de crime. Isto pode explicar, ao menos hipoteticamente, o elevado percentual de condenação por tráfico de drogas aferido junto à amostra feminina de MS, proporcionalmente muito superior àqueles apresentados (44%) pelo CPSP para o mesmo sexo e crime; de forma análoga, a porcentagem verificada em relação à amostra de presos masculinos de MS, é bem maior que àquela divulgada (18%) pelo CPSP para os presos do mesmo sexo e crime. Em relação à população paulista de presos, o roubo é mencionado como sendo o crime de maior frequência (65%) entre os homens e o tráfico de drogas (44%), entre as mulheres (FUNAP, 2002).

Em relação ao tempo de condenação (Tabela 4), observa-se que a amostra masculina de MS tem penas maiores ($M = 7,54$; $DP = 6,35$) que a feminina do mesmo estado ($M = 3,95$; $DP = 1,27$), proporção que parece relacionada ao tipo e frequência do delito cometido; como as mulheres são condenadas principalmente por um único delito (tráfico de drogas, sobretudo), tendem a ser condenadas a penas mais brandas que os homens, que geralmente cometem diferentes tipos de crime e numa frequência maior que as mulheres.

Tabela 4. Distribuição de Frequência dos Internos de Corumbá/MS (N = 207), Segundo o Delito Cometido e a Condenação

Variável	Descrição	Feminino (N = 63)		Masculino (N = 144)	
		f	%	f	%
Delito Cometido (Artigo do Código Penal)					
	12 – tráfico de drogas	45	71,43	65	45,14
	14 – crime consumado/tentativa	1	1,59	4	2,78
	33 – reclusão/detenção	6	9,52	0	0,00
	121 - homicídio	0	0,00	15	10,43
	155 - furto	0	0,00	18	12,50
	157 - roubo	1	1,59	19	13,19
	157§3 - roubo com lesão ou morte	0	0,00	1	0,69
	180 - receptação de furto	0	0,00	1	0,69
	213 - estupro	0	0,00	2	1,39
	214 - atentado violento ao pudor	0	0,00	1	0,69
	312 - peculato	0	0,00	4	2,78
	Sem resposta	10	15,87	14	9,72
Condenação (anos)					
	< 2	0	0,00	2	1,39
	2 a 3	16	25,40	15	10,42
	4 a 5	20	31,75	25	17,36
	6 a 7	2	3,17	7	4,86
	8 a 9	1	1,59	9	6,25
	10 a 11	0	0,00	1	0,69
	12 a 13	0	0,00	6	4,17
	14 a 15	0	0,00	3	2,08
	> 15	0	0,00	7	4,86
	Processo em Andamento	14	22,22	48	33,33
	Sem Resposta	10	15,87	21	14,59
	Mínima	2		1	
	Máxima	8		36	
	Média	3,95		7,54	
	Mediana	4		5	
	Moda	4		4	
	Desvio Padrão	1,27		6,35	

Assim, pode-se dizer que o perfil médio da amostra total não é indicativo de equilíbrio entre os sexos, o que também se observa na população carcerária brasileira. A amostra não reproduz adequadamente o perfil da distribuição da variável sexo, encontrada na população, exceto em relação às amostras do Estado do Mato Grosso do Sul. Assim, apesar da maior parte da amostra ter sido composta por participantes do sexo masculino, da mesma forma que há claramente maior probabilidade de se encontrar homens na população carcerária brasileira, segundo os dados estatísticos oficiais, não é possível inferir que a amostra utilizada neste estudo apresente boa representatividade da população mais ampla, uma vez que a coleta de dados se deu em apenas três unidades prisionais, o que não deve restringir a generalização dos resultados.

Quanto à idade, há o predomínio da faixa dos 19 aos 33 anos. Em relação ao grau de escolaridade, o perfil é predominantemente de baixa educação; em relação ao estado civil, a maioria das mulheres é solteira, enquanto que a maior parte dos homens são amasiados/casados. No que se refere ao delito, a maior parte dos presos cometeu tráfico de drogas e foi condenada à reclusão de um a cinco anos.

Material

Para a realização deste estudo, além do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo D), foram utilizados os seguintes instrumentos⁴:

1. O questionário denominado de *Defensive Style Questionnaire* (DSQ-40), versão em português brasileiro (Blaya, 2004), foi o principal instrumento utilizado neste estudo;
2. A Escala de Resiliência (Pesce *et al.*, 2005);
3. Escala de Avaliação de Sintomas-40 – EAS-40 (Laloni, 2001);

O *Defense Style Questionnaire* (DSQ-40), versão em português brasileiro, é um questionário de tipo *self-report*, com 40 itens desenvolvidos para avaliar os derivativos conscientes dos mecanismos de defesa; objetiva identificar o estilo característico de como as pessoas lidam, consciente ou inconscientemente, com seus conflitos, segundo o pressuposto de que são capazes de comunicar de modo preciso seus comportamentos.

A construção do instrumento está relacionada ao desenvolvimento do conceito de defesa, cuja definição e operacionalização permitiram que o construto fosse utilizado por clínicos de diferentes escolas teóricas (conforme já mencionado anteriormente). As investigações de Vaillant (1971) foram significativas neste sentido, uma vez que possibilitou o delineamento teórico e

⁴ Os instrumentos não foram disponibilizados em anexo por questões relativas aos direitos autorais.

empírico acerca da hierarquia das defesas no que concerne às suas dimensões adaptativas.

O desenvolvimento da primeira versão do DSQ (Bond, Gardner, Christian & Sigal, 1983) mostrou-se decisivo para a utilização desta modalidade de medida das defesas. Partindo da premissa de que as pessoas podem falar objetivamente sobre seus comportamentos, que expressam o modo como lidam (consciente ou inconscientemente) com seus conflitos, os autores desenvolveram itens (sentenças) que hipoteticamente se relacionavam a diferentes defesas; posteriormente, estes itens foram submetidos ao procedimento de análise teórica (*face validity*) segundo dois psicólogos e um psiquiatra familiarizados com a teoria psicanalítica. Esta versão apresentou 67 itens. Posteriormente, o instrumento foi revisado e passou a apresentar 88 itens, relacionados a 24 defesas (Bond & Vaillant, 1986). Objetivando obter maior consistência do DSQ em relação ao glossário de mecanismos de defesa apresentado no DSM-III-R (American Psychiatric Association, 1987), Andrews, Pollock e Stewart (1989) reorganizaram o instrumento em um questionário de 72 itens, relacionados às 20 defesas descritas no DSM-III-R, agrupadas em três fatores (maduro, neurótico e imaturo). Conforme, Blaya *et. al.* (2003), as defesas maduras “correspondem às mais adaptativas e são, portanto, aquisições mais tardias no desenvolvimento emocional” (p.70); as defesas neuróticas “estão num nível intermediário entre as maduras e as imaturas, freqüentemente encontradas no funcionamento neurótico” (p.71); e as defesas imaturas “são mais características de comprometimentos egóicos mais graves, como os que ocorrem nas psicoses e nos transtornos graves de personalidade” (p.72).

Uma nova versão com 40 itens foi desenvolvida por Andrews, Singh e Bond (1993) a partir da anterior (Stewart, Pollock & Stewart, 1989); assim, cada defesa passou a ser representada por dois itens (aqueles apresentaram os melhores indicativos estatísticos).

A versão em português, realizada por Blaya *et al.*(2004), foi gentilmente cedida pela Dra Carolina Blaya para a realização deste estudo. O DSQ-40 avalia 20 defesas⁵, divididas em três fatores: maduro, neurótico e imaturo. As defesas sublimação, humor, antecipação, supressão e racionalização correspondem ao primeiro fator. As defesas anulação, pseudo-altruísmo, idealização e formação reativa correspondem ao fator neurótico. Onze defesas correspondem ao fator imaturo: projeção, agressão passiva, *acting out*, isolamento, desvalorização, fantasia autística, negação, deslocamento, dissociação, cisão e somatização. O DSQ-40 pode fornecer escores das defesas individuais (calculados pela média dos dois itens para determinado mecanismo de defesa) e escores dos três fatores (maduro, neurótico e imaturo), obtidos pela média dos escores das defesas que pertencem àquele fator (Tabela 5).

As respostas aos itens são pontuadas numa escala *Likert* de 9 pontos: “1” indicando “discordo completamente” e “9” indicando “concordo plenamente”. O DSQ-40 pode ser aplicado de forma individual ou coletiva.

⁵ O DSM-IV (APA, 2002/1994) apresenta um “Glossário de mecanismos específicos de defesa e estilos de enfrentamento” (p.757) que define operacionalmente 27 defesas.

Tabela 5. Distribuição dos Itens do DSQ-40, Segundo a Defesa e o Fator em que se Agrupam

Fator	Defesa	Itens	
Maduro			
	Antecipação	30	35
	Humor	5	26
	Supressão	2	25
	Sublimação	3	38
	Racionalização	4	16
Neurótico			
	Pseudo-altruísmo	1	39
	Idealização	21	24
	Formação Reativa	7	28
	Anulação	32	40
Imaturo			
	Projeção	6	29
	Agressão passiva	23	36
	<i>Acting out</i>	11	20
	Isolamento	34	37
	Desvalorização	10	13
	Fantasia autística	14	17
	Negação	8	18
	Deslocamento	31	33
	Dissociação	9	15
	Cisão	19	22
	Somatização	12	27

A *Escala de Resiliência* (Pesce et al., 2005), refere-se à tradução e adaptação do *Resilience Scale* de Wagnild e Young (1993). É um questionário de tipo *self-report* que visa medir níveis de adaptação psicossocial positiva em face de eventos de vida significativos. É composto por 25 itens distribuídos originalmente em cinco fatores (serenidade, perseverança, autoconfiança, sentido de vida e auto-suficiência); na versão brasileira, os itens se agruparam em três fatores (competência pessoal, aceitação de si-mesmo e da vida, competência social).

O instrumento apresentou índices psicométricos satisfatórios, como o Alfa de Cronbach ($\alpha = 0,84$) e Coeficiente de Correlação Intraclasse de 0,75. A aplicação da escala pode ocorrer de forma individual ou coletiva; as respostas aos itens são dadas segundo uma escala de sete pontos, tipo *Likert*: “1” indicando “discordo totalmente” e “7” indicando “concordo totalmente”. Os escores da escala oscilam de 25 a 175 pontos; o ponto de corte utilizado definiu os menos resilientes como aqueles com escores abaixo de 110 pontos.

A *Escala de Avaliação de Sintomas – 40 - EAS-40* (Laloni, 2001): refere-se à tradução e adaptação da Symptom Checklist – 90 – Revised (SCL-90-R), de Derogatis (1994), instrumento amplamente utilizado em pesquisas clínicas no contexto internacional. Laloni (2001), ao revisar a literatura acerca do instrumento, refere-se a pesquisas realizadas junto a pacientes com diversas patologias clínicas (cardiopatas, neoplasias, distúrbios renais, dentre outros). É um inventário multidimensional de tipo *self-report* que objetiva avaliar problemas psicológicos e sintomas psicopatológicos, utilizado para o planejamento terapêutico médico e/ou psicológico. A versão brasileira é composta por 40 itens distribuídos em quatro dimensões: psicotismo, obsessividade-compulsividade, somatização e ansiedade. A aplicação da EAS-40 deve ocorrer de forma individual e assistida; as respostas aos itens são dadas segundo uma escala de três pontos, tipo *Likert*: “0” indicando “nenhum pouco”, “1” indicando “um pouco” e “2” indicando “muito”.

Procedimento

1. Foi solicitado e obtido o consentimento para a realização da pesquisa, junto à Coordenadoria das Unidades Prisionais da Região Oeste do Estado de São Paulo (CROESTE), que autorizou a realização da coleta de dados em quatro presídios (Penitenciárias de Lucélia, Pracinha, Osvaldo Cruz e Junqueirópolis) de regime fechado, que abrigam presos do sexo masculino condenados à pena privativa de liberdade (Anexo A), contudo, dadas as questões de segurança dos estabelecimentos, o procedimento de coleta de dados só foi efetuado na Penitenciária de Lucélia.
2. Foi solicitado e obtido consentimento para a realização da pesquisa à Agencia Penitenciária do Mato Grosso do Sul (AGEPEN), que autorizou a realização da coleta de dados junto aos estabelecimentos penais masculino e feminino de regime fechado localizados na cidade de Corumbá/MS (Anexos B e C).
3. Foi solicitado ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da PUC-Campinas a aprovação para a realização deste estudo, tendo sido obtido parecer favorável.

4. Seleção das amostras: os sujeitos foram sorteados aleatoriamente pelo pesquisador a partir da lista de matrículas de presos de cada um dos presídios em que se realizou a coleta de dados.
5. Aplicação dos Instrumentos: foi realizada pelo pesquisador em cada uma das unidades prisionais e em conformidade às suas normas e procedimentos de segurança. Ocorreu segundo agendamento prévio, definido junto ao Diretor de cada um dos Estabelecimentos Penais.
6. O pesquisador convidou os presos previamente sorteados a participarem do procedimento informando-lhes sobre os objetivos da pesquisa e sobre o instrumento de coleta de dados (DSQ-40). Os que se dispuseram a participar e referiram ser alfabetizados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo D) antes de responderem ao instrumento; os presos não alfabetizados (N = 3), foram informados da necessidade de que uma pessoa atuasse como testemunha de seu aceite e que assinou no campo específico do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo D). A aplicação deste instrumento ocorreu em 100% amostra de acordo com as normas padronizadas e em consonância às normas de segurança das instituições prisionais. O questionário foi aplicado predominantemente de forma coletiva, a grupos que variaram de 3 a 8 sujeitos. Em alguns casos (sujeitos não alfabetizados ou semi-alfabetizados) optou-se pela

modalidade aplicação assistida (o aplicador leu cada uma das sentenças e assinalou no campo específico a resposta que foi verbalizada pelo respondente), tendo em vista a operacionalização da aplicação.

7. Na presente pesquisa foi obtida medida de validade convergente por meio da estimativa da correlação entre o DSQ-40 e a Escala de Resiliência. De acordo com a expectativa teórica, pressupôs-se que a maturidade defensiva encontrar-se-ia positiva, mas moderadamente associada à resiliência. Foram também obtidas medidas de validade discriminante por meio da estimativa do coeficiente de correlação entre o DSQ-40 e a EAS-40. Teoricamente, esperava-se que a maturidade defensiva deveria estar negativamente correlacionada com a severidade de sintomas psicopatológicos.

8. O estudo de validade de critério convergente e discriminante foi realizado junto aos sujeitos que já haviam respondido o DSQ-40 e que, selecionados aleatoriamente, foram convidados a responderem a um segundo e, eventualmente, a um terceiro instrumento. Assim, sete sujeitos da amostra da Penitenciária de Lucélia foram submetidos à aplicação da Escala de Resiliência. Do Estabelecimento Penal Masculino de Corumbá/MS, 30 participantes responderam a Escala de Resiliência e a EAS-40. No Estabelecimento Penal Feminino de Corumbá, a Escala de

Resiliência foi aplicada em nove participantes e a EAS-40, em oito sujeitos. Foram utilizados os mesmos procedimentos de aplicação mencionados no item anterior (5).

9. O estudo de precisão do DSQ-40 foi realizado segundo o delineamento de teste-reteste, tendo sido aplicado a 15 sujeitos.

Resultados

Os procedimentos de análise dos dados foram realizados através do software *SPSS 15.0 for Windows Evaluation Version*.

DSQ-40: análise descritiva

Realizou-se a análise da distribuição de frequência das respostas dadas pelos sujeitos aos itens relacionados a cada uma das 20 defesas, agrupadas em três fatores: maduro, neurótico e imaturo.

A distribuição de frequência dos escores dos itens do DSQ-40, obtidos junto à amostra total (N = 271), é apresentada na Tabela 6, que dispõe sequencialmente os 40 itens segundo as 20 defesas que representam. Observa-se que os escores indicam que as respostas dadas a alguns itens (relativos a uma mesma defesa) apresentaram tendências muito diferentes (por exemplo, os itens 1 e 39, referentes à defesa pseudo-altruísmo; os itens 9 e 15, relativos à defesa dissociação; os itens 19 e 22, relacionados à defesa cisão; dentre outros), o que sugere problemas pertinentes à adequação da representação comportamental destes itens em relação ao atributo defesas (aquelas, cujos escores do itens apresentaram sentidos contrários), ou seja, isto pode ser indicativo que estes itens não estão “medindo” a mesma defesa (Pasquali, 1999).

Tabela 6. Estatísticas Descritivas da Pontuação Obtida por Item do DSQ-40

Item	N	Média	Erro Padrão da Média	Mediana	Moda	Desvio Padrão
1 Pseudo-Altruísmo	270	7,44	0,133	9	9	2,182
39 Pseudo-altruísmo	270	4,40	0,198	4	1	3,260
2 Supressão	270	5,56	0,182	6	9	2,984
25 Supressão	269	6,94	0,154	8	9	2,528
3 Sublimação	271	7,77	0,134	9	9	2,205
38 Sublimação	267	7,39	0,152	9	9	2,485
4 Racionalização	270	7,15	0,141	8	9	2,309
16 Racionalização	271	6,02	0,168	7	9	2,770
5 Humor	269	4,99	0,188	5	1	3,085
26 Humor	269	5,30	0,178	5	9	2,916
6 Projeção	270	3,74	0,171	3	1	2,811
29 Projeção	271	4,20	0,196	3	1	3,220
7 Formação Reativa	270	6,75	0,159	8	9	2,613
28 Formação Reativa	270	6,13	0,169	7	9	2,776
8 Negação	270	4,21	0,187	3	1	3,067
18 Negação	269	3,09	0,156	2	1	2,551
9 Dissociação	270	2,84	0,153	1	1	2,521
15 Dissociação	270	6,26	0,166	7	9	2,723
10 Desvalorização	266	4,71	0,196	5	1	3,196
13 Desvalorização	269	4,68	0,177	5	1	2,903
11 Acting out	270	5,00	0,176	5	1	2,884
20 Acting out	271	3,15	0,161	2	1	2,657
12 Somatização	271	5,24	0,188	5	9	3,101
27 Somatização	270	5,10	0,198	5	1	3,248
14 Fantasia Autística	269	3,08	0,167	1	1	2,735
17 Fantasia Autística	271	3,78	0,181	3	1	2,986
19 Cisão	271	3,46	0,161	3	1	2,649
22 Cisão	267	6,10	0,148	6	5	2,414
21 Idealização	270	5,23	0,187	5	9	3,077
24 Idealização	270	5,04	0,172	5	9	2,829
23 Agressão Passiva	269	2,53	0,140	1	1	2,304
36 Agressão Passiva	268	4,75	0,171	5	1	2,792
30 Antecipação	269	7,30	0,144	8	9	2,359
35 Antecipação	269	7,10	0,151	8	9	2,475
31 Deslocamento	268	3,59	0,164	3	1	2,681
33 Deslocamento	268	4,48	0,199	4	1	3,250
32 Anulação	267	6,82	0,162	8	9	2,648
40 Anulação	269	4,97	0,203	5	1	3,332
34 Isolamento	270	5,09	0,187	5	9	3,074
37 Isolamento	267	4,75	0,183	5	1	2,996

Para melhor visualização da distribuição e dispersão da amostra, quanto aos itens que compõem as defesas, são apresentados *boxplots* e histogramas (Figuras 1 a 42).

A Figura 1 apresenta a dispersão de respostas da amostra total (N = 271) para cada um dos 40 itens referentes às 20 defesas. Observa-se que as respostas apresentam variação (Tabela 6) importante em relação à média obtida em cada item, indicando grande dispersão das respostas; a maioria apresenta distribuição pouco uniforme e assimétrica. Poucos itens apresentaram as medianas mais ou menos centralizadas entre os quartis, (indicativo de que a distribuição se deu de modo mais uniforme), como é o caso dos itens 5 e 26 (relativos à defesa humor), item 11 (referente à defesa de *acting out*), item 27 (referente à somatização), que apresenta dispersão significativa, o que também pode ser observado no item 40 (anulação).

Vários itens apresentaram distribuição pouco uniforme e com assimetria acentuada pela presença de valores considerados atípicos (*outliers*) como é o caso dos itens 2 e 25 (referentes à defesa supressão), itens 3 e 38 (sublimação), itens 4 e 16 (racionalização) assimétricos à esquerda. Da mesma forma, os itens 8 e 18 (negação), 9 (dissociação), item 24 (idealização), assimétricos à direita.

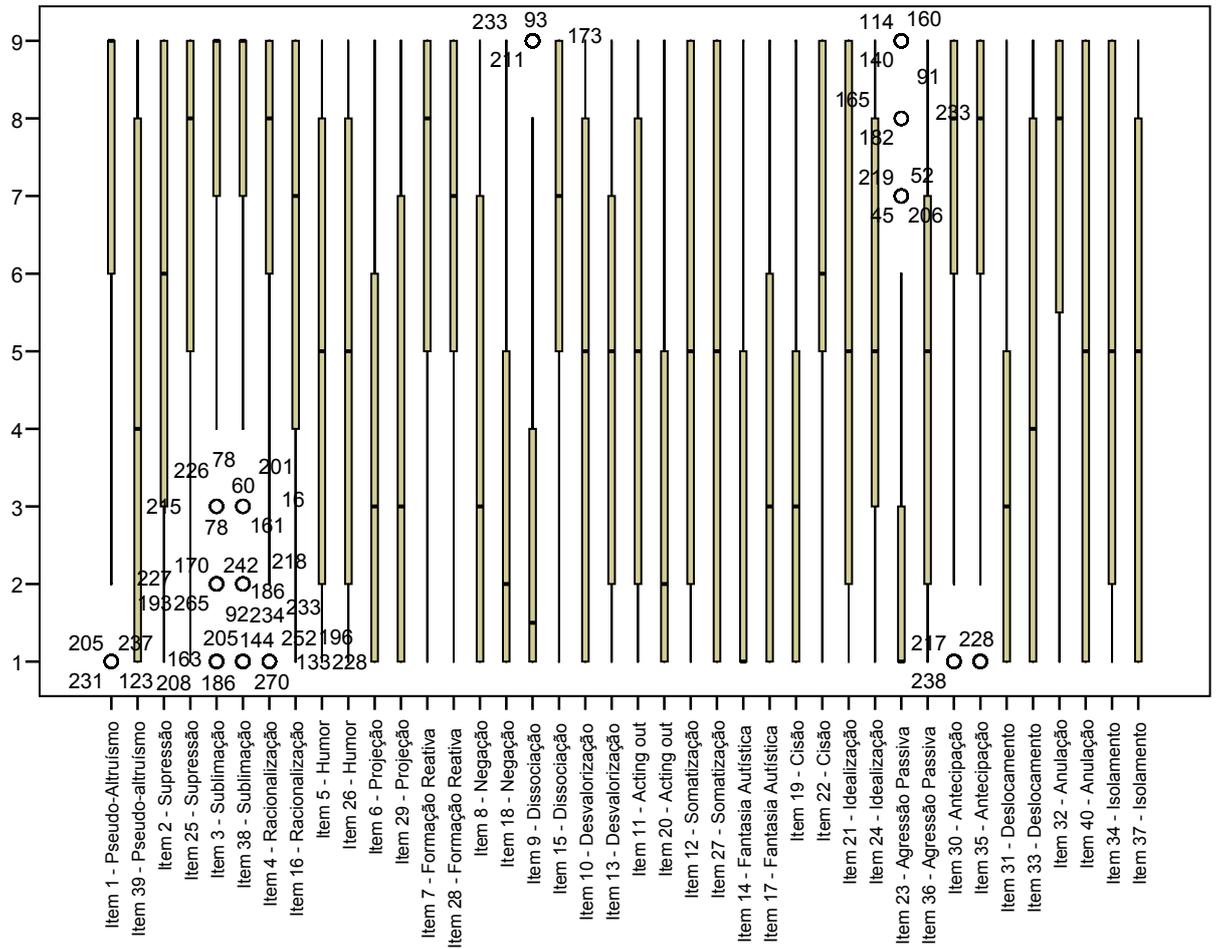


Figura 1. Boxplots Relativos aos Escores dos Itens do DSQ-40 (N = 271)

A Figura 2 apresenta os intervalos de confiança referentes aos escores dos itens do DSQ-40, obtidos junto à amostra total (N = 271). Observa-se que poucos intervalos de confiança, relativos aos itens de uma mesma defesa, se sobrepõem, o que equivale a dizer que existe uma diferença significativa entre suas médias, o que teoricamente, deverá implicar em baixa covariância entre os itens e fator - o que deverá ser aferido com mais exatidão através do procedimento de análise fatorial. Assim, verifica-se que há sobreposição entre os intervalos de confiança dos itens relativos às defesas sublimação (itens 3 e 38), humor (itens 5 e 26), projeção (itens 6 e 29), formação reativa (itens 7 e 28), desvalorização (itens 10 e 13), somatização (itens 12 e 27), fantasia autística (itens 14 e 17), idealização (itens 21 e 24), antecipação (itens 30 e 35), isolamento (itens 34 e 37). Outras defesas apresentam distâncias mais significativas entre os intervalos de confiança de seus itens, como se observa na defesa pseudo-altruísmo (itens 1 e 39), dissociação (itens 9 e 15), acting out (itens 11 e 20), cisão (itens 19 e 22), agressão passiva (itens 23 e 36) e anulação (itens 32 e 40). Em outras defesas ainda, nota-se uma maior proximidade entre os intervalos de confiança dos itens que as representam, apesar de não ter ocorrido sobreposição entre eles, como é o caso da defesa supressão (item 2 e 25), racionalização (itens 4 e 16), negação (itens 8 e 18) e deslocamento (item 31 e 33).

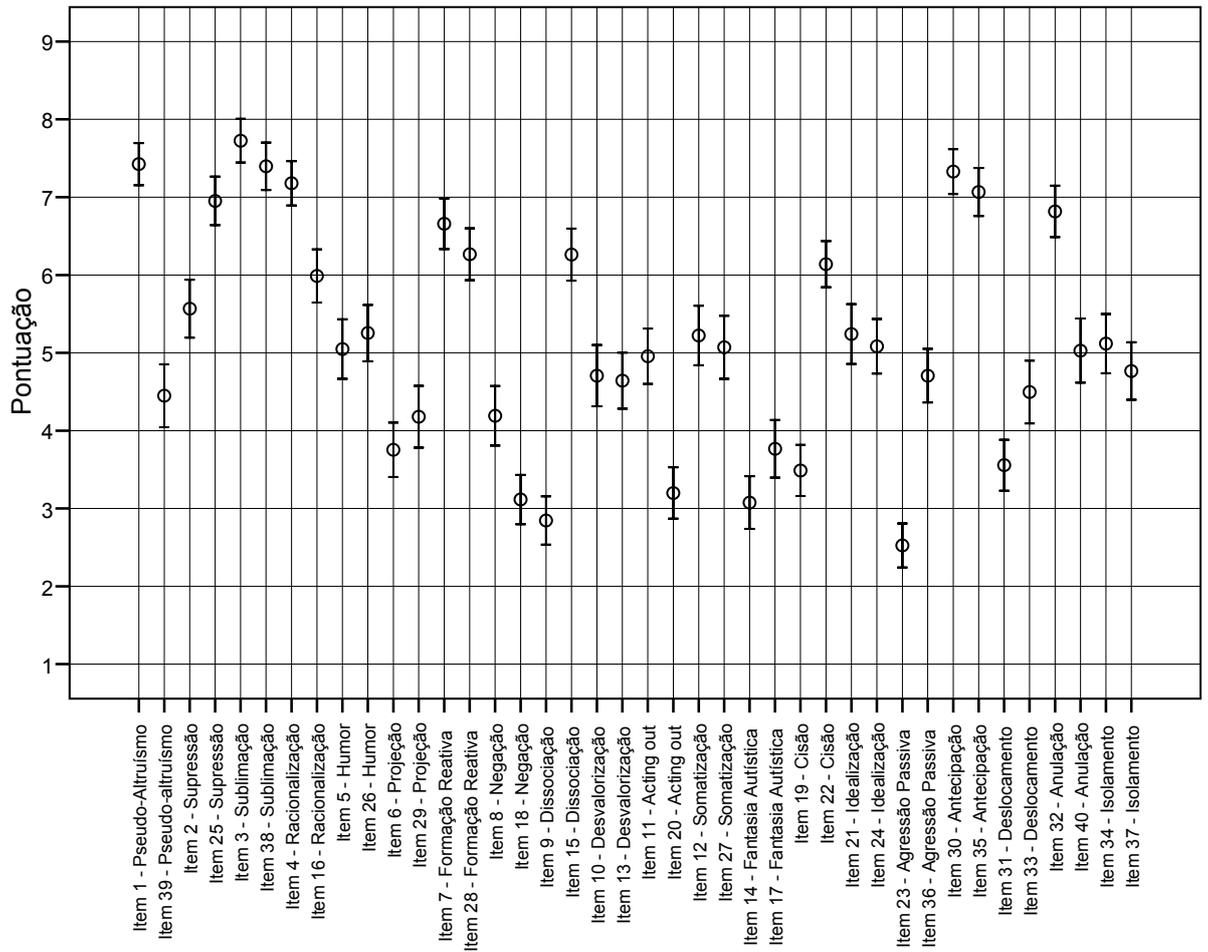


Figura 2. Médias e Intervalos de Confiança Referentes aos Escores dos Itens do DSQ-40 (N = 271)

Defesas, itens⁶ do DSQ-40 e histogramas das respostas (N = 271)

Defesa *Antecipação*

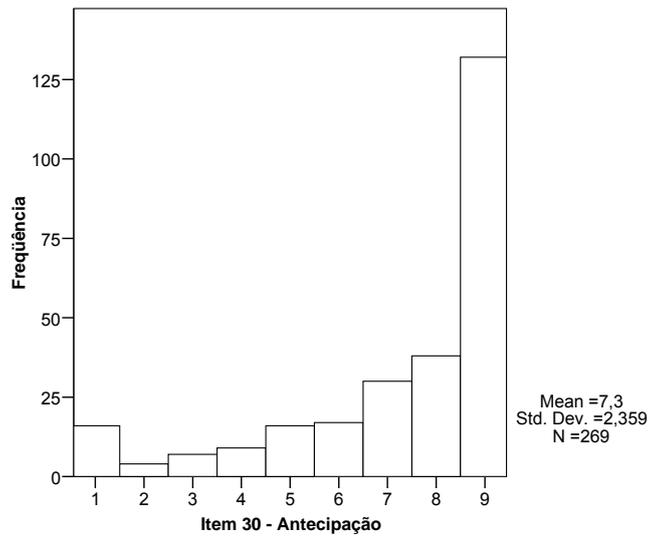


Figura 3. Distribuição das respostas ao Item 30 – Antecipação, DSQ-40

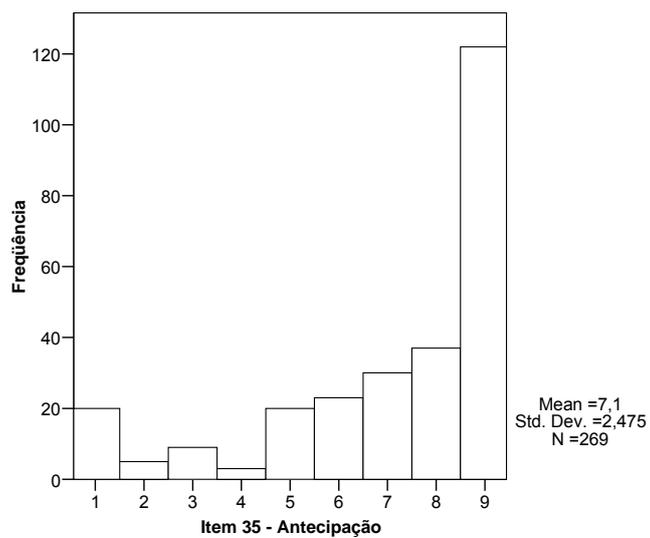


Figura 4. Distribuição das respostas ao Item 35 – Antecipação, DSQ-40

⁶ Os enunciados dos itens podem ser acessados no artigo de Blaya *et. al.* (2004).

Defesa: *Humor*

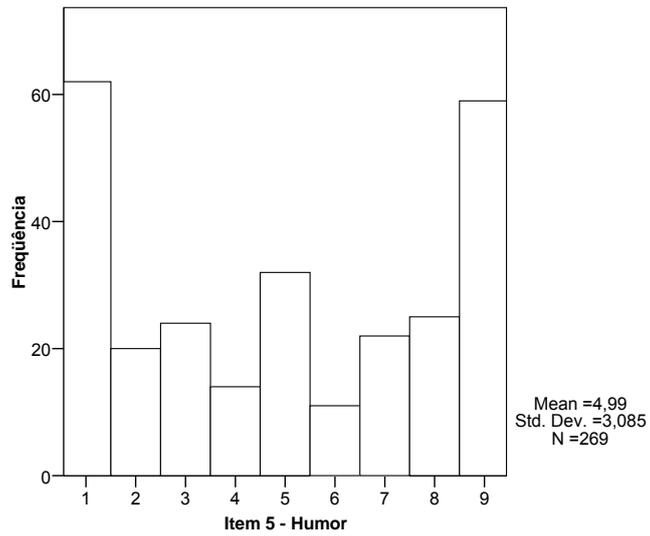


Figura 5. Distribuição das respostas ao Item 5 - Humor, DSQ-40

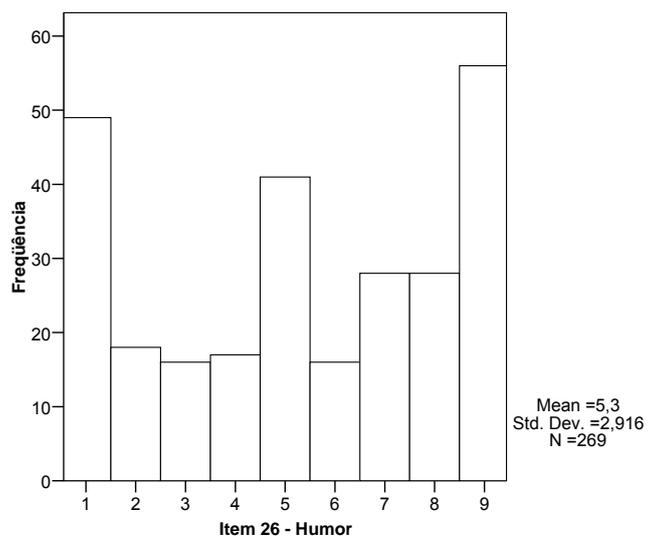


Figura 6. Distribuição das respostas ao Item 26 - Humor, DSQ-40

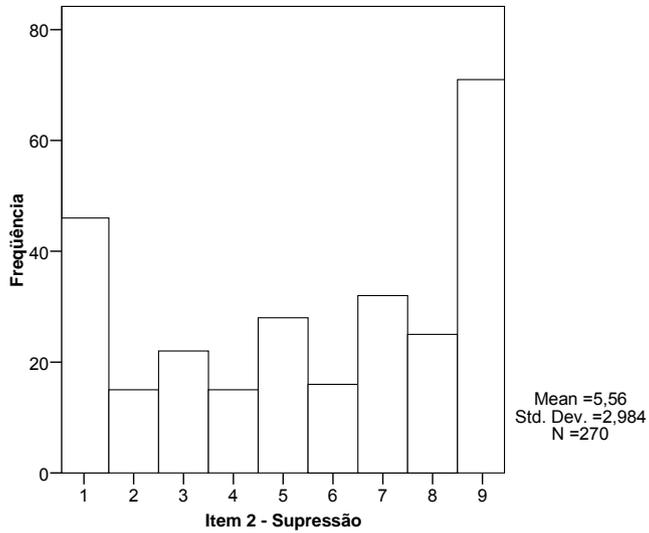
Defesa: *Supressão*

Figura 7. Distribuição das respostas ao Item 2 - Supressão, DSQ-40

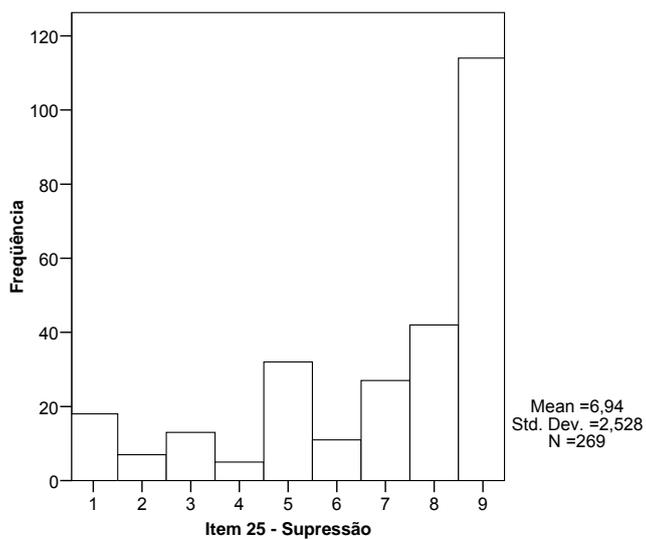


Figura 8. Distribuição das respostas ao Item 25 - Supressão, DSQ-40

Defesa: Sublimação

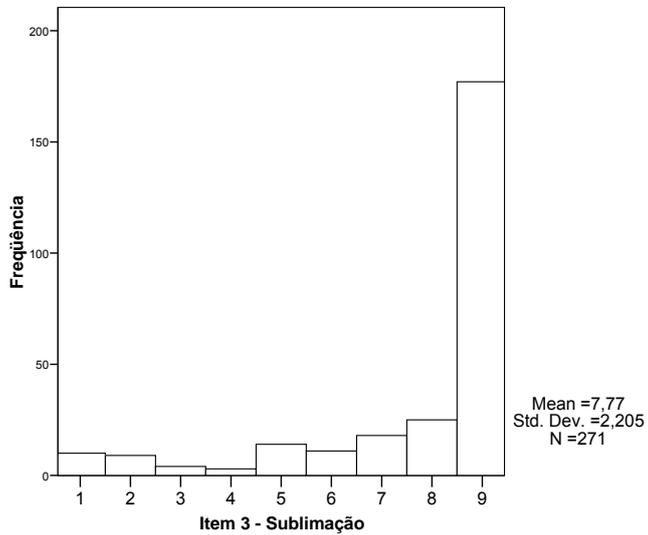


Figura 9. Distribuição das respostas ao Item 3 - Sublimação, DSQ-40

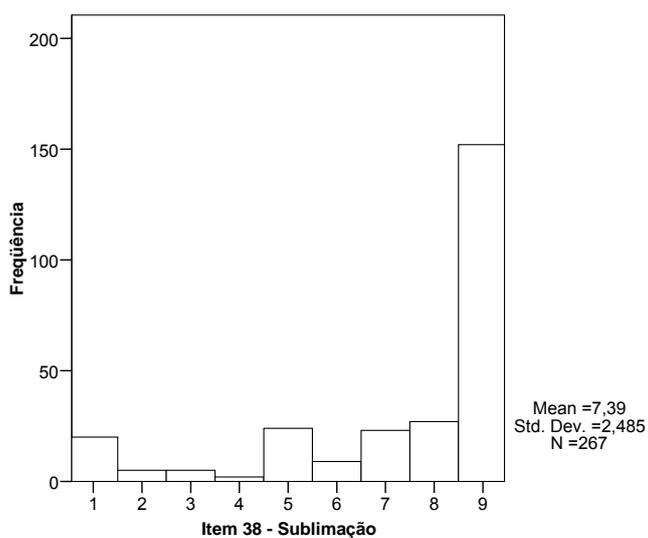


Figura 10. Distribuição das respostas ao Item 38 - Sublimação, DSQ-40

Defesa: *Racionalização*

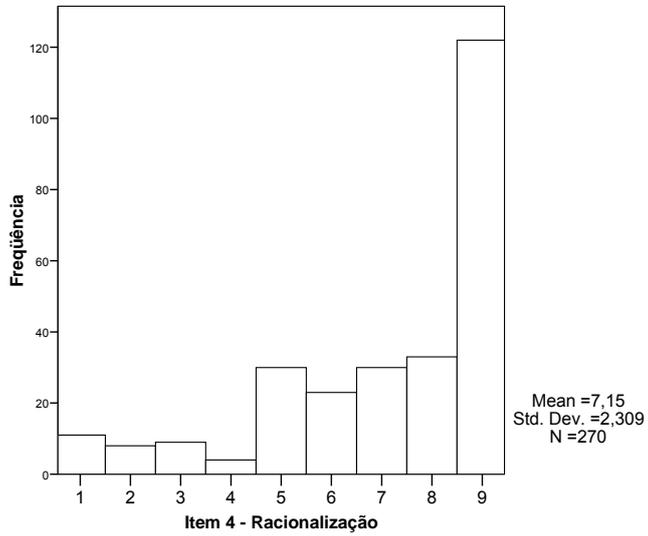


Figura 11. Distribuição das respostas ao Item 4 - Racionalização, DSQ-40

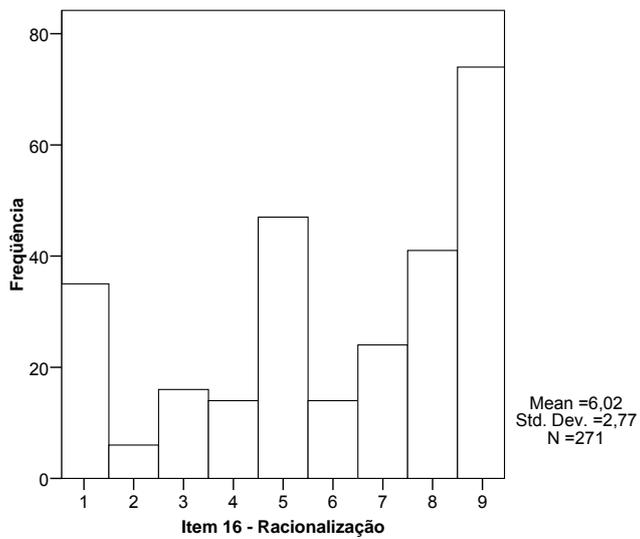


Figura 12. Distribuição das respostas ao Item 16 - Racionalização, DSQ-40

Defesa: *Pseudo-altruísmo*

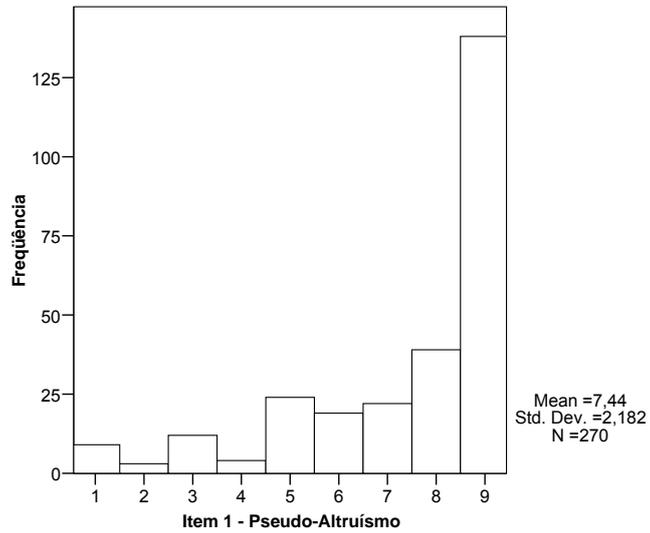


Figura 13. Distribuição das respostas ao Item 1 – Pseudo-altruísmo, DSQ-40

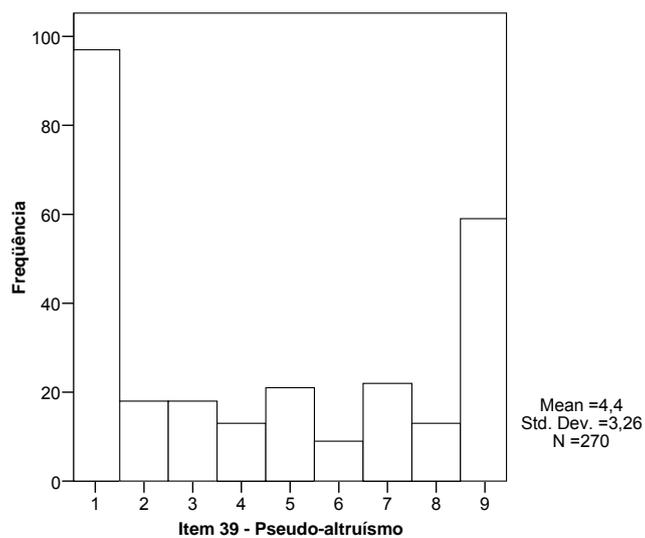


Figura 14. Distribuição das respostas ao Item 39 – Pseudo-altruísmo, DSQ-40

Defesa: *Idealização*

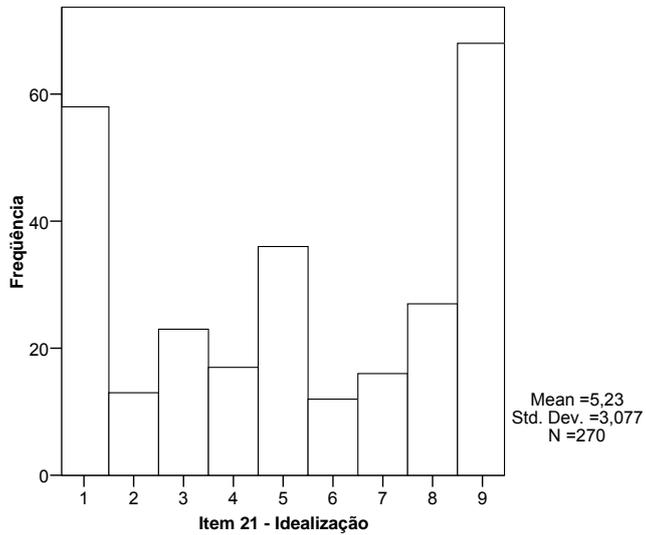


Figura 15. Distribuição das respostas ao Item 21 - Idealização, DSQ-40

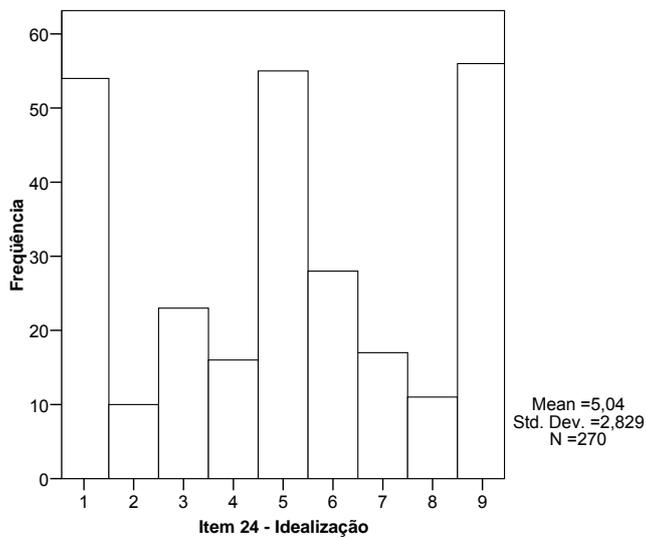


Figura 16. Distribuição das respostas ao Item 24 - Idealização, DSQ-40

Defesa: *Formação Reativa*

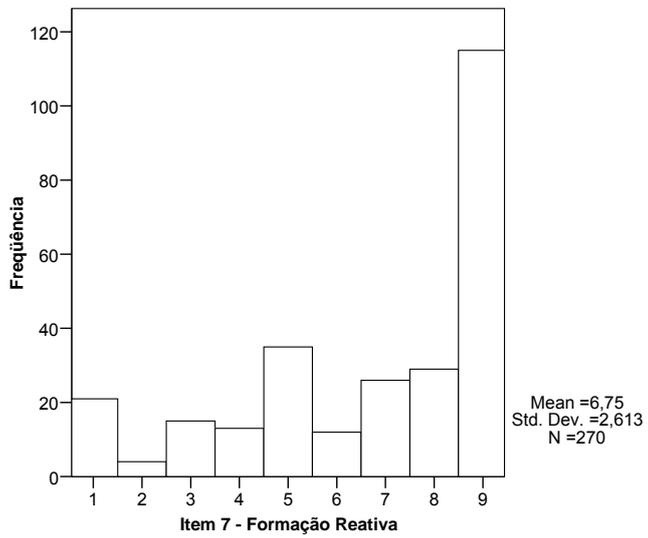


Figura 17. Distribuição das respostas ao Item 7 – Formação Reativa, DSQ-40

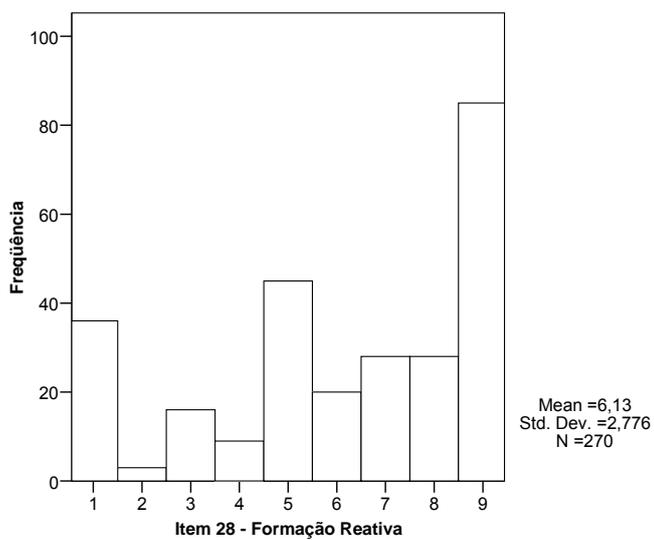


Figura 18. Distribuição das respostas ao Item 28 – Formação Reativa, DSQ-40

Defesa: Anulação

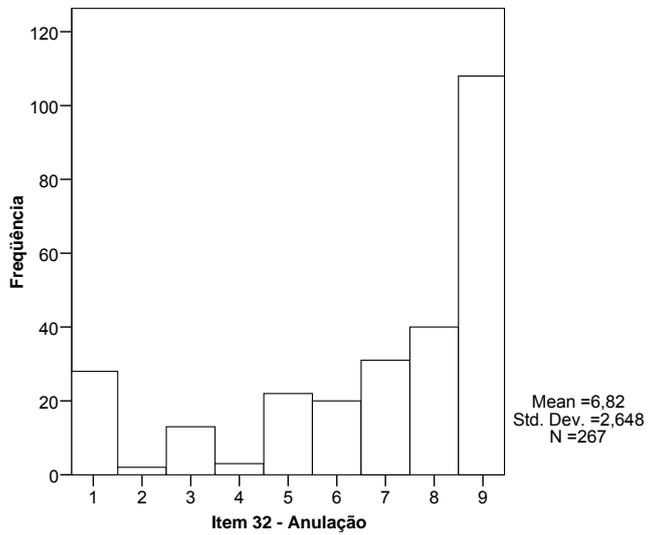


Figura 19. Distribuição das respostas ao Item 32 - Anulação, DSQ-40

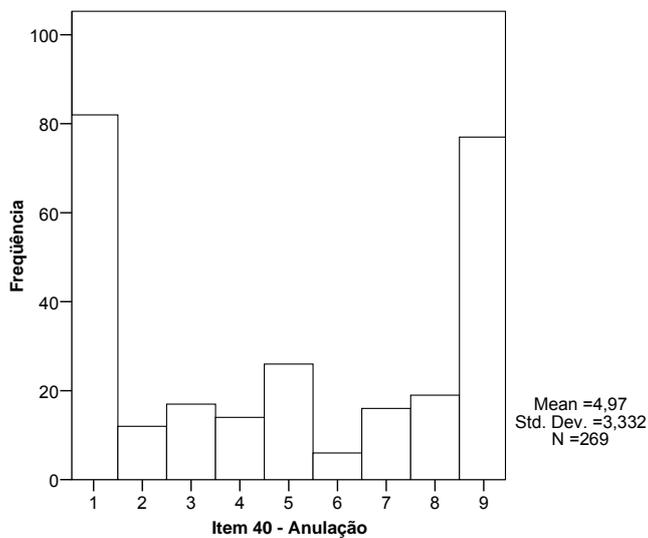


Figura 20. Distribuição das respostas ao Item 40 - Anulação, DSQ-40

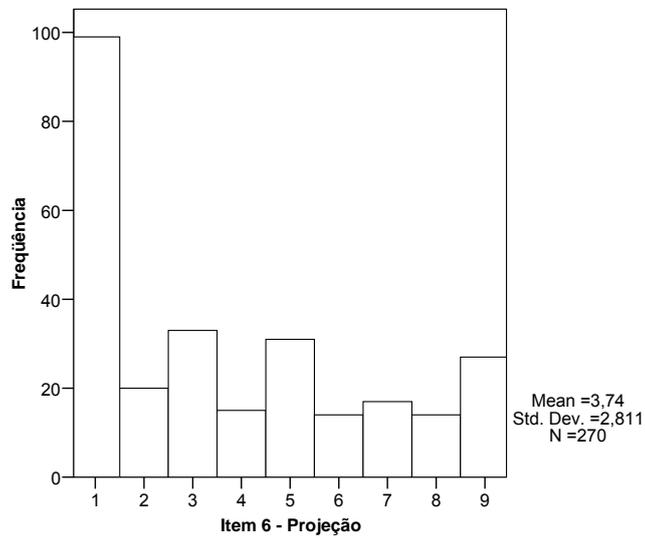
Defesa: *Projeção*

Figura 21. Distribuição das respostas ao Item 6 - Projeção, DSQ-40

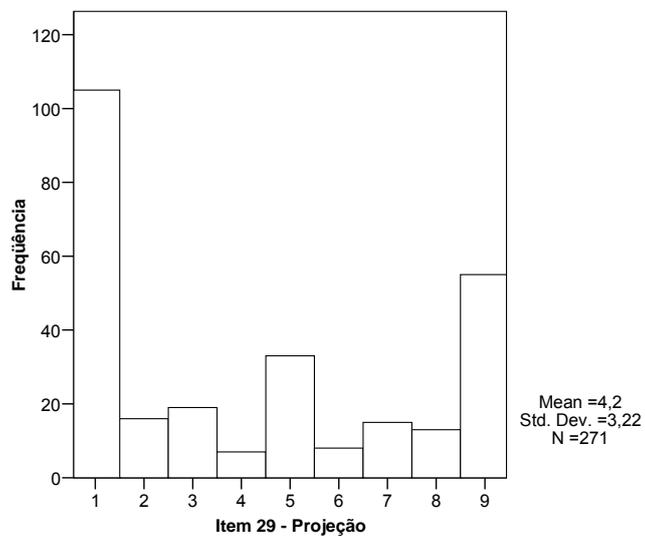


Figura 22. Distribuição das respostas ao Item 6 - Projeção, DSQ-40

Defesa: *Agressão Passiva*

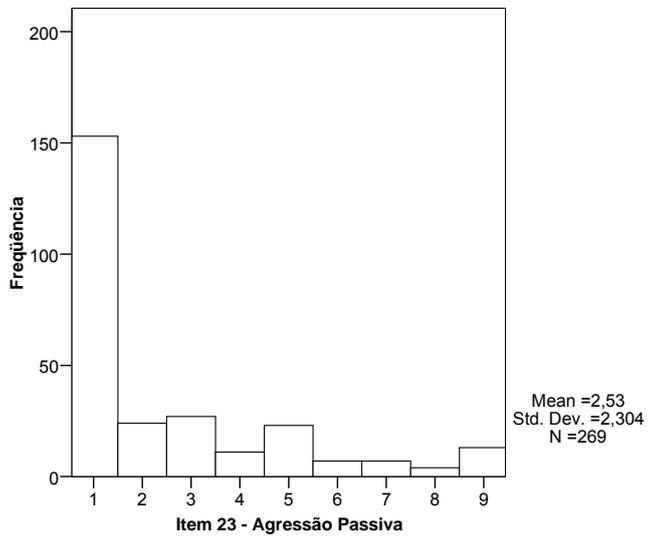


Figura 23. Distribuição das respostas ao Item 23 – Agressão Passiva, DSQ-40

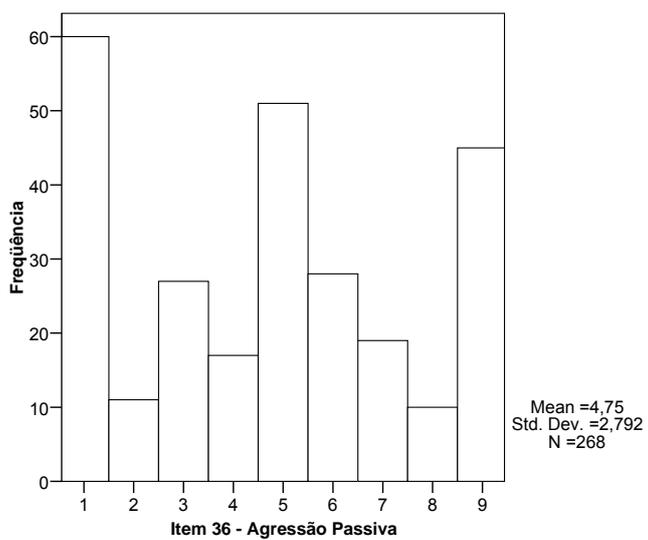


Figura 24. Distribuição das respostas ao Item 36 – Agressão Passiva, DSQ-40

Defesa: *Acting out*

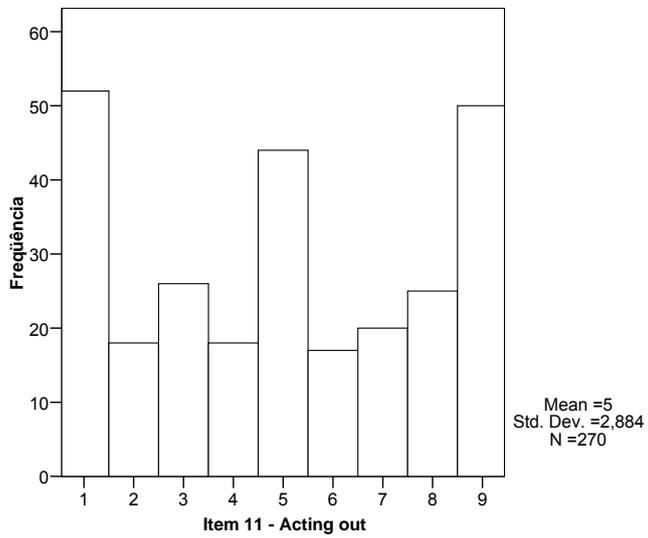


Figura 25. Distribuição das respostas ao Item 11 - *Acting out*, DSQ-40

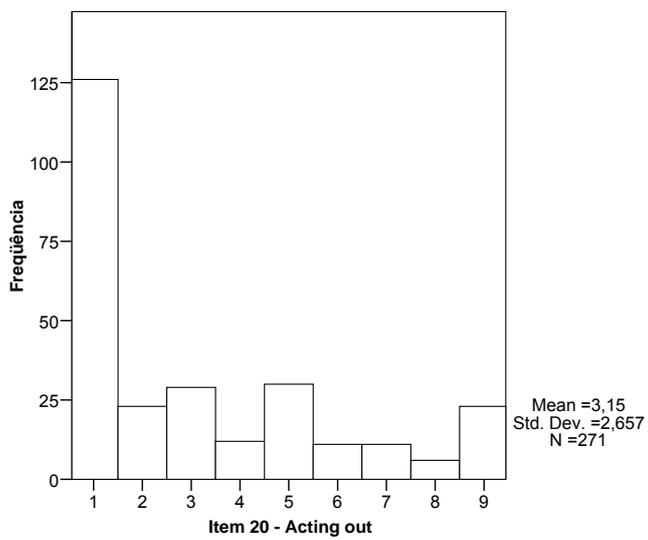


Figura 26. Distribuição das respostas ao Item 20 - *Acting out*, DSQ-40

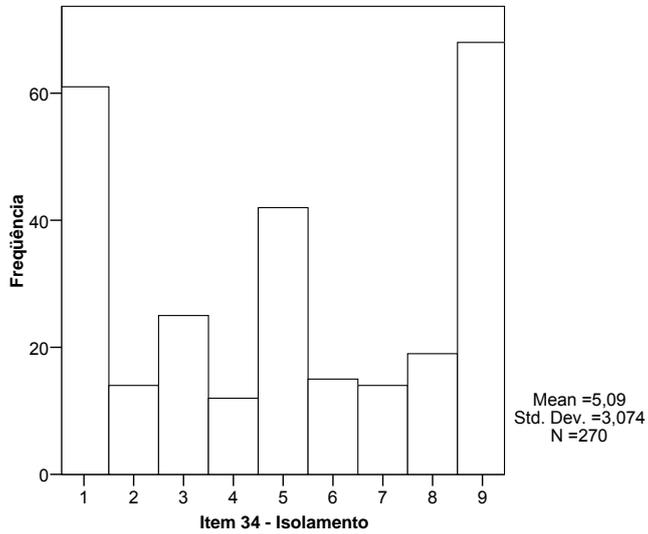
Defesa: *Isolamento*

Figura 27. Distribuição das respostas ao Item 34 - Isolamento, DSQ-40

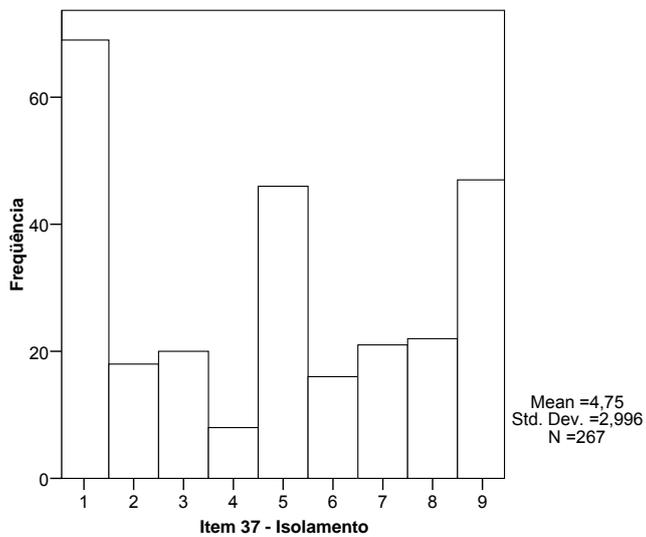


Figura 28. Distribuição das respostas ao Item 37 - Isolamento, DSQ-40

Defesa: *Desvalorização*

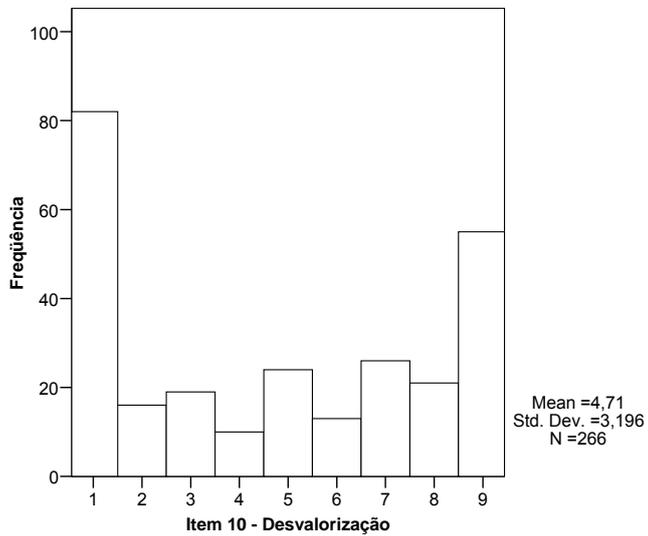


Figura 29. Distribuição das respostas ao Item 10 - Desvalorização, DSQ-40

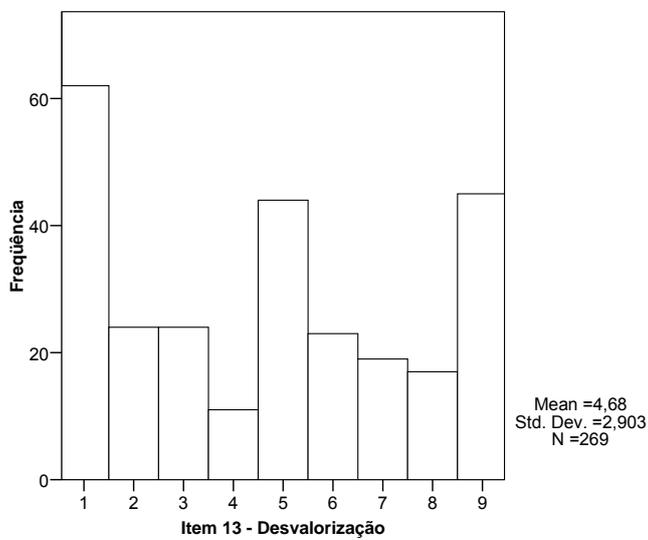


Figura 30. Distribuição das respostas ao Item 13 - Desvalorização, DSQ-40.

Defesa: *Fantasia Autística*

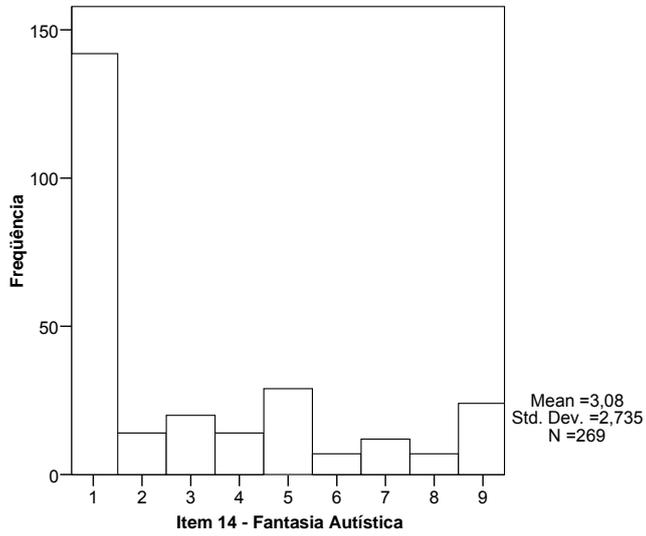


Figura 31. Distribuição das respostas ao Item 14 – Fantasia Autística, DSQ-40

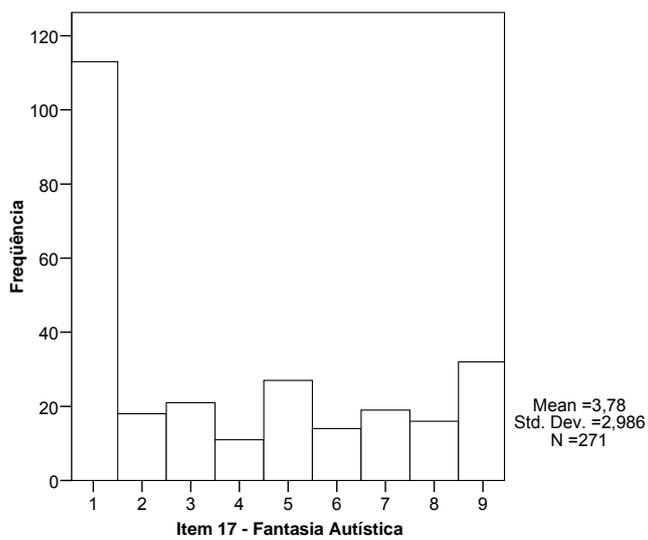


Figura 32. Distribuição das respostas ao Item 17 – Fantasia Autística, DSQ-40

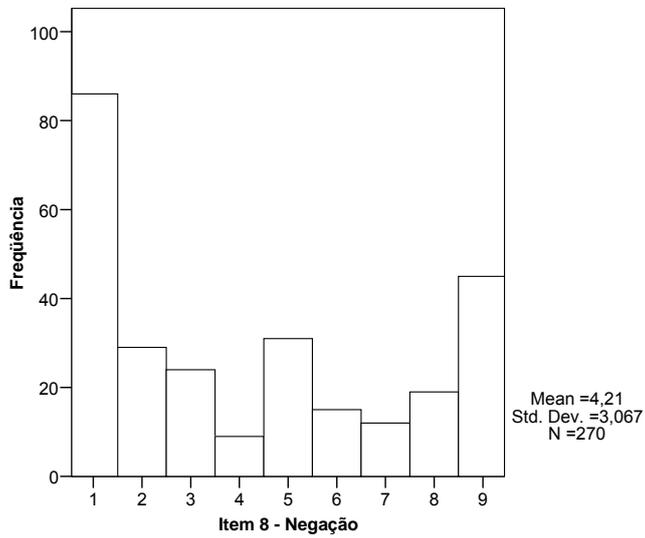
Defesa: *Negação*

Figura 33. Distribuição das respostas ao Item 8 - Negação, DSQ-40

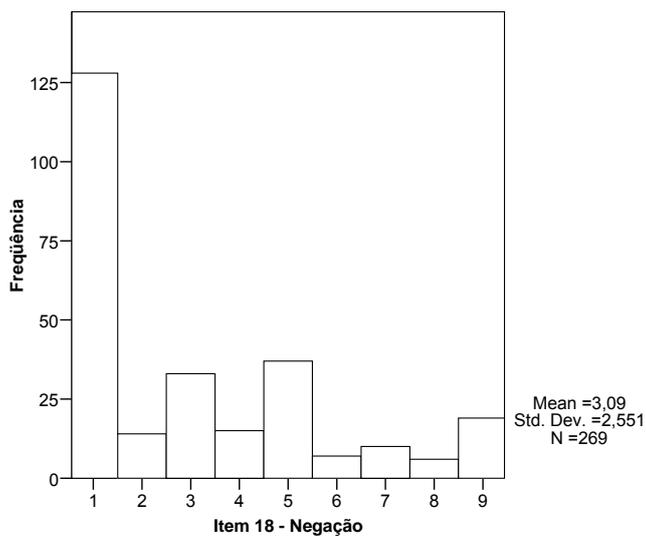


Figura 34. Distribuição das respostas ao Item 18 - Negação, DSQ-40

Defesa: *Deslocamento*

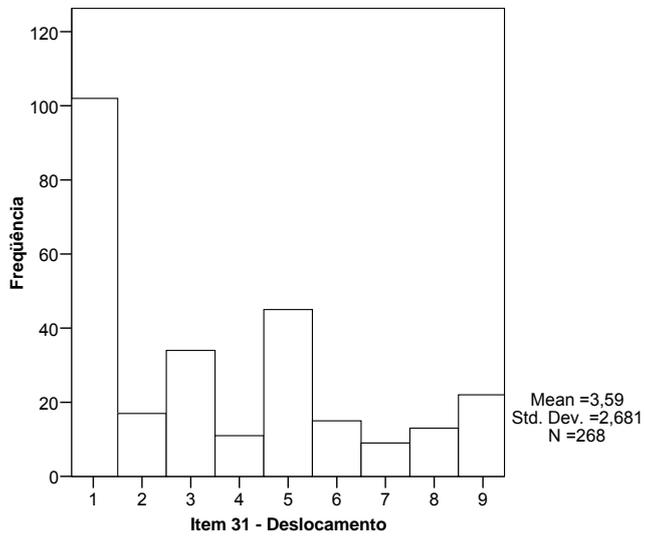


Figura 35. Distribuição das respostas ao Item 31 - Deslocamento, DSQ-40.

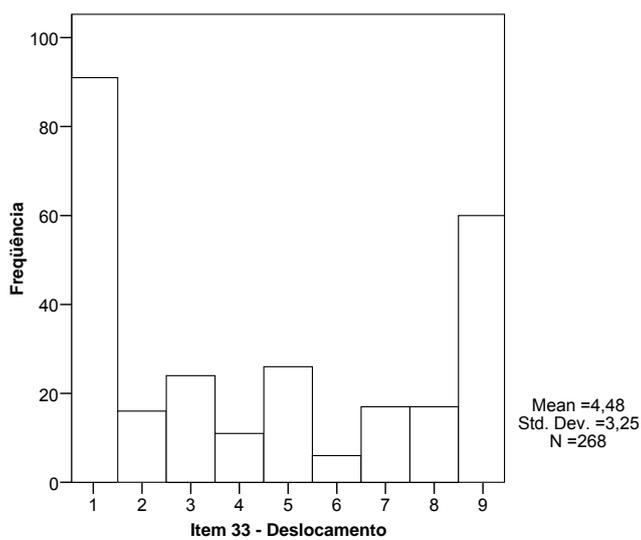


Figura 36. Distribuição das respostas ao Item 33 - Deslocamento, DSQ-40.

Defesa: *Dissociação*

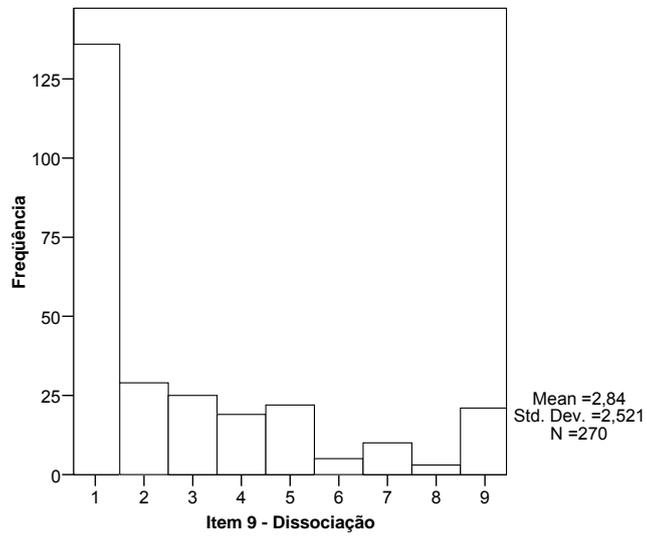


Figura 37. Distribuição das respostas ao Item 9 - Dissociação, DSQ-40.

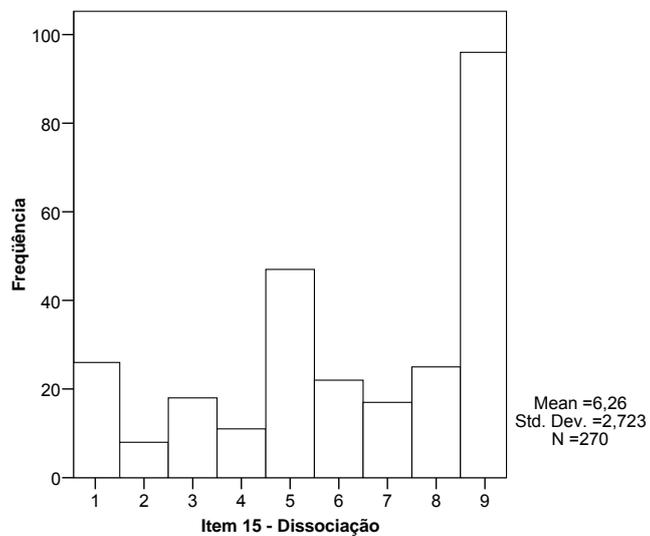


Figura 38. Distribuição das respostas ao Item 15 - Dissociação, DSQ-40.

Defesa: *Cisão*

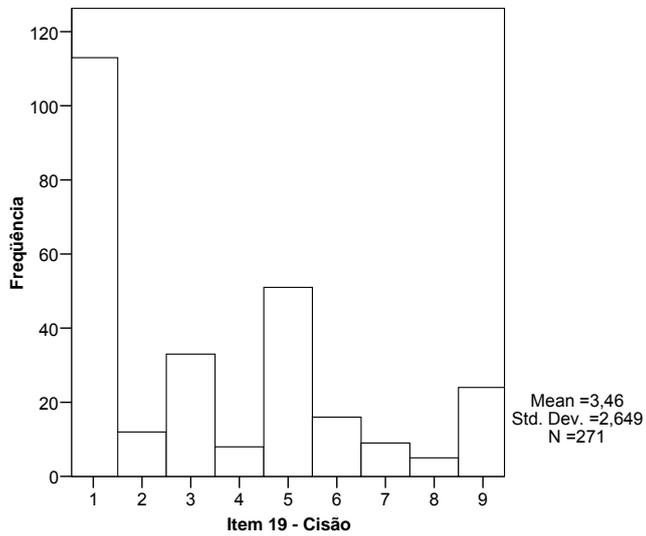


Figura 39. Distribuição das respostas ao Item 19 - Cisão, DSQ-40.

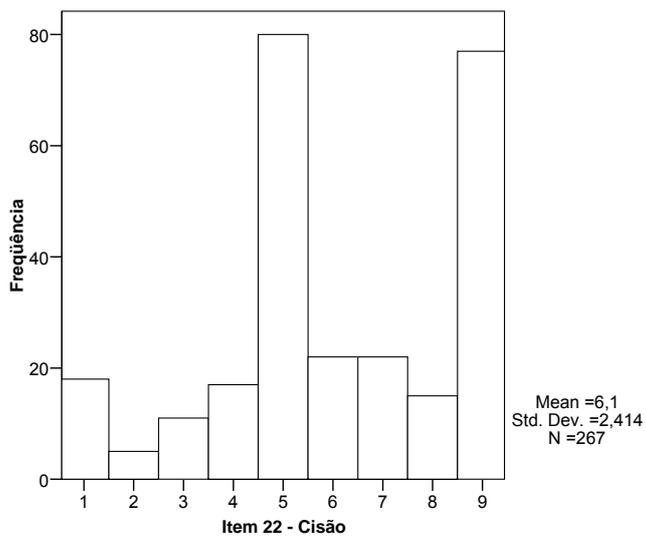


Figura 40. Distribuição das respostas ao Item 22 - Cisão, DSQ-40.

Defesa: Somatização

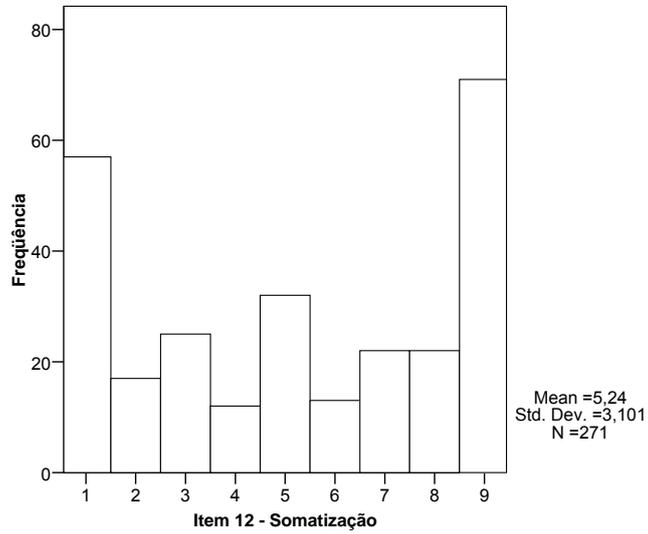


Figura 41. Distribuição das respostas ao Item 12 - Somatização, DSQ-40.

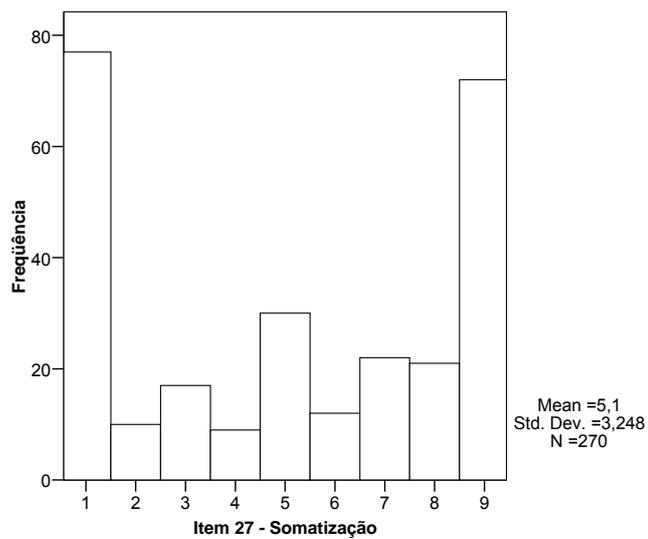


Figura 42. Distribuição das respostas ao Item 27 - Somatização, DSQ-40.

Os dados apresentados nas Figuras 3 a 42 indicam a presença de respostas relacionadas à desejabilidade social (a resposta leva em consideração o que o respondente julga que o avaliador espera dele), freqüentemente mencionada como uma das tendências de resposta dos inventários de auto-relato (Anastasi & Urbina, 2000). Pasquali (1999) refere que isto está relacionado aos critérios utilizados para a construção dos itens, que deve considerar as características específicas da população alvo, como a linguagem, hábitos, valores, dentre outras. Assim, dado o fato de que o DSQ-40 tenha sido validado para a população clínica, pode-se inferir que alguns de seus itens, quando submetidos a amostras não clínicas, como é o caso do presente estudo, deixem de constituir boas representações comportamentais do construto “defesa psicológica”.

Em relação ao contexto prisional, deve-se enfatizar que a adequação das condutas dos sujeitos às expectativas institucionais parece fortalecida naquele ambiente; assim, ao demonstrar “bons comportamentos”, o preso pode obter ganhos de natureza diversa, como prioridade na concessão de benefícios jurídicos, alocação em celas mais favoráveis, flexibilização do cumprimento das normas de segurança, dentre outras. Da mesma maneira, estes critérios podem influenciar as respostas dadas a um instrumento de avaliação psicológica, como o DSQ-40.

Outro dado que parece reforçar este tipo de conduta por parte da amostra, diz respeito às expectativas que os presos têm em relação à figura do psicólogo, que naquele contexto, geralmente é associada à idéia de que o “bom comportamento” leva a um “laudo favorável” – em função da Lei de Execução Penal (Lei n°. 7210/1984), que prescrevia que a avaliação realizada pelo

psicólogo deveria ser utilizada como um dos critérios para a concessão de benefícios jurídicos e à progressão de regime. Assim, a participação nesta pesquisa, conduzida por um psicólogo, pode ter sido nutrida pela idéia de que isto teria alguma consequência positiva sobre sua vida (do sujeito), mais especificamente, sobre a concessão de benefícios jurídicos.

Os histogramas (Figuras 3 a 42) também permitem observar que as respostas foram concentradas principalmente nos pontos mais extremos (“1” ou “9”) ou no centro (“5”) da escala *Likert*, provavelmente em razão do perfil da amostra, cuja habilidade cognitiva, considerada mediana, tende a reduzir a probabilidade de que as respostas tenham sido moduladas em mais que três pontos, aparentemente, considerados suficientes para a maior parte dos respondentes que puderam responder o DSQ-40 e indicar discordância (“1”), concordância (“9”), além de um ponto intermediário (“5”) para cada um dos 40 itens. Esta tendência de resposta pode ser verificada também nos valores da moda (*Mo*) estatística (Tabela 7).

Laloni (2001), ao desenvolver o estudo de adaptação, validade e precisão da SCL-90-R com amostra de pacientes de hospital geral, que tinham baixa escolaridade, também refere ter observado esta concentração das respostas em três pontos, o que levou a pesquisadora a propor a redução da escala *Likert*, de cinco para três pontos para a versão brasileira (EAS-40).

Considerando-se que o escore relativo a cada defesa equivale à média dos valores obtidos nos dois itens que a representam, verificou-se a distribuição dos dados segundo os escores de cada uma das 20 defesas (Tabela 7).

A Tabela 7 mostra uma variação menor da pontuação média dos itens (relativos às defesas). A distribuição mostra-se mais uniforme, embora

assimétrica (Figura 43); observa-se que os escores mais altos estão relacionados às defesas consideradas maduras ou neuróticas, enquanto que as imaturas concentram valores menores (Figura 44) - o sentido desta tendência será discutido mais adiante.

Tabela 7. Estatísticas Descritivas das Pontuações Médias de cada Defesa

Defesas	Número de Sujeitos	Média	Erro Padrão da		Mediana	Moda	Desvio Padrão
			Média	Mediana			
Antecipação	271	7,15	0,119	8	9	1,955	
Humor	271	5,11	0,135	5	5	2,228	
Supressão	271	6,22	0,128	7	5	2,099	
Sublimação	271	7,53	0,106	9	9	1,739	
Racionalização	271	6,57	0,114	7	9	1,883	
Pseudo-idealização	271	5,90	0,119	5	5	1,951	
Formação	271	6,42	0,121	7	9	1,984	
Anulação	271	5,83	0,142	6	9	2,344	
Projeção	271	3,97	0,134	4	1	2,201	
Agressão	271	3,60	0,115	4	5	1,893	
Acting out	271	4,07	0,140	4	1	2,307	
Isolamento	271	4,88	0,137	5	5	2,248	
Desvalorização	271	4,63	0,145	5	5	2,383	
Fantasia	271	3,42	0,149	3	1	2,447	
Negação	271	3,63	0,126	4	1	2,082	
Deslocamento	271	3,99	0,138	4	1	2,280	
Dissociação	271	4,54	0,119	5	5	1,963	
Cisão	271	4,73	0,115	5	5	1,899	
Somatização	271	5,16	0,151	5	5	2,480	

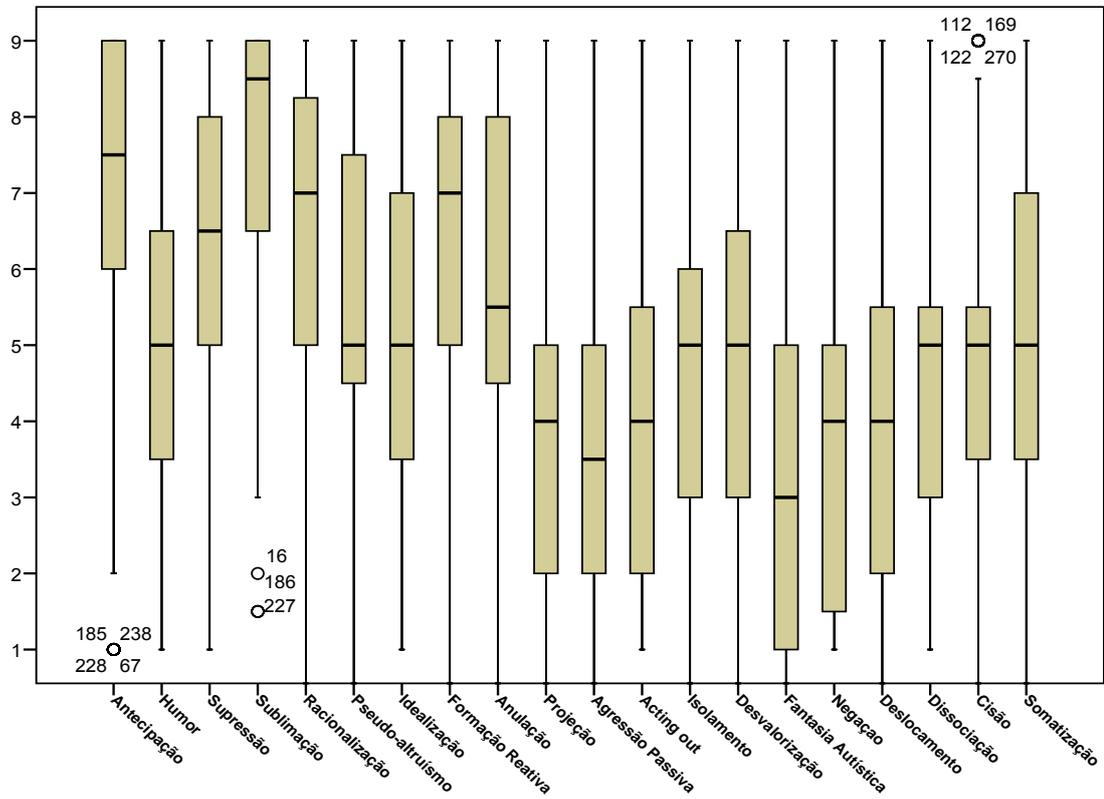


Figura 43. Boxplots das Pontuações Médias das Defesas Avaliadas pelo DSQ-40 (N = 271)

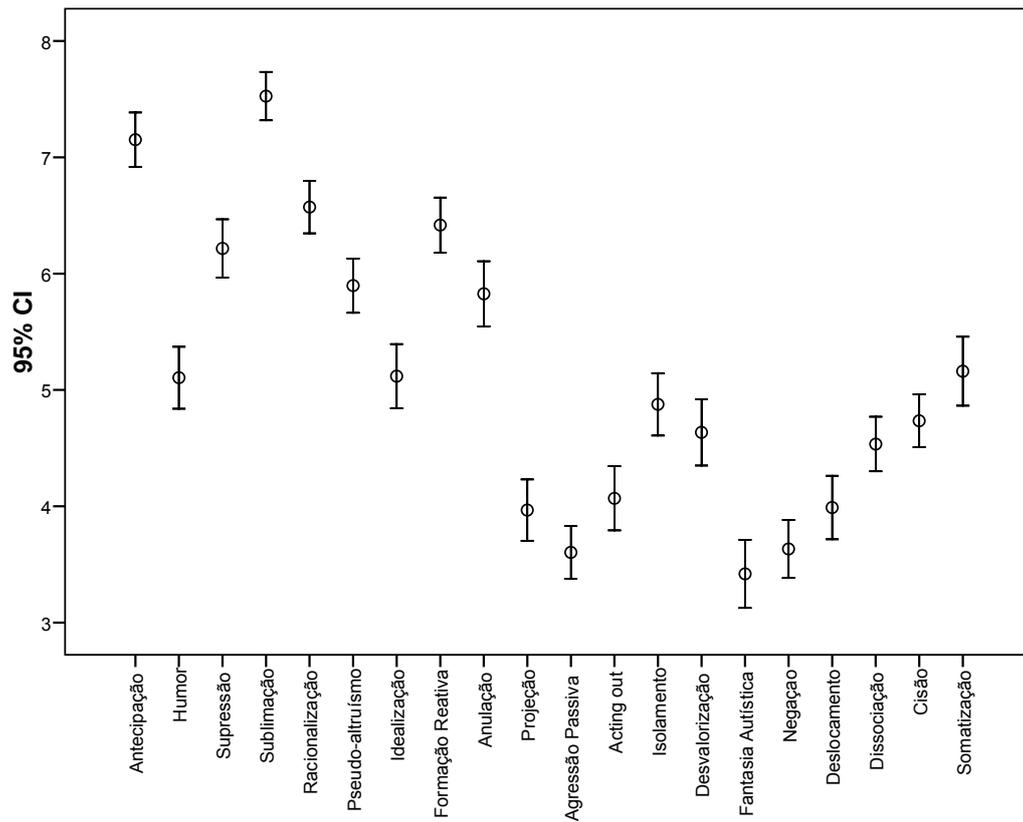


Figura 44. Médias e Intervalos de Confiança das Pontuações Médias Obtidas em cada Defesa do DSQ-40 (N = 271)

Considerando-se que o DSQ-40 supõe o agrupamento das defesas em três fatores, estimou-se o estilo defensivo da amostra total, segundo a média dos escores das defesas que compõem cada fator; a Tabela 8 apresenta alguns índices estatísticos relacionados aos três fatores que constituem o instrumento.

Tabela 8. Estatística descritiva dos Fatores do DSQ-40 (N = 271)

Índices	Fator		
	Maduro	Neurótico	Imaturo
Média	6,51	5,81	4,24
Erro Padrão da Média	0,07	0,08	0,08
Mediana	6,60	6,00	4,23
Moda	6,60	6,50	3,00
Desvio Padrão	1,09	1,32	1,26
Variância	1,18	1,73	1,60
Valor Mínimo	3,40	2,00	1,77
Valor Máximo	9,00	9,00	7,45
Soma	1765,30	1575,75	1148,55
Quartil 1	5,80	5,00	3,23
Quartil 3	7,30	6,75	5,09

A Figura 45 apresenta de forma mais clara a tendência à distribuição normal dos escores em cada fator. Efetivamente, os *boxplots* indicam que o comportamento dos escores é predominantemente uniforme nos três fatores, com medianas mais ou menos centralizadas entre os quartis, embora o fator maduro e o neurótico tenham dispersão assimétrica à esquerda, acentuada em razão da presença de valores considerados atípicos (*outliers*). O fator imaturo apresenta uma assimetria positiva e distribuição mais uniforme.

A Figura 46 apresenta as médias e os intervalos de confiança relativos a cada fator. Observa-se que o fator maduro apresenta média maior (M = 6,51) que o fator neurótico (M = 5,81) e o fator imaturo (M = 4,24). Quanto ao nível defensivo predominante, segundo o fator em que o sujeito obteve o maior escore, a amostra concentra 68,63% (n = 186) no fator maduro; 27,68% (n = 75) no fator neurótico; 2,59% (n = 7) no fator imaturo. Três sujeitos (1,1%) apresentaram os mesmos escores no fator maduro e neurótico.

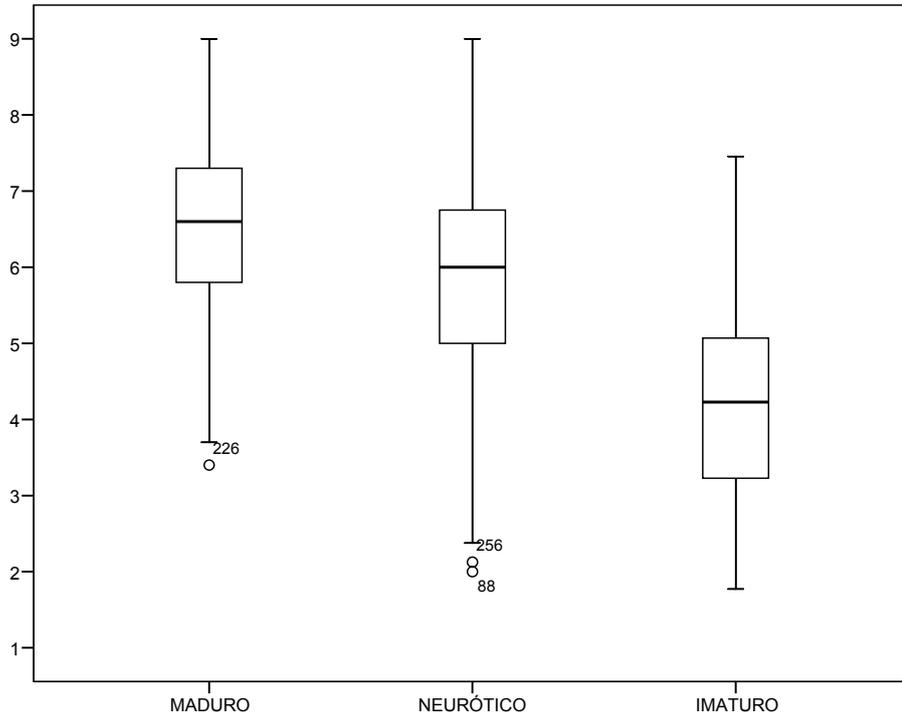


Figura 45. *Boxplots* dos Fatores do DSQ-40 (N = 271).

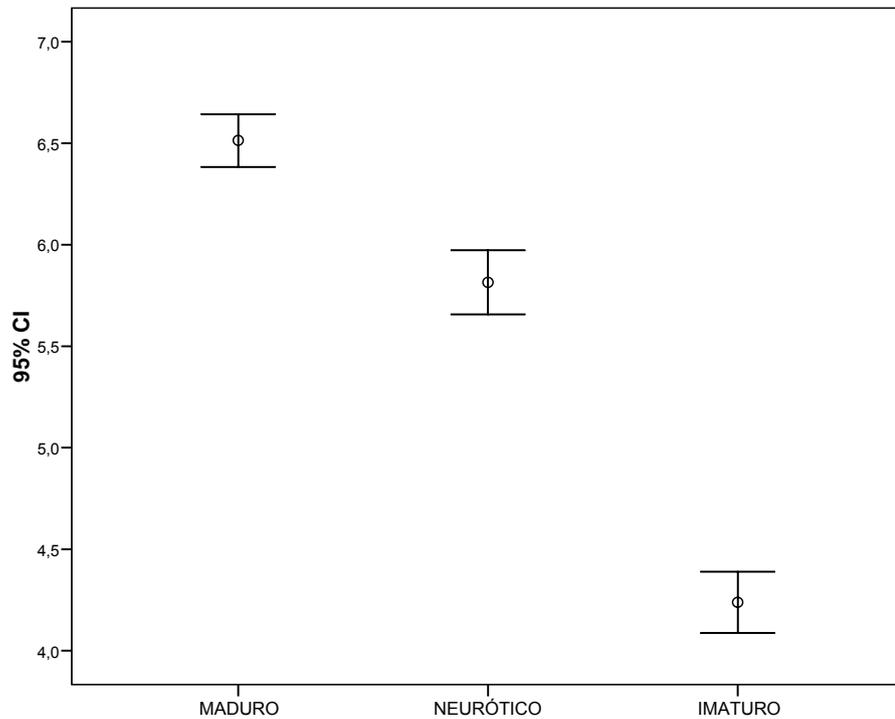


Figura 46. Médias e Intervalos de Confiança dos Fatores do DSQ-40 (N = 271).

As Figuras 47 a 49 apresentam os *boxplots* referentes ao nível defensivo de cada uma das amostras. A Figura 47 apresenta a dispersão de respostas referentes à amostra feminina de Corumbá (N = 63) para os três fatores. Os dados apresentados indicam que a distribuição dos escores relativos ao fator imaturo é predominantemente uniforme, com mediana mais ou menos centralizada entre os quartis e com leve assimetria à direita. Já os fatores maduro e neurótico apresentam distribuição menos uniforme com medianas mais próximas do quartil superior e assimetria à esquerda, acentuada pela presença de valores atípicos (*outliers*).

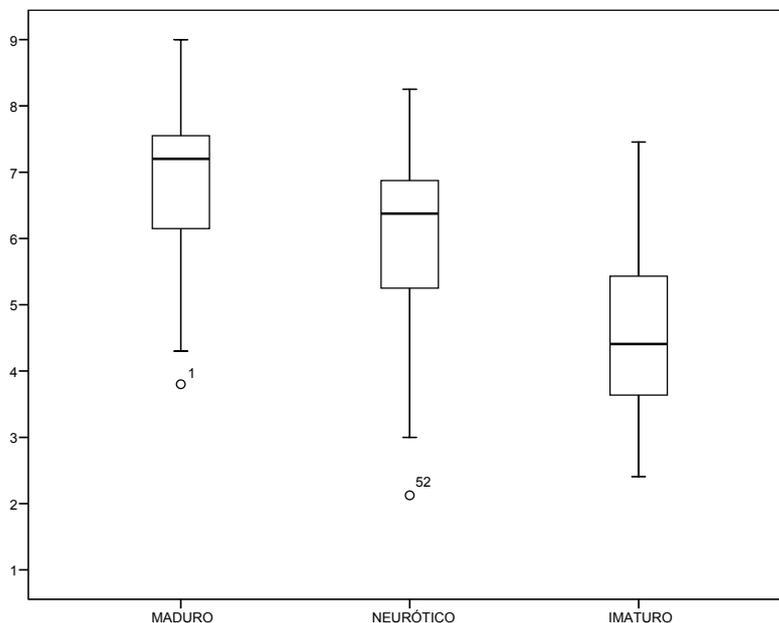


Figura 47. *Boxplots* dos Fatores do DSQ-40, Penitenciária Feminina de Corumbá/MS (N = 63).

A Figura 48 apresenta a dispersão de respostas referentes à amostra masculina de Corumbá (N = 144) para os três fatores. Os dados apresentados indicam que a distribuição dos escores é predominantemente uniforme nos três fatores, com medianas mais ou menos centralizadas entre os quartis, embora o fator maduro apresente dispersão à esquerda com assimetria acentuada pela presença de valores atípicos (*outliers*). Observa-se, todavia, que o fator neurótico apresenta dispersão bastante acentuada quando comparada aos dois outros fatores, indicando maior variedade nos escores das defesas relativas a este fator.

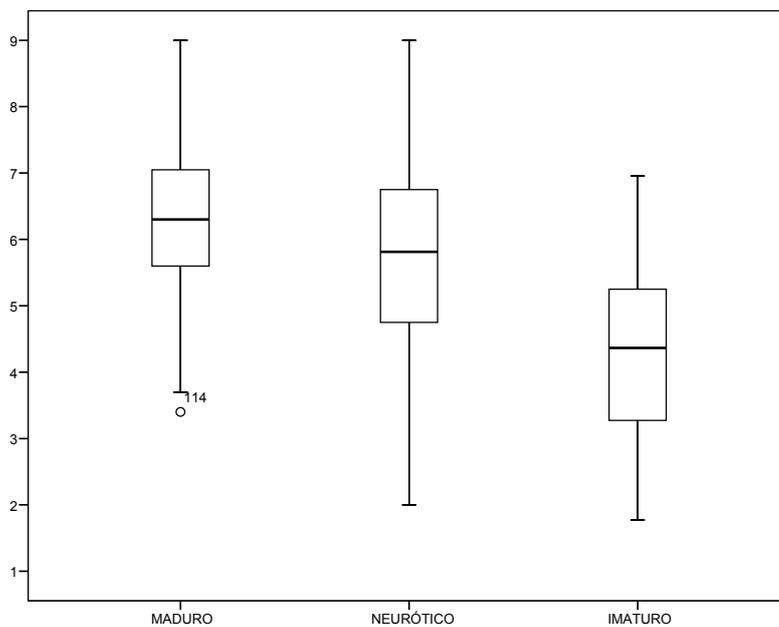


Figura 48. *Boxplots* dos Fatores do DSQ-40, Penitenciária Masculina de Corumbá/ MS (N = 144).

A Figura 49 apresenta a dispersão de respostas da amostra masculina de Lucélia/SP (N = 64) para os três fatores. Os dados apresentados indicam que a distribuição dos escores é predominantemente uniforme nos três fatores, com medianas mais ou menos centralizadas entre os quartis, embora o fator neurótico apresente dispersão à esquerda, enquanto que o imaturo, à direita; para ambos a assimetria é acentuada pela presença de valores atípicos (*outliers*).

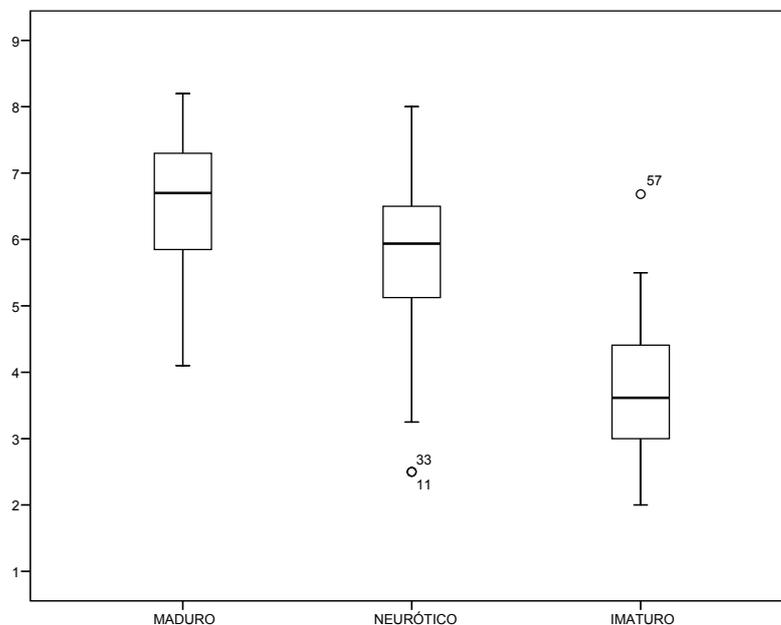


Figura 49. *Boxplots* dos Fatores do DSQ-40, Penitenciária Masculina de Lucélia/SP (N = 64).

A análise visual das Figuras 47, 48 e 49 permite observar que cada uma das três subamostras reproduziu a tendência observada na amostra geral, de escores mais elevados no fator maduro, seguido do neurótico e finalmente do imaturo. Ademais, a distribuição dos escores por fator manteve-se relativamente constante em cada uma das subamostras, sugerindo, portanto um padrão de

respostas que pode ser provavelmente generalizado para outras unidades prisionais.

Precisão por Teste Reteste

Para o estudo de precisão, o DSQ-40 foi aplicado em 15 sujeitos da amostra do Estabelecimento Penal Masculino de Corumbá/MS, após 30 dias da primeira aplicação. A precisão de teste-reteste foi avaliada pelo Coeficiente de Correlação de Pearson (r), com base nos escores totais obtidos pelos sujeitos no DSQ-40. A escolha desta medida de correlação ocorreu em razão dos escores apresentarem distribuição normal (Levin, 1978), segundo os índices obtidos pela Prova de *Kolmogorov-Smirnov*, em relação ao teste ($p = 0,887$) e ao reteste ($p = 0,650$).

O índice obtido de correlação teste-reteste apontou baixa estabilidade temporal das medidas ($r = 0,611$; $p < 0,05$). Também foram aferidas as correlações de teste e reteste para cada um dos níveis de maturidade defensiva. Os resultados indicam que somente o fator imaturo apresentou coeficiente de correlação satisfatório ($r = 0,7$; $p < 0,05$), enquanto que o fator maduro ($r = 0,31$; $p > 0,05$) e o fator neurótico ($r = 0,59$; $p < 0,05$) apresentaram índices de correlação mais modestos.

Os resultados obtidos podem ter sofrido influência de variáveis aleatórias (Pasquali, 2001) peculiares ao ambiente prisional e à amostra (tais como lotação excessiva, conflitos interpessoais, questões ligadas à infra-estrutura da instituição, dentre outras). Além disso, é possível supor que alguns participantes tenham

respondido alguns itens ao acaso ou buscando apenas atender às expectativas atribuídas ao pesquisador. A dificuldade para se definir um intervalo de tempo ideal entre o teste e o reteste é apontada por Pasquali (2003) como uma das desvantagens deste tipo de delineamento.

Há ainda que se ponderar que provavelmente, o número de respondentes utilizado para esta etapa do estudo ($n = 15$), tenha sido pouco representativo da amostra total ($N = 271$), o que deve ter contribuído para a obtenção dos resultados apresentados.

Validade de Construto

A validação de construto foi estimada através dos procedimentos de validade convergente, validade discriminante e análise fatorial.

Validade Convergente

O estudo de validade convergente parte da premissa de que um teste apresenta correlação alta com outras variáveis com as quais ele deve teoricamente correlacionar-se (Anastasi & Urbina, 2000). Para o estudo do DSQ-40, 46 participantes, sendo 30 da Penitenciária Masculina de Corumbá, 9 da Penitenciária Feminina de Corumbá e 7 da Penitenciária de Lucélia, responderam também a Escala de Resiliência. O coeficiente de correlação de postos de Spearman (r_s) 0,58 ($p = 0,01$) indicou, conforme o esperado, associação positiva

e moderada entre as medidas, o que deve ser, portanto, interpretado como um indicador de validade convergente do DSQ-40.

Validade Discriminante

Conforme referido no método, obteve-se uma medida de validade discriminante, que segundo Anastasi e Urbina (2000), está associada ao fato do teste não apresentar correlação significativa com variáveis das quais ele deve diferir.

Para a estimativa de validade discriminante utilizou-se como medida de critério a EAS-40, que fornece indicação sobre o grau de severidade dos sintomas psicopatológicos; 38 participantes, sendo 30 da Penitenciária Masculina de Corumbá e 8 da Penitenciária Feminina de Corumbá, responderam também a este instrumento. O coeficiente de correlação de postos de *Spearman* com o DSQ-40 foi positivo ($r_s = 0,47$; $p < 0,01$), contrariando a expectativa teórica de que maior maturidade defensiva deveria ser acompanhada de índices mais brandos de sintomatologia psicopatológica.

Sobre este tipo de validade, Pasquali (2003) refere que o risco de se utilizar outros testes como critério de validação é demasiadamente grande, dada a dificuldade de se demonstrar a adequação da medida do teste utilizado àquela que esta sendo validada. Em pesquisas futuras, portanto, novas medidas de critério devem ser utilizadas.

Análise Fatorial

A validação de construto foi estimada também através do procedimento de análise fatorial. De acordo com Artes (1998), a análise fatorial corresponde a “um conjunto de técnicas estatísticas, cujo objetivo é representar ou descrever um número de variáveis iniciais a partir de um número menor de variáveis hipotéticas” (p.225). É considerada uma técnica estatística multivariada, cuja lógica busca verificar quantos construtos comuns (fatores) são necessários e suficientes para que se compreenda as intercorrelações (covariâncias) dos itens (Pasquali, 2001). A realização da análise fatorial permite que se defina a dimensionalidade do instrumento e, conseqüentemente, quantos e quais os fatores ele estaria medindo, assim como, quais são os itens que compõem cada fator.

Artes (1998) refere que, do ponto de vista matemático, há a possibilidade da análise fatorial encontrar um número infinito de soluções para um mesmo conjunto de variáveis, ou seja, o comportamento dos dados poderia ser explicado por um conjunto infinito de fatores. Isto, segundo o autor, tem implicações sobre a interpretabilidade dos fatores, um dos principais problemas da aplicação da análise fatorial.

Pasquali (2003; 1999) também faz algumas ponderações em relação à utilização da análise fatorial, dados seus pressupostos matemáticos que consideram a existência de relações lineares entre variáveis e fatores, incompatível com a maior parte dos construtos das Ciências Sociais. Além disso, o autor refere-se ao procedimento de rotação dos eixos da matriz fatorial, que possibilita uma solução de ajuste à carga fatorial dos itens, mas gera problemas no que se refere à compreensão semântica dos fatores. Apesar destas

considerações, o autor menciona que o procedimento de análise fatorial “é ainda o melhor método para verificar a hipótese da representação comportamental dos traços latentes num teste psicológico” (Pasquali, 2001, p.117).

O procedimento de análise fatorial deve ser precedido de alguns passos que objetivam avaliar a fatorabilidade dos dados (Laros & Puente-Palacios, 2004; Freitas & Borges-Andrade, 2004; Pasquali, 2003). Isto é, se é possível ou não uma solução fatorial. Para isto, alguns critérios devem ser observados: 1) tamanho da amostra; 2) matriz de correlações; 3) medida de adequação da amostra através do índice de *Kaiser-Meyer-Olkin* (KMO); 4) teste de esfericidade de *Bartlett*, e 5) valor do determinante.

Em relação ao tamanho da amostra, há diferentes posições teóricas sobre o número de sujeitos em relação ao número de itens. Pasquali (1999) sugere dez sujeitos por item ou 100 sujeitos por fator; Artes (1998) refere ser necessário que o número de observações seja 20 vezes maior que o número de variáveis; Freitas e Borges-Andrade (2004) sugerem que o número de sujeitos seja de 7 a 10 vezes o número de itens. Assim, considerando-se que a matriz que será objeto de análise é composta pelos escores dos sujeitos da amostra total (N = 271) em relação às 20 defesas⁷, pode-se afirmar que o número de observações é favorável ao procedimento de análise fatorial, uma vez que atende aos diferentes critérios estabelecidos pelos pesquisadores citados.

Para o levantamento dos outros critérios mencionados, realizou-se a análise dos componentes principais (Tabela 9) através do *Principal Components* (PC) do *SPSS 15.0*, que permitiu, inicialmente, a obtenção de fatores a partir da

⁷ Deve-se ressaltar que o procedimento de análise fatorial será realizado com base nos escores das 20 defesas, sendo que o escore de cada uma delas é igual à média dos escores obtidos nos dois itens que a representam.

decomposição da matriz de correlação, além de fornecer outros dados acerca de uma eventual solução fatorial.

Na análise preliminar verificou-se que a matriz das intercorrelações dos itens apresentava covariância suficientemente adequada, tendo sido obtido o coeficiente de *Kaiser-Meyer-Olkin* satisfatório ($KMO = 0,82$).

O teste de esfericidade de *Bartlett* foi altamente significativo ($p < 0,0001$), indicando que o nível de confiança é muito favorável em relação ao ajuste dos dados se submetidos à análise fatorial. E finalmente, o valor do determinante (0,028) é indicativo de que a matriz deve comportar mais de um fator, em razão de ser diferente de zero (Laros & Puente-Palacios, 2004).

O próximo passo corresponde à definição do número de fatores a ser extraído. Diferentes critérios podem ser utilizados para este propósito, dentre os quais se destacam: 1) o critério de Guttman-Kaiser que propõe considerar apenas os fatores que apresentam autovalores (*eigenvalues*) superiores a um (Fleck & Bourdel, 1998). Segundo Laros e Puente-Palacios (2004) este critério é adequado em apenas 22% dos casos; 2) análise do diagrama de autovalores (*scree plot*), que permite conservar aqueles situados acima do ponto de ruptura da queda da curva da função que relaciona a ordem e os autovalores (Fleck & Bourdel, 1998). Este critério é considerado adequado para 57% dos casos de acordo com Laros e Puente-Palacios (2004); 3) critério de análise paralela, que possibilita a comparação dos autovalores de uma matriz de correlação de dados aleatórios com os da matriz empírica obtida pela análise dos componentes principais, devendo ser retido o fator que explica maior variância que o correspondente apresentado nos dados aleatórios. Este critério, segundo Laros e Puente-Palacios (2004) é adequado em 92% dos casos; 4) critério da

variância explicada, através do qual se define previamente o percentual mínimo que cada componente deve explicar da variância total. Além destes critérios, o número de fatores a ser extraído deve considerar as questões teóricas do construto que representa.

Em relação aos dados apresentados na Tabela 9, observa-se, segundo o critério de *Guttman-Kaiser*, que seis fatores apresentam autovalores superiores a um. Ao se analisar, contudo, o *scree plot* (Figura 50), nota-se que dois fatores estão em destaque (localizados acima do ponto de ruptura da queda da curva). Ponderou-se, no entanto, que havia elementos suficientes para a tomada de decisão sobre a extração de três fatores, em função da adequação, do ponto de vista teórico e empírico, às dimensões do DSQ-40. Todavia, é preciso ainda assinalar que os três fatores em conjunto explicam 36,85% da variância, índice considerado modesto por Pasquali (1999).

Tabela 9. Análise dos Componentes Principais

Fator	Autovalores Iniciais		
	Total	Variância (%)	Variância Acumulada (%)
1	4,400	22,00	22,00
2	1,608	8,04	30,04
3	1,363	6,82	36,85
4	1,209	6,04	42,90
5	1,108	5,54	48,44
6	1,011	5,05	53,50
7	0,953	4,77	58,26
8	0,893	4,47	62,73
9	0,841	4,21	66,93
10	0,785	3,93	70,86
11	0,756	3,78	74,64
12	0,702	3,51	78,14
13	0,654	3,27	81,42
14	0,645	3,23	84,64
15	0,580	2,90	87,54
16	0,567	2,84	90,38
17	0,551	2,76	93,14
18	0,512	2,56	95,69
19	0,449	2,24	97,94
20	0,412	2,06	100,00

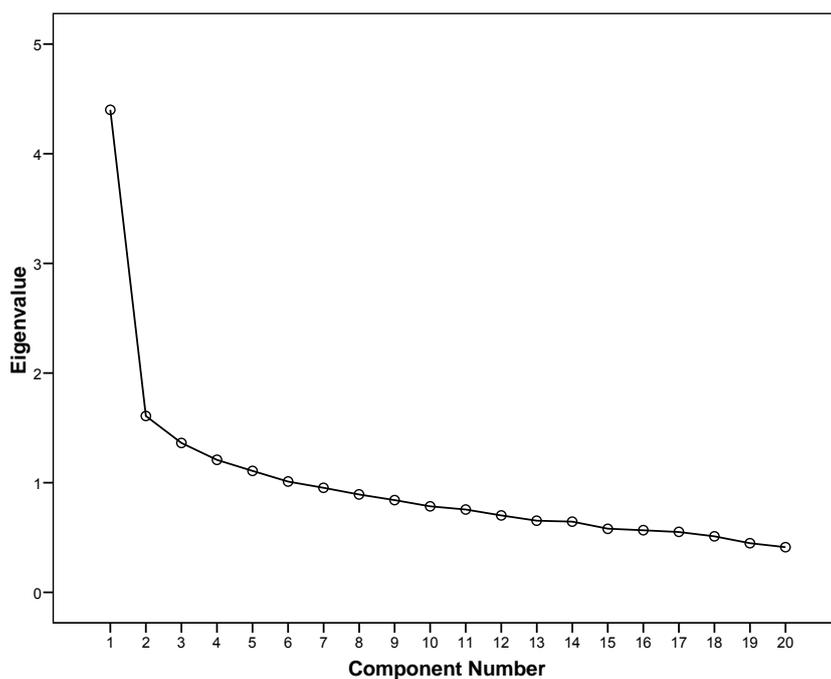


Figura 50. Representação gráfica dos autovalores (*eigenvalues*) da Análise dos Componentes Principais do DSQ-40 (N = 271)

Realizou-se, a seguir, a extração de três fatores segundo o procedimento de análise fatorial *Principal Axis Factoring* (PAF) do *SPSS 15.0*, que foram submetidos à rotação com o objetivo de potencializar sua interpretabilidade (Artes, 1998; Laros & Puentes-Palacios, 2004). Para isto, selecionou-se a opção *varimax* (modelo ortogonal), o que gerou um melhor ajuste das cargas fatoriais das defesas (Tabela 10), ainda que tenha sido reduzido, conforme o esperado, o percentual total da variância explicada (25,98%) pelos três fatores (Tabela 11), se comparada ao índice apresentado antes da rotação (36,85%).

Observa-se na Tabela 10 que o procedimento de análise fatorial resultou na indicação da saturação (ou carga fatorial) de cada defesa⁸, que é indicativa da covariância entre o fator e a defesa, de modo que quanto mais próximo de 100% de covariância defesa-fator, melhor será a defesa enquanto representante comportamental do fator – ou traço latente (Pasquali, 1999). Assim, deve-se determinar um valor mínimo de covariância entre a defesa (item) e o fator para que se possa considerá-lo como um representante satisfatório do fator. Pasquali (1999; 2001; 2003) refere-se ao valor de 0,30 (positivo ou negativo) como sendo o mínimo aceitável para a retenção de um item – neste estudo, defesa (pois indicaria uma covariância de 10%, aproximadamente, entre o item e o fator). Laros e Puente-Palacios (2004) referem que este valor deve ser de pelo menos 0,32. Tricoli (2002), refere ter utilizado o valor de 0,25 como critério de inclusão do item num fator.

No presente estudo, considerou-se o valor de 0,30 como sendo o mínimo aceitável para a retenção do item no fator, por ser o mais usual na literatura e também por ser um valor intermediário entre os propostos. Desse modo, observa-se (Tabela 10) que apenas a defesa formação reativa não atingiu o critério mínimo; cinco defesas relativas ao fator 1 (imaturo), uma defesa referente ao fator 2 (maduro) e outra relacionada ao fator 3 (neurótico) tiveram saturação maior que 0,50 - índice considerado satisfatório por Pasquali (1999).

A Tabela 10 também apresenta o índice de comunalidade (h^2) que diz respeito à covariância dos fatores com a defesa – uma vez que é resultado da soma do quadrado das covariâncias da variável com os fatores comuns

⁸ Cada defesa assumiu a função de item no procedimento de análise fatorial, semelhante ao que foi realizado por Blaya (2005).

(Pasquali, 2003). Assim, quanto maior o valor de h^2 , maior o “parentesco” (covariância) dos fatores com a defesa; neste estudo, observam-se valores relativamente baixos, sendo que os mais expressivos estão relacionados ao fator 1 (imaturo), o que demonstra que os itens nele alocados constituem boa representação comportamental daquelas defesas consideradas imaturas.

Tabela 10. Cargas Fatoriais e Comunalidades (h^2) de 20 Defesas Rotacionadas em Três Fatores

Defesa	Fator			Comunalidade (h^2)
	1	2	3	
Isolamento	0,634	-0,052	0,176	0,44
Deslocamento	0,563	0,147	0,194	0,38
Agressão Passiva	0,543	0,095	0,024	0,30
Fantasia Autística	0,531	0,207	0,026	0,33
Acting out	0,529	0,279	0,033	0,36
Projeção	0,498	0,161	0,112	0,29
Desvalorização	0,469	0,115	0,200	0,27
Dissociação	0,419	0,233	0,116	0,24
Negação	0,371	0,356	-0,022	0,26
Somatização	0,331	0,286	0,090	0,20
Humor	0,107	0,567	0,009	0,33
Cisão	0,169	0,472	0,132	0,27
Racionalização	0,075	0,338	0,234	0,17
Formação Reativa	0,112	0,269	0,113	0,10
Sublimação	0,058	0,016	0,555	0,31
Pseudo-altruísmo	0,130	0,118	0,391	0,18
Antecipação	-0,080	0,114	0,391	0,17
Anulação	0,191	0,238	0,369	0,23
Supressão	0,162	-0,020	0,338	0,14
Idealização	0,289	0,187	0,312	0,22

Nota: valores em negrito correspondem ao fator em que a defesa foi alocada

Tabela 11. Fatores Extraídos pelo Método de Fatoração dos Eixos Principais, com Rotação Varimax

Fator	Autovalor	Variância (%)	Variância Acumulada (%)
1	2,697	13,48	13,48
2	1,306	6,53	20,02
3	1,192	5,96	25,98

Objetivando cotejar os dados deste estudo, denominado “estudo A” com os obtidos por Blaya (2005), denominado “estudo B”, e o estudo desenvolvido por Andrews, Pollock e Stewart (1989), denominado “estudo C”, foram dispostas na Tabela 12 as cargas fatoriais de cada defesa, segundo cada um dos estudos.

Tabela 12. Cargas fatoriais das defesas de acordo com o Estudo Atual (A), de Blaya (2005) (B), e de Andrews, Pollock e Stewart (1989) (C)

Tipo	Defesas	Fator I - Imaturo			Fator II - Neurótico			Fator III - Maduro		
		A	B	C	A	B	C	A	B	C
Imatura										
	Isolamento	0,63	0,5	0,53	0,18	0,08	0	-0,05	0,20	0,20
	Deslocamento	0,56	0,45	0,46	0,19	0,09	0,20	0,15	0,01	-0,13
	Agressão Passiva	0,54	0,73	0,72	0,02	0	0,17	0,09	0	-0,08
	Fantasia Autística	0,53	0,63	0,48	0,03	0,09	0,15	0,21	0,13	-0,13
	Acting Out	0,53	0,60	0,62	0,03	0,06	0,24	0,28	0,11	-0,07
	Projeção	0,50	0,71	0,73	0,11	0,09	0,26	0,16	0,17	-0,20
	Desvalorização	0,47	0,42	0,48	0,20	0,03	0,26	0,11	0,18	-0,14
	Dissociação	0,42	0,44	0,45	0,12	0,07	0,12	0,23	0,41	0,02
	Negação	0,37	0,33	0,46	-0,02	0,16	0,11	0,36	0,60	0,18
	Somatização	0,33	0,55	0,32	0,09	0,41	0,30	0,29	0,17	-0,20
	Cisão	0,17	0,52	0,41	0,13	0,22	0,01	0,47	0,04	0,02
Neurótica										
	Formação Reativa	0,11	0	0,17	0,11	0,55	0,44	0,27	0,14	0,01
	Pseudo-altruísmo	0,13	0,09	0,02	0,39	0,71	0,47	0,12	0,05	0,11
	Anulação	0,19	0,42	0,40	0,37	0,54	0,55	0,24	0,09	-0,12
	Idealização	0,29	0,38	0,18	0,31	0,32	0,44	0,19	0	-0,01
Madura										
	Humor	0,11	0,15	-0,16	0,01	0,35	-0,02	0,57	0,49	0,53
	Racionalização*	0,07	0,08	0,37	0,23	0,26	0,21	0,34	0,58	0,11
	Sublimação	0,06	0,03	-0,06	0,56	0,38	0,13	0,02	0,30	0,55
	Antecipação	-0,08	0,04	0,06	0,39	0,28	0	0,11	0,45	0,44
	Supressão	0,16	0,15	0,05	0,34	0,06	-0,06	-0,02	0,62	0,36

* No Estudo C, a defesa racionalização é alocada no Fator Imaturo, composto por 12 itens

Os dados apresentados na Tabela 12 indicam que os resultados obtidos no estudo A coincidem em vários aspectos aos dos estudos B e C. Em relação ao fator imaturo, dentre as 11 defesas da versão original, dez mostraram carga suficiente neste fator. Apenas os itens relacionados à Cisão covariaram com o fator maduro, em que tiveram carga fatorial 0,47, contrariando, todavia, o teoricamente esperado.

Em relação ao fator neurótico, das quatro defesas nele alocadas, segundo os estudos B e C, três também apresentam maior saturação fatorial nesta dimensão segundo o estudo A. Apenas os itens destinados a avaliar a Formação Reativa, não se mostraram representativos do fator. Aliás, deve-se observar que eles também não obtiveram carga suficiente nos outros dois fatores.

Quanto ao fator maduro, das cinco defesas nele alocadas, segundo o estudo B, duas também apresentaram maior carga fatorial neste fator, no presente estudo; em relação ao estudo C, das quatro defesas alocadas no fator maduro, apenas uma foi também nele alocada, segundo o estudo A. Pode-se estimar que a redução deste fator a apenas duas defesas certamente compromete a representatividade deste fator no que concerne à possibilidade de avaliação do nível maduro de defesas.

O índice de consistência interna foi estimado através do coeficiente alfa de Cronbach, O fator imaturo é o que apresentou o melhor índice ($\alpha = 0,80$), seguido do fator neurótico ($\alpha = 0,44$ e), e do fator maduro ($\alpha = 0,41$). Deve-se observar todavia, que também no estudo de Blaya (2005) apenas o primeiro fator demonstrou índice de consistência interna satisfatório ($\alpha = 0,77$), enquanto que os fatores neurótico e maduro também apresentaram índices de consistência modestos (respectivamente, $\alpha = 0,52$ e $\alpha = 0,55$).

Em relação ao índice de consistência interna ter sido suficiente somente para o fator imaturo, Blaya (2005) refere que isto não significa que os fatores maduro e neurótico devam ser desprezados, pois estudos clínicos (Heldt *et al.*, 2003, apud Blaya, 2005), demonstraram, por exemplo, que as defesas neuróticas (aferidas pelo DSQ-40) predizem menor remissão em pacientes com pânico tratados em terapia cognitivo-comportamental. Blaya *et al.* (2002) avaliaram os mecanismos de defesa de pacientes (N = 35) com fobia social e observaram que a utilização de defesas neuróticas e imaturas por parte destes pacientes foi muito superior àquela aferida junto ao grupo controle (N = 35), constituído por voluntários normais, que não apresentavam critérios diagnósticos atuais para transtornos psiquiátricos do Eixo I do DSM-IV-R (American Psychiatric Association, 2003/2000).

Discussão dos Resultados

A realização do procedimento de coleta de dados para esta pesquisa coincidiu com uma sucessão de eventos (rebeliões prisionais e violência contra instituições da sociedade) ocorridos no ano de 2006, relacionados ao contexto prisional brasileiro e à segurança pública, de modo geral. Apesar dos possíveis fatores que colaboraram para a eclosão destes eventos, uma vez que isto não é objeto deste trabalho, seus efeitos parecem ter afetado de forma significativa o funcionamento e a dinâmica das instituições prisionais, que dentre várias implicações que puderam ser observadas pelo pesquisador, a ampla restrição de acesso aos presidiários parece ter sido a mais relevante.

Deve-se considerar que o pesquisador era psicólogo efetivo do sistema prisional paulista (até julho de 2006) e, em razão destes acontecimentos, não só estava impossibilitado de proceder à coleta de dados para esta pesquisa, como também não lhe era possível realizar atendimentos psicológicos individuais e, sobretudo, desenvolver as atividades em grupo, dadas as questões ligadas à segurança interna das instituições prisionais. Isto implicou na alteração dos locais de coleta de dados; superadas estas questões, (o que ocorreu somente no início do segundo semestre de 2006), a coleta de dados ocorreu normalmente..

Os resultados obtidos pelo presente estudo mostram que o DSQ-40, versão em português brasileiro, quando aplicado como medida de avaliação de defesas na população carcerária, apresenta qualidades psicométricas semelhantes às aquelas de estudos anteriores realizados com amostras clínicas (Blaya, 2005; Blaya et al., 2007; Andrews, Pollock & Stewart, 1989).

O procedimento de análise fatorial, utilizado para se aferir a validade de construto, gerou três fatores interpretáveis, compatíveis do ponto de vista teórico e empírico com as dimensões apresentadas pelo instrumento original; o percentual total da variância explicada pelo procedimento de análise fatorial exploratória foi de 36,85%, valor semelhante àquele obtido (38,1%) pelo estudo de Blaya (2005).

Quanto à precisão do instrumento, o índice obtido de correlação teste-reteste (conforme já referido anteriormente) apontou baixa estabilidade temporal das medidas ($r = 0,611$; $p < 0,05$) em relação à escala total; no que se refere aos índices relativos à qualidade defensiva neurótica ($r = 0,59$; $p < 0,05$) e, principalmente, madura ($r = 0,31$; $p > 0,05$), foram considerados modestos. Em relação ao fator imaturo, contudo, o índice foi considerado satisfatório ($r = 0,70$; $p < 0,05$). A baixa estabilidade temporal apresentada talvez indique que o intervalo de 30 dias entre o teste e o reteste, seja relativamente grande para esta população, dadas as variáveis intervenientes citadas anteriormente.

Blaya (2005) também avaliou a confiabilidade do instrumento através do procedimento de teste e reteste, embora tenha utilizado o teste *t* pareado para mensurá-lo, referindo não ter observado diferença entre a avaliação inicial ($n = 33$) e após quatro meses (fator imaturo, $p = 0,06$; fator neurótico, $p = 0,35$; fator maduro, $p = 0,21$). Apesar da literatura (psicométrica) não se referir à utilização do teste *t* pareado com o objetivo de se aferir a estabilidade temporal de um instrumento de medida, o pesquisador, à guisa de comparação, realizou (em relação aos dados obtidos no presente estudo) o mesmo procedimento referido por Blaya (2005) e também não observou diferença significativa entre os resultados obtidos pela avaliação inicial ($n = 15$) e após 30 dias, segundo os

índices obtidos pelo teste t pareado: a) fator imaturo, $t(14) = 0,46$; $p = 0,56$; b) fator neurótico, $t(14) = - 0,005$; $p = 0,99$; e c) fator maduro, $t(14) = 0,63$; $p = 0,54$.

Com referência à consistência interna, conforme já discutido, mostrou-se satisfatório apenas para o fator imaturo ($\alpha = 0,80$), o que também foi verificado no estudo de Blaya (2005), ($\alpha = 0,77$). Isto parece estar associado à falta de equilíbrio entre o número de itens que compõe cada um dos fatores, o que pode afetar o valor do coeficiente alfa de Cronbach (Clark & Watson, 1995). Pasquali (2003) refere que a análise da consistência interna não constitui uma prova efetiva de validade de construto do teste, uma vez que estabelece a correlação de cada item com o escore total segundo o pressuposto de que os itens são homogêneos (somáveis e válidos).

Assim, levando-se em consideração todos estes aspectos, observa-se que o presente estudo reproduz os principais resultados obtidos por Blaya (2005); isto sugere que a variável que caracteriza a amostra estudada (estar sob reclusão) não influencia significativamente o comportamento dos dados. Se algumas propriedades psicométricas do instrumento não se mostraram satisfatórias, isto não parece ser decorrente das características da amostra, mas sim da própria estrutura do DSQ-40, que requer alguns ajustes relativos ao conjunto de itens, especialmente àqueles que compõem o fator neurótico e o maduro (efetivamente, o fator mais problemático em termos de propriedades psicométricas, posto que não demonstrou fidedignidade aceitável, apresentou baixa consistência interna e número reduzido de itens).

Destarte, são propostos os seguintes ajustes ao instrumento: quanto ao fator imaturo, os itens relativos à cisão (19 e 22) deverão ser revistos. Em relação

ao fator neurótico, os itens relativos à formação reativa (7 e 28) deverão ser reavaliados. Neste fator, talvez a inclusão de outros itens, segundo outras defesas, caracterizadamente neuróticas, poderá minimizar problemas relativos à consistência interna. Em relação ao fator maduro, as defesas antecipação (30 e 35), supressão (2 e 25), e sublimação (3 e 38) necessitarão de ajustes importantes em razão dos baixos índices de carga fatorial apresentados. Outros itens, à exemplo do que foi proposto para o ajuste do fator neurótico, deverão ser inseridos neste fator, segundo as características pertinentes às defesas maduras, objetivando melhorar o equilíbrio entre o número de itens por fator.

Outra proposta de ajuste do instrumento refere-se à redução de 9 para 3 pontos (escala *Likert*) oferecidos para registro do grau de concordância com o item, ficando assim com um ponto indicativo de discordância total, outro intermediário (indicando concordância/discordância parcial), e outro ponto indicativo de concordância total; isto deve tornar a aplicação mais rápida e adequada à população alvo.

A realização destas revisões supõe a observação dos critérios relativos ao processo de construção de itens (Pasquali, 1999), o que deve implicar em algumas etapas distintas, como: 1) construção dos itens segundo os pressupostos teóricos do construto e em conformidade com a cultura, linguagem, habilidade cognitiva, dentre outros atributos da população alvo; 2) análise teórica dos itens, que supõe a análise semântica e a análise dos juízes; 3) procedimentos experimentais e analíticos, como a análise fatorial.

Estima-se que este conjunto de medidas possa produzir alterações relevantes no instrumento, melhorando as suas propriedades psicométricas, e aumentando assim, seus indicadores de validade e precisão.

Considerações Finais

Este trabalho parece confirmar a premissa de que a utilização de um instrumento de medida desenvolvido originalmente para fins clínicos não pode ser transposto diretamente para o contexto carcerário sem que sejam devidamente avaliadas as suas propriedades psicométricas, dadas as implicações sobre os sujeitos avaliados.

Em relação ao DSQ-40, versão em português brasileiro, estima-se que, ao se realizar a adaptação à população carcerária (segundo os ajustes propostos), poderá constituir uma medida válida e confiável da qualidade das defesas de presidiários.

Conforme já discutido anteriormente, o funcionamento defensivo é reconhecidamente uma importante dimensão da personalidade humana, conforme indicam vários estudos empíricos e teóricos, segundo diferentes enfoques. A possibilidade de mensurá-lo (através de seus derivativos) de forma relativamente rápida e precisa, além de ser uma exigência da psicodinâmica moderna (Andrade, 2006), pode ser de grande utilidade ao psicólogo que atua no contexto prisional, em oposição à compreensão deste mesmo fenômeno com base somente no julgamento clínico decorrente das entrevistas clínicas e da leitura dos prontuários jurídicos (o que não implica na exclusão destas metodologias).

A compreensão dos estilos de defesa como parâmetros do grau de maturidade psicossocial do indivíduo pode contribuir para que o psicólogo que atua no âmbito carcerário consiga delinear uma leitura diagnóstica

(eventualmente, prognóstica) de forma mais abrangente (no sentido de considerar as muitas variáveis presentes naquele espaço e que afetam significativamente a vida dos presos) e a partir disso (juntamente com outros membros da equipe técnica do presídio), possa planejar e implementar as atividades ou programas de intervenção junto aos presos.

Considerando ainda, que a qualidade das defesas do indivíduo está associada à qualidade da adaptação (segundo as estratégias que utiliza para dar conta da demanda interna e externa), a utilização do instrumento no contexto prisional pode colaborar para que algumas questões sejam dirimidas e algumas decisões encaminhadas com o auxílio do psicólogo jurídico, como por exemplo, quanto ao direcionamento para determinadas atividades, sobre a constituição de grupos, sobre indicação de medidas de intervenção individual ou grupal, dentre outras aplicações.

Futuros estudos poderão explorar outras aplicações do DSQ-40, versão em português brasileiro, no âmbito prisional.

Referências

- Andrade, M.P.M.(1996). *Tradução e adaptação do DSQ (Defense Style Questionnaire) para uso no Brasil*. Dissertação de mestrado não publicada, Escola Paulista de Medicina, São Paulo.
- Andrade, M.P.M.(2000). *As defesas psíquicas dos estudantes de medicina*. Tese de doutorado não publicada, Escola Paulista de Medicina, São Paulo.
- Andrade, M.(2006). Versão brasileira do *Defense Style Questionnaire (DSQ)* de Michael Bond: problemas e soluções. *Revista de Psiquiatria do RS*, 28(2), 144-160.
- Andrews, G., Pollock, C., & Stewart, G. (1989). The determination of defense style by questionnaire. *Archives General of Psychiatry*, 46(5), 455-460.
- Andrews, G., Singh, M., & Bond, M.(1993). The Defense Style Questionnaire. *Journal of Nervous and Mental Disease*, 181(4), 246-256.
- American Psychiatric Association. (1980). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders* (3rd ed.). Washington, DC: Autor.
- American Psychiatric Association. (1987). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders* (3rd ed., rev.). Washington, DC: Autor.
- American Psychiatric Association. (1994). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders* (4th ed.). Washington, DC: Autor.
- American Psychiatric Association. (2002). *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais* (4ª. ed., rev.; Cláudia Dornelles, trad.). Porto Alegre: Artmed. (Original publicado em 2000)
- American Psychological Association, & Discovery Health Channel (s/d). *The road to resilience*. Recuperado em 02/10/2005, de http://www.apahelpcenter.org/dl/the_road_to_resilience.pdf
- Anastasi, A. (1972). Psicologia e direito. In Anastasi, A. *Campos da psicologia aplicada* (pp.871-924).(Rodolfo Azzi, trad.). São Paulo: Herder.
- Anastasi, A., & Urbina, S.(2000). *Testagem psicológica* (Maria Adriana V.Veronese, trad.).Porto Alegre: Artmed.

Artes, R.(1998). Aspectos estatísticos na análise fatorial de escalas de avaliação. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 25(5), 223-228.

Baratta, A.(1991). Ressocialização ou controle social: uma abordagem crítica da “reintegração social” do sentenciado. In Araújo Jr, J.M.(org). *Sistema penal para o terceiro milênio: atos do colóquio Marc Ancel* (2^a. ed.; pp. 251-265). Rio de Janeiro: Revan.

Bergeret, J.(1988). *Personalidade normal e patológica* (Alceu Edir Fillmann, trad.). Porto Alegre: Artmed. (Original publicado em 1974)

Blaya, C.(2005). *Tradução, adaptação e validação do Defensive Style Questionnaire (DSQ-40) para o português brasileiro*. Dissertação de mestrado não publicada, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Blaya, C., Dornelles, M., Blaya, R., Kipper, L., Heldt, E., Isolan, L., Manfro, G.G., & Bond, M. (2007). Brazilian-portuguese version of defensive style questionnaire-40 for the assessment of defense mechanisms: construct validity study. *Psychotherapy Research*, 17(3), 261-272.

Blaya, C., Kipper, L., Heldt, E., Isolan, L., Ceitlin, L.H., Bond, M., & Manfro, G.G.(2004). Versão em português do Defense Style Questionnaire (DSQ-40) para avaliação dos mecanismos de defesa: um estudo preliminary. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 26(4), 255-258.

Bonanno, G.A.(2004). Loss, trauma, and human resilience: have we underestimated the human capacity to thrive after extremely aversive events? *American Psychologist*, 59(1), 20-28.

Bonanno, G.A.(2005). Clarifying and extending the construct of adult resilience. *American Psychologist*, 60(3), 265-267.

Bond, M. (2004). Empirical studies of defense style: relationships with psychopathology an change. *Harvard Review Psychiatry*, 12(5), 263-278.

Bond, M., Gardner, S.T., Christian, J., & Sigal, J.(1983). Empirical study of self-rated defense styles. *Archives General of Psychiatry*, 40(3), 333-338.

Bond, M., & Vaillant, J.S.(1986). An empirical study of the relationship between diagnosis and defense styles. *Archives General of Psychiatry*, 43(3), 285-288.

Bond, M., & Perry, J.C.(2004). Long-term changes in defense styles with psychodynamic psychotherapy for depressive anxiety, and personality disorders. *American Journal Psychiatry*, 161(9), 1665-1671.

Campos,L.F.L., & Dias, L.A. (1998). Psicologia em instituições penais: opiniões e expectativas de psicólogos forenses. *Psico-USF*, 3(1), 61-76.

CFP – Conselho Federal de Psicologia. (2003). Resolução CFP nº. 002/2003. Consultado em 02/12/2004, de http://www.pol.org.br/legislacao/pdf/resolucao2003_002.pdf.

Cour, P.L. (2002). Psychological defenses of Danish medical students. *Journal of Nervous and Mental Disease*, 190(1), 22-26.

Cramer, P.(2000). Defense mechanisms in psychology today: further process for adaptation. *American Psychologist*, 55(6), 637-646.

Cramer, P.(2001). The unconscious status of defense mechanisms. *American Psychologist*, 56(9), 762-763.

Cruz, R.M. (2002). O processo de conhecer em avaliação psicológica. In Cruz, R.M., Alchieri, J.C., & Sarda Jr., J.J. *Avaliação e medidas psicológicas: produção do conhecimento e da intervenção profissional* (pp. 15-24). São Paulo: Casa do Psicólogo.

DEPEN - Departamento Penitenciário Nacional.(2004). *Sistema penitenciário no Brasil: diagnóstico e propostas*. Recuperado em 05/06/2005, de http://www.mj.gov.br/Depen/pdf/diagnostico_depen.pdf.

Drapeau, M., Roten, Y., Perry, J.C., & Despland, J.N.(2003). A study of stability and change in defense mechanisms during a brief psychodynamic investigation. *Journal of Nervous and Mental Disease*, 191(8), 496-502.

Dunn, D.S., & Dougherty, S.B.(2005). Prospects for a positive psychology of rehabilitation. *Rehabilitation Psychology*, 50(3), 305-311.

Escola de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo & Departamento de Reintegração Social. (2005). *Manual de projetos de reintegração social*. São Paulo: Autor.

Fleck, M.P.A., & Bourdel, M.C.(1998). Método de simulação e escolha de fatores na análise dos principais componentes. *Revista de Saúde Pública*, 32(3), 267-272.

Freitas, I.A., & Borges-Andrade, J.E.(2004). Construção e validação de Escala de Crenças sobre o Sistema Treinamento. *Estudo de Psicologia*, 9(3), 479-488.

Freud, S.(1996). As neuropsicoses de defesa. In Freud, S. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud (Vol. 3, pp.51-72)(Jayme Salomão, trad.). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1894)

Freud, S.(1996). Novos comentários sobre as neuropsicoses de defesa. In Freud, S. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud (Vol. 3, pp.183-200)(Jayme Salomão, trad.). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1896)

Freud, A. (1974). *O ego e os mecanismos de defesa* (3ª. ed.; Álvaro Cabral, trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (Original publicado em 1937)

FUNAP - Fundação “Dr Manoel Pedro Pimentel” de Amparo ao Preso. (2002). *Perfil do preso no Estado de São Paulo*. Recuperado em 03/02/2005, de <http://www.pca.com.br/censofunap>.

Gabbard, G.O.(1998). *Psiquiatria psicodinâmica* (2ª. ed.)(Luciana N. A. Jorge e Maria R. S. Hofmeister, trad.). Porto Alegre: Artmed. (Original publicado em 1994)

Gable, S.L., & Haidt, J.(2005). What (and why) is positive psychology? *Review of General Psychology*, 9(2), 103-110.

Gatti, A.L.(1999). Escalas de avaliação dos mecanismos de defesa: precisão e validade concorrente. Tese de doutorado não publicada, Curso de Pós Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.

Hare, R.D.(1991). *Manual for the Hare Psychopathy Checklist-Revised*. Toronto: Multi-Health System.

Hayashi, M., Miyake, Y., & Minakawa, K.(2004). Reliability and validity of the Japanese edition of the Defense Style Questionnaire-40. *Psychiatry & Clinical Neurosciences*, 58(2), 152-156.

Heldt, E., Manfro, G.G., Kipper, L., Blaya, C., Maltz, S., Isolan, L., Hirakata, V.N., & Otto, M.W.(2003). Treating medication-resistant panic disorder: predictor and outcome of cognitive-behavior therapy in a Brazilian public hospital. *Psychotherapy and Psychosomatic*, 72, 43-48.

Holi, M.M., Sammallahti, P.R., & Aalberg, V.A.(1999). Defenses styles explain psychiatric symptoms: an empirical study. *Journal of Nervous and Mental Disease*, 187(11), 654-660.

HRW - Human Rights Watch. (1998). *Relatório: o Brasil atrás das grades*. Recuperado em 03/02/2005, de <http://hrw.org/portuguese/reports/presos/resumo.htm>.

INFOPEN – Sistema Integrado de Informações Penitenciárias. (2006). *Quadro Geral*. Recuperado em 08/02/2007, de [http://www.mj.gov.br/Depen/sistema/Pesquisa%20\(Desembro-2006\).pdf](http://www.mj.gov.br/Depen/sistema/Pesquisa%20(Desembro-2006).pdf).

Laloni, D.T.(2001). *Escala de Avaliação de Sintomas-90-R – SCL-90-R: adaptação, precisão e validade*. Tese de doutorado não publicada, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.

Lally, S.J.(2003). What tests are acceptable for use in forensic evaluations? A survey of experts. *Professional Psychology: Research and Practice*, 34(5), 491-498.

Laros, J.A., & Puente-Palacios, K.E.(2004). Validação cruzada de uma escala de clima organizacional. *Estudo de Psicologia*, 9(1), 113-119.

Lei nº. 7209, de 11/07/1984 - Lei de Execução Penal. In *Lei nº. 7209, de 11/07/1984 - Código Penal (Parte Geral – Arts. 1 a 120) & Lei nº. 7210, de 11/07/1984 - Lei de Execução Penal* (p.11-77). (1985). São Paulo: Atlas.

Lei nº. 7210, de 11/07/1984 - Lei de Execução Penal. In *Lei nº. 7209, de 11/07/1984 - Código Penal (Parte Geral – Arts. 1 a 120) & Lei nº. 7210, de 11/07/1984 - Lei de Execução Penal* (p.78-109). (1985). São Paulo: Atlas.

Lei nº. 10.792, de 01/12/2003. Recuperado em 10/12/2003, de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.792.htm

Levin, J. (1978). *Estatística aplicada a Ciências Humanas*. São Paulo: Harbra.

Masten, A.S.(2001). Ordinary magic: resilience process in development. *American Psychologist*, 56(3), 227-238.

Megargee, E.I.(1995). Assessment research in correctional settings: methodological issues and practical problems. *Psychological Assessment*, 7(3), 359-366.

Mirabete, J.F. (1997). *Execução penal: comentários à Lei nº. 7.210 de 11-7-84* (8ª.ed.). São Paulo: Atlas.

Ministérios de Estado da Saúde e da Justiça. (2003). *Portaria interministerial nº. 1777/GM de 09 de setembro de 2003*. Recuperado em 05/01/2004, de <http://www.inverso.org.br/index.php/content/view/7429.html>,.

Morana, H.C.P.(2003). *Identificação do ponto de corte para a escala PCL-R (Psychopathy Checklist Revised) em população forense brasileira: caracterização de dois subtipos de personalidade; transtorno global e parcial*. Tese de doutorado não publicada, Universidade de São Paulo. Recuperado em 14/02/2004, de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5142/tde-14022004-211709/publico/HildaMorana.pdf>,.

Morana, H.C.P.(2004). *Escala Hare PCL-R – manual & Critérios para pesquisa*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Newman, R. (2005). APA's resilience initiative. *Professional Psychology: Research and Practice*, 36(3), 227-229.

Noronha, A.P.P. (2002). Os problemas mais graves e mais freqüentes no uso dos testes psicológicos. *Psicologia: reflexão e crítica*, 15(1), 135-142.

Noronha, A.P.P., & Alchieri, J.C.(2002). Reflexões sobre os instrumentos de avaliação psicológica. In Primi, R.(org). *Temas em avaliação psicológica* (pp. 7-16). Campinas: LabAPE/IBAP.

Paludo, S.S., & Koller, S.H.(2005). Resiliência na rua: um estudo de caso. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 21(2), 187-195.

Pasquali, L.(1999). *Instrumentos psicológicos: manual prático de elaboração*. Brasília: LabPAM

Pasquali, L.(org.).(2001). *Técnicas de exame psicológico – TEP: manual*. São Paulo: Casa do Psicólogo/Conselho Federal de Psicologia.

Pasquali, L.(2003). *Psicometria: teoria dos testes na psicologia e na educação*. Petrópolis: Vozes.

Perry, J.C.(1990). Escalas de avaliação dos mecanismos de defesa (5ª. ed.; Daniela Wiethaeuper e Elisa M.P.Yoshida, trad.). Manuscrito.

Perry, J.C., & Høglend, P. (1998). Convergent and discriminant validity of Overall Defensive Functioning. *Journal of Nervous and Mental Disease*, 186(9), 529-535.

Pesce, R.P., Assis, S.G., Santos, N., & Oliveira, R.V.C.(2004). Risco e proteção: em busca de um equilíbrio promotor de resiliência. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 20(2), 135-143.

Pesce, R.P., Assis, S.G., Avanci, J.Q., Santos, N., Malaquias, J.V., & Carvalhaes, R.(2005). Adaptação transcultural, confiabilidade e validade da escala de resiliência. *Caderno de Saúde Pública*, 21(2), 436-448.

Rauter, C. (1989). Diagnóstico psicológico do criminoso: tecnologia do preconceito. *Revista do Departamento de Psicologia da UFF*, 1(1), 9-22.

Sá, A.A. (1987). *Reincidência criminal sob o enfoque da psicologia clínica preventiva*. São Paulo: EPU.

Sá, A.A. (1996). A recuperação dos sentenciados e a questão do exame criminológico versus parecer das comissões técnicas de classificação. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, 13, 203-217.

Sá, A.A.(1997). Os três instrumentos de avaliação dos apenados na legislação penal brasileira. *Justiça & Democracia*, 3, 163-169.

Sá, A.A. (1998). Prisionização: um dilema para o cárcere e um desafio para a comunidade. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, 21, 117-123.

Sá, A.A. (2000). Algumas ponderações acerca da reintegração social dos condenados à pena privativa de liberdade. *Revista da Escola Superior de Magistratura de Pernambuco*, 5 (11), 25-70.

Sá, A.A. (2001). Concepção do crime como expressão de uma história de conflitos: implicações na reintegração social dos condenados à pena privativa de liberdade. *Revista da ESMESC*, 7(11), 169-178.

Sá, A.A. (2005). Sugestão de um esboço de bases conceituais para um sistema penitenciário. In Escola de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo & Departamento de Reintegração Social. (2005). *Manual de projetos de reintegração social* (pp. 13-21). São Paulo: Autor.

Saffi, F., & Bemvenuto, R.A.A.L. (2003). Psicólogo no sistema penitenciário do estado de São Paulo. In Rigonatti, S.P., Serafim, A.P.S., & Caires, M.A.F. *Temas em psiquiatria e psicologia jurídica* (pp. 247-261). São Paulo: Vetor.

Seligman, M.E.P., & Csikszentmihalyi, M.(2000). Positive psychology: an introduction. *American Psychologist*, 55(1), 5-14.

Seligman, M.E.P., Steen, T.A., Park, N., & Peterson, C.(2005). Positive psychology progress: empirical validation of interventions. *American Psychologist*, 60(5), 410-421.

Sheldon, K.M., & King, L.(2001). Why positive psychology is necessary. *American Psychologist*, 56(3), 216-217.

Soliman, H.(1996). The arabic version of DSQ-40: A study of ego defenses in medical students. *Egyptian Journal of Psychiatry*, 19(1-2). Recuperado em 02/10/2005, de <http://www.arabpsynet.com/Journals/EJP/ejp19.1-2.htm>

Souza, F.J. (1998). Psicologia aplicada em sistemas penitenciários. *Aletheia*, 7, 101-105.

Tavares, G.M., & Menandro, R.M. (2004). Atestado de exclusão com firma reconhecida: o sofrimento do presidiário brasileiro. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 24 (2), 86-99.

Teixeira, A., & Bordini, E.B.T.(2004). Decisões judiciais da vara das execuções criminais: punindo sempre mais. *São Paulo em perspectiva*, 18(1), 66-71.

Tricoli, V.A.C.(2002). *Escala de stress para adolescentes: construção e validação*. Tese de doutorado não publicada, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.

Trombeta, L.H.A.P.(2000). *Resiliência em adolescentes: estudo preliminar de variáveis e medida*. Tese de doutorado não publicada, Curso de Pós Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.

Vaillant, G.E.(1971). Theoretical hierarchy of adaptive ego mechanisms: a 30-year follow-up of 30 men selected for psychological health. *Archives General of Psychiatry*, 24(2), 107-118.

Vaillant, G.E.(1994). Ego mechanisms of defense and personality psychopathology. *Journal of Abnormal Psychology*, 103(1), 44-50.

Vaillant, G.E.(2000). Adaptive mental mechanisms: their role in a positive psychology. *American Psychologist*, 55(1), 89-98.

Vaillant, G.E.(2003). Mental health. *American Journal of Psychiatry*, 160(8), 1373-1384.

Vaillant, G.E., & Drake, R.E.(1985). Maturity of ego defenses in relation to DSM-III axis II personality disorder. *Archives General of Psychiatry*, 42(6), 597-601.

Vaillant, G.E., Bond, M., & Vaillant, C.O.(1986). An empirically validated hierarchy of defense mechanisms. *Archives General of Psychiatry*, 43(8), 786-794.

Wagnild, G.M., & Young, H.M.(1993). Development and psychometric evaluation of the resilience scale. *Journal Nurse Measurement*. 1993; 1(2): 165-178.

Wasttel, C.A.(1999). Defensive focus and the Defense Style Questionnaire. *Journal of Nervous Mental Disease*, 187(4), 217-223.

Yoshida, E.M.P., Lépine, V., St-Amand, P., & Bouchard, M.A.(1998). Configuração adaptativa e o nível de maturidade dos mecanismos de defesa. *Estudos de Psicologia*, 15(3), 3-16.

Yunes, M.A.M.(2003). Psicologia positiva e resiliência: o foco no indivíduo e na família. *Psicologia em Estudo*, 8(esp), 75-84.

Anexo A

CARTA DE APRESENTAÇÃO

À

Coordenadoria das Unidades Prisionais da Região Oeste do Estado de São Paulo

Att.: Dr. José Reinaldo da Silva – Coordenador

Ref.: Projeto de Pesquisa de Doutorado em Psicologia “DSQ-40: adaptação e validação para a população prisional”

Esta carta tem o objetivo de estabelecer os procedimentos envolvidos no projeto de pesquisa de doutorado “DSQ-40: adaptação e validação para a população prisional”, que visa aferir a validade e a precisão um instrumento de avaliação psicológica do estilo de defesa de presidiários e solicitar a autorização de V.Sa. para proceder à coleta de dados junto aos presos reclusos em quatro unidades prisionais subordinadas a esta coordenadoria: Penitenciárias de Lucélia, Pracinha, Osvaldo Cruz e Junqueirópolis. Será realizado pelo psicólogo Luís Fernando Galvão, lotado na Penitenciária de Lucélia e aluno do Programa de Doutorado em *Psicologia, Ciência e Profissão* da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. A pesquisa é orientada pela Prof^a. Dr^a. Elisa Medici Pizão Yoshida.

O estudo do instrumento de avaliação deve contribuir para que os serviços de reintegração social das penitenciárias desenvolvam suas atividades tendo em vista as necessidades emocionais dos presidiários. Deve ainda, aumentar a confiabilidade dos resultados das avaliações feitas pelos psicólogos que atuam no contexto carcerário, facilitando assim, a comunicação com o Poder Judiciário.

O pesquisador adotará os seguintes procedimentos em cada uma das quatro unidades supracitadas:

- Apresentação do projeto aos presos previamente selecionados (cerca de 100 internos por unidade prisional) e convite à participação;
- Realizar a coleta de dados, que consistirá na aplicação seguintes instrumentos de avaliação psicológica:

- ✓ *Defense Style Questionnaire – 40 (DSQ-40)*, que deverá ser aplicado em 100 presos de cada uma das unidades prisionais;
- ✓ *Escala de Avaliação de Sintomas (EAS-40)*, *Escala de Resiliência*, e *Escala Hare PCL-R*, que deverão ser aplicados a cerca de 10 presos de cada uma das unidades prisionais;

Sendo que:

- Os participantes não serão submetidos a qualquer procedimento doloroso ou de risco;
- Com a avaliação, os participantes terão como benefício a participação no estudo de um instrumento de avaliação que deve favorecer o desenvolvimento de programas de reintegração psicossocial;
- É garantido aos participantes e à Instituição o esclarecimento a qualquer dúvida sobre o projeto ou a outro assunto relacionado com a pesquisa;
- Os participantes podem desistir da pesquisa a qualquer tempo;
- Tanto a Instituição quanto os participantes ficam isentos de qualquer gasto;
- O pesquisador se compromete a respeitar todos os critérios de segurança de cada uma das unidades participantes;
- Os procedimentos de aplicação de testes psicológicos deverão ser pautados pelo Código de Ética Profissional do Psicólogo;
- O período de coleta de dados será estabelecido oportunamente junto a cada uma das unidades participantes e deverá respeitar os critérios estabelecidos pelos respectivos Diretores Gerais e Diretores do Centro de Reintegração Social;
- Os dados serão utilizados exclusivamente para fins de pesquisa e é garantido o sigilo profissional.

Atenciosamente,

Luís Fernando Galvão

Psicólogo CRP 06/48.969-4

Secretaria da Adm. Penitenciária do Est. de S.Paulo – Lotado na Penitenciária de Lucélia

Pesquisador PUC-Campinas

Anexo B

Corumbá, MS, 18 de setembro de 2006

CARTA DE APRESENTAÇÃO

À

Ilma. Dra. Laila Hassan Ramos

Diretora do Estabelecimento Penal Feminino de Corumbá/MS

Ref.: Projeto de Pesquisa de Doutorado em Psicologia “DSQ-40: adaptação e validação para a população prisional”

Esta carta tem o objetivo de estabelecer os procedimentos envolvidos no projeto de pesquisa de doutorado “DSQ-40: adaptação e validação para a população prisional”, que visa aferir a validade e a precisão um instrumento de avaliação psicológica do estilo de defesa de presidiários e solicitar a autorização de V.Sa. para proceder à coleta de dados junto a 100 presas reclusas nesta Unidade prisional. Será realizado pelo psicólogo Luís Fernando Galvão, professor do departamento de psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e aluno do Programa de Doutorado em *Psicologia, Ciência e Profissão* da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. A pesquisa é orientada pela Prof^a. Dr^a. Elisa Medici Pizão Yoshida.

O estudo do instrumento de avaliação deve contribuir para que os serviços de reintegração social das penitenciárias desenvolvam suas atividades tendo em vista as necessidades emocionais dos presidiários. Deve ainda, aumentar a confiabilidade dos resultados das avaliações feitas pelos psicólogos que atuam no contexto carcerário, facilitando assim, a comunicação com o Poder Judiciário.

O pesquisador adotará os seguintes procedimentos:

- Apresentação do projeto aos presos previamente selecionados (aleatoriamente) e convite à participação;
- Realizar a coleta de dados, que consistirá na aplicação seguintes instrumentos de avaliação psicológica:

- ✓ *Defense Style Questionnaire – 40 (DSQ-40)*, que deverá ser aplicado em 100 presas;
- ✓ *Escala de Avaliação de Sintomas (EAS-40)*, *Escala de Resiliência*, e *Escala Hare PCL-R*, que deverão ser aplicados a cerca de 10 presas;

Sendo que:

- Os participantes não serão submetidos a qualquer procedimento doloroso ou de risco;
- Com a avaliação, os participantes terão como benefício a participação no estudo de um instrumento de avaliação que deve favorecer o desenvolvimento de programas de reintegração psicossocial;
- É garantido aos participantes e à Instituição o esclarecimento a qualquer dúvida sobre o projeto ou a outro assunto relacionado com a pesquisa;
- Os participantes podem desistir da pesquisa a qualquer tempo;
- Tanto a Instituição quanto os participantes ficam isentos de qualquer gasto;
- O pesquisador se compromete a respeitar todos os critérios de segurança estabelecidos nesta Instituição;
- Os procedimentos de aplicação de testes psicológicos deverão ser pautados pelo Código de Ética Profissional do Psicólogo;
- O período de coleta de dados será estabelecido oportunamente e deverá respeitar os critérios estabelecidos por V.Sa.;
- Os dados serão utilizados exclusivamente para fins de pesquisa e é garantido o sigilo profissional.

Atenciosamente,

Luís Fernando Galvão

Psicólogo CRP 06/48.969-4

Professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus de Corumbá

Pesquisador PUC-Campinas

galvaolf@yahoo.com.br fone: (67)3234-6834

Anexo C

Corumbá, MS, 18 de setembro de 2006

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Ao

Ilmo. Dr. Romeo Cuellar Mercado

Diretor do Estabelecimento Penal Masculino de Corumbá/MS

Ref.: Projeto de Pesquisa de Doutorado em Psicologia “DSQ-40: adaptação e validação para a população prisional”

Esta carta tem o objetivo de estabelecer os procedimentos envolvidos no projeto de pesquisa de doutorado “DSQ-40: adaptação e validação para a população prisional”, que visa aferir a validade e a precisão um instrumento de avaliação psicológica do estilo de defesa de presidiários e solicitar a autorização de V.Sa. para proceder à coleta de dados junto a 200 presos reclusos nesta Unidade prisional. Será realizado pelo psicólogo Luís Fernando Galvão, professor do departamento de psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e aluno do Programa de Doutorado em *Psicologia, Ciência e Profissão* da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. A pesquisa é orientada pela Prof^a. Dr^a. Elisa Medici Pizão Yoshida.

O estudo do instrumento de avaliação deve contribuir para que os serviços de reintegração social das penitenciárias desenvolvam suas atividades tendo em vista as necessidades emocionais dos presidiários. Deve ainda, aumentar a confiabilidade dos resultados das avaliações feitas pelos psicólogos que atuam no contexto carcerário, facilitando assim, a comunicação com o Poder Judiciário.

O pesquisador adotará os seguintes procedimentos:

- Apresentação do projeto aos presos previamente selecionados (aleatoriamente) e convite à participação;
- Realizar a coleta de dados, que consistirá na aplicação seguintes instrumentos de avaliação psicológica:

- ✓ *Defense Style Questionnaire – 40 (DSQ-40)*, que deverá ser aplicado em 200 presos;
- ✓ *Escala de Avaliação de Sintomas (EAS-40)*, *Escala de Resiliência*, e *Escala Hare PCL-R*, que deverão ser aplicados a cerca de 20 presos;

Sendo que:

- Os participantes não serão submetidos a qualquer procedimento doloroso ou de risco;
- Com a avaliação, os participantes terão como benefício a participação no estudo de um instrumento de avaliação que deve favorecer o desenvolvimento de programas de reintegração psicossocial;
- É garantido aos participantes e à Instituição o esclarecimento a qualquer dúvida sobre o projeto ou a outro assunto relacionado com a pesquisa;
- Os participantes podem desistir da pesquisa a qualquer tempo;
- Tanto a Instituição quanto os participantes ficam isentos de qualquer gasto;
- O pesquisador se compromete a respeitar todos os critérios de segurança estabelecidos nesta Instituição;
- Os procedimentos de aplicação de testes psicológicos deverão ser pautados pelo Código de Ética Profissional do Psicólogo;
- O período de coleta de dados será estabelecido oportunamente e deverá respeitar os critérios estabelecidos por V.Sa.;
- Os dados serão utilizados exclusivamente para fins de pesquisa e é garantido o sigilo profissional.

Atenciosamente,

Luís Fernando Galvão

Psicólogo CRP 06/48.969-4

Professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus de Corumbá

Pesquisador PUC-Campinas

galvaolf@yahoo.com.br fone: (67)3234-6834

Anexo D

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Projeto de Pesquisa: “**DSQ-40: ADAPTAÇÃO E VALIDAÇÃO PARA A POPULAÇÃO PRISIONAL**”

- Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa que busca verificar se um teste de avaliação psicológica pode ser utilizado nos presídios para que **as atividades de reabilitação** (como grupos de apoio, atendimentos terapêuticos, oficinas, cursos, dentre outras) **oferecidas aos presos sejam planejadas e realizadas conforme as necessidades e o “jeito de ser” de cada um, o que poderá favorecer o retorno e a reintegração à sociedade.**
- A pesquisa está sendo realizada sob responsabilidade do psicólogo Luís Fernando Galvão e tem a autorização do(a) Sr(a). Diretor(a) Geral deste presídio, tendo sido analisada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-Campinas, fone (19) 3729-6808.
- Nesta primeira etapa da pesquisa, você será entrevistado(a) por um psicólogo(a), que deverá ler algumas frases e pedir que você fale o quanto concorda ou discorda do que elas dizem. **Não existe resposta certa ou errada e a sua opinião será sempre respeitada; e não haverá nenhum tipo de cobrança sobre o que você quiser falar.**
- Todas as informações que você fornecer serão tratadas com o máximo sigilo pelo pesquisador; seu nome **não será citado e nunca será divulgado.** Todos os resultados serão apresentados em termos de grupo. Ao final da pesquisa, você poderá ser informado pelo psicólogo(a) que o entrevistou sobre os principais resultados deste trabalho.
- Você poderá ser convidado(a) novamente a colaborar com a pesquisa numa segunda etapa e poderá decidir se aceita participar **sem que tenha nenhum tipo de prejuízo por isto.** Da mesma maneira que a etapa anterior, um psicólogo(a) deverá ler algumas frases e pedir que você fale o quanto concorda ou discorda do que elas dizem. Nesta etapa, o

psicólogo(a) poderá ainda fazer algumas perguntas sobre a sua história de vida, assim como ocorre nas entrevistas de inclusão, feitas pelos psicólogos e assistentes sociais que trabalham nos presídios. Da mesma forma que primeira etapa, **não existe resposta certa ou errada e a sua opinião será sempre respeitada. E não haverá nenhum tipo de cobrança sobre o que você quiser falar.**

- **Saiba que:**

- VOCÊ DEVE PARTICIPAR DESTA PESQUISA SOMENTE SE QUISER;
- VOCÊ PODE DESISTIR DE PARTICIPAR A QUALQUER MOMENTO E SEM NENHUMA PENALIDADE POR ISTO;
- CASO TENHA ALGUMA DÚVIDA, PODERÁ PERGUNTAR AO PSICÓLOGO(A) QUE O(A) ENTREVISTAR;
- VOCÊ RECEBERÁ UMA CÓPIA DESTES TERMOS, NA ÍNTEGRA, IGUALMENTE ASSINADO.

EU DECLARO TER SIDO INFORMADO E COMPREENDIDO A NATUREZA E OBJETIVO DA PESQUISA E LIVREMENTE CONSINTO EM PARTICIPAR. DECLARO AINDA, SER MAIOR DE 18 ANOS.

DATA: ____ / ____ / 200 ____.

NOME: _____

ASSINATURA: _____

TESTEMUNHA:

NOME: _____

ASSINATURA: _____

LUÍS FERNANDO GALVÃO
Psicólogo – CRP 06/48.969-4
Pesquisador
Fone (18) 97162708